



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO - PPGPE
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

RUBIA SAMANTA DA SILVA

DE DIREITO FUNDAMENTAL A SERVIÇO PRIVADO: DIAGNÓSTICO DO
MERCADO EDUCACIONAL A PARTIR DA EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
A DISTÂNCIA NO ALTO URUGUAI GAÚCHO

ERECHIM

2021

RUBIA SAMANTA DA SILVA

**DE DIREITO FUNDAMENTAL A SERVIÇO PRIVADO: DIAGNÓSTICO DO
MERCADO EDUCACIONAL A PARTIR DA EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
A DISTÂNCIA NO ALTO URUGUAI GAÚCHO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre Profissional em Educação.

Orientação: Prof. Dr. Thiago Ingrassia Pereira

ERECHIM/RS

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Rua General Osório, 413D

CEP: 89802-210

Caixa Postal 181

Bairro Jardim Itália Chapecó – SC

Brasil

PROGRAD/DBIB – Divisão de Bibliotecas

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Silva, Rubia Samanta da
DE DIREITO FUNDAMENTAL A SERVIÇO PRIVADO::
DIAGNÓSTICO DO MERCADO EDUCACIONAL A PARTIR DA EXPANSÃO
DA EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA NO ALTO URUGUAI GAÚCHO
/ Rubia Samanta da Silva. -- 2021.
133 f.

Orientador: Doutor Thiago Ingrassia Pereira

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação,
Erechim, RS, 2021.

I. Pereira, Thiago Ingrassia, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

RUBIA SAMANTA DA SILVA

**DE DIREITO FUNDAMENTAL A SERVIÇO PRIVADO: DIAGNÓSTICO DO
MERCADO EDUCACIONAL A PARTIR DA EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
A DISTÂNCIA NO ALTO URUGUAI GAÚCHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) para obtenção do título de Mestre Profissional em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Ingrassia Pereira

Aprovada em: 30 de agosto de 2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Thiago Ingrassia Pereira (orientador/ UFFS)

Prof. Dr. Almir Paulo dos Santos (membro interno/ UFFS)

Prof. Dr. Giovani Forgiarini Aiub (membro externo/IFRS)

Prof. Dra. Adriana Salete Loss (membro suplente/UFFS)

Erechim/ RS, agosto de 2021.

Foi pensando na educação superior como um direito de todos e todas que realizei este estudo, por isso, dedico este trabalho às pessoas que lutam pela educação pública e de qualidade, e parafreando Paulo Freire, a aqueles (as) que são a favor da esperança que anima apesar de tudo.

AGRADECIMENTOS

“Não deixa o mar te engolir” rimou em uma de suas músicas o cantor e compositor Alexandre Magno Abrão, mais conhecido como o Chorão do Charlie Brown Jr. Durante os dois anos de Mestrado, foram muitos os momentos em que o mar do medo e da incerteza tentou me engolir, mas “bons aliados” não permitem que nosso barco da esperança naufrague nas águas sombrias e profundas da solidão.

Por isso, quero expressar o meu agradecimento a aqueles (as) que me entusiasmaram rumo a esta conquista. Assim, apesar das tempestades, prossegui com minha jornada ciente de que “um timoneiro que se preze continua a navegar mesmo com a vela despedaçada”, como propunha o filósofo romano Sêneca.

Primeiramente, agradeço a essa força transcendente que me anima e me encoraja a persistir nos meus propósitos de vida, e por ter me concedido o privilégio de ter uma família e amigos tão especiais ao meu lado. Sou grata a essa força e poder “invisível”, que me permite continuar a insistir naquilo em que acredito.

Aos meus pais, Sônia e Antônio, que sempre estiveram ao meu lado me apoiando ao longo de toda a minha trajetória acadêmica. Sempre orgulhosos com as minhas pequenas vitórias. Minha mãe uma grande entusiasta dos meus projetos de vida, e meu querido pai sempre preocupado com a minha felicidade e bem estar. Obrigada por tudo e por tanto!

Ao meu companheiro de vida Marcos, que me fortalece nos momentos de desânimo, sempre com uma palavra de incentivo, um grande e verdadeiro amigo que se faz presente em todas as circunstâncias. Obrigada meu amor, por respeitar minhas escolhas, por compreender o meu processo, por vibrar com as minhas conquistas e por cuidar tão bem de mim, sobretudo nesse período de intensa dedicação ao Mestrado.

Agradeço ao meu querido orientador, professor Dr. Thiago Ingrassia Pereira, por estar ao meu lado na condução deste trabalho de pesquisa. Obrigada por me mobilizar durante todo o processo. Apesar da intensa rotina que a vida acadêmica exige, esteve sempre à disposição, demonstrando toda a sua competência e profissionalismo. Obrigada pelas conversas e todas as palavras de incentivo, por acreditar no meu potencial, serei eternamente grata pelo apoio e amizade.

Agradeço, de igual modo, a todos (as) professores (as) do curso de Mestrado da Universidade Federal da Fronteira Sul, e demais educadores (as) que fizeram parte da minha trajetória formativa, desde a graduação até aqui, e que por meio de seu profissionalismo e admirável dedicação à docência, contribuíram significativamente com essa caminhada.

A esta universidade extraordinária, pela a oportunidade de aperfeiçoamento, por desfrutar de uma formação pública de qualidade. Ao seu corpo docente, a todo o quadro de profissionais dos mais variados setores, a direção e administração por propiciarem um espaço apropriado e favorável ao desenvolvimento das experiências de aprendizagem.

Aos membros da banca examinadora, Professor Dr. Almir Paulo dos Santos e Professor Dr. Giovani Forgiarini Aiub, pela disposição e gentileza em aceitar a participação como membros da banca examinadora, e por prontamente colaborarem com contribuições significativas durante o processo de qualificação, suas orientações enriqueceram ainda mais o processo de desenvolvimento desta dissertação.

A todos e todas que contribuíram manifestando gestos e palavras de carinho, encorajamento e incentivo. Agradeço, especialmente, aos colegas do curso de Mestrado por compartilharem vivências, saibam que mesmo havendo momentos de angústia, esses não superaram aqueles de intensa alegria. Gratidão!

Por fim, mas nem de longe menos importante, agradeço a uma estrelinha que hoje brilha lá no céu. A você meu grande amigo, Leonardo Luís de Oliveira, que me apresentou esta instituição maravilhosa, na qual vivi uma linda história que, entre idas e vindas, completou 9 anos em 2021. Esteja onde estiver, saiba que não existem palavras que expressem a minha gratidão por este gesto, uma simples recomendação que mudou para sempre a minha vida. Serei eternamente grata pela sua passagem aqui neste plano terreno, e por ter o privilégio de conhecer e conviver você, meu anjo amigo!

A reprodução social, lembrou Lefebvre mais de uma vez, é reprodução ampliada de capital, mas é também reprodução ampliada de contradições sociais: não há reprodução de relações sociais sem uma certa produção de relações – não há repetição do velho sem uma certa criação do novo, mas não há produto sem obra, não há vida sem história . Esses momentos são momentos de anúncio do homem como criador e criatura de si mesmo. É no fragmento do tempo do processo repetitivo produzido pelo desenvolvimento capitalista, o tempo da rotina, da repetição e do cotidiano, que essas contradições fazem saltar fora o momento da criação e de anúncio da história - o tempo do possível. E que, justamente por se manifestar na própria vida cotidiana, parece impossível. Esse anúncio revela ao homem comum, na vida cotidiana, que é na prática que se instalam as condições de transformação do impossível em possível.

(José de Souza Martins)

RESUMO

Esta dissertação se dedica a investigar o fenômeno da expansão da educação superior na modalidade a distância na região do Alto Uruguai gaúcho. A temática se torna ainda mais substancial considerando o contexto de pandemia, que amplia o interesse de utilização das tecnologias no processo educativo, sobretudo na educação superior, apresentada como foco desta pesquisa. A partir deste estudo, buscamos compreender se a evidente expansão da educação a distância se configura como um processo de legitimação da educação superior como mercadoria. À vista disso, é levada em consideração no processo investigativo a formação de um mercado educacional impulsionado a partir da constituição da EAD, como um fator que aprofunda a utilização da tecnologia na educação superior, buscando obter sua consolidação por meio do processo de construção de um imaginário social. Para tanto, são apresentados os pressupostos metodológicos utilizados na pesquisa, definida como qualitativa, e que utiliza a abordagem teórico-metodológica da análise do discurso no movimento de análise de dados. São utilizados ainda, referenciais teóricos do campo da sociologia da educação, teoria social e crítica, bem como contribuições teóricas da pedagogia crítica. Por fim, os resultados de pesquisa reiteram a influência dos discursos publicitários na interpelação dos sujeitos, que incorporam tais discursos ao imaginário social produzindo representações e significados, e contribuem para a legitimação da educação como mercadoria ao adquirir cursos privados na modalidade EAD, ação que impacta diretamente no processo de expansão.

Palavras-chave: Mercadorização. Educação Superior. Educação a Distância.

ABSTRACT

This dissertation is dedicated to investigating the phenomenon of the expansion of higher education in the distance modality in Alto Uruguai, Rio Grande do Sul. The theme becomes even more substantial considering the pandemic context, which increases the interest in the use of technologies in the process. education, especially in higher education, presented as the focus of this research. From this study, we seek to understand that the expansion of education and distance are configured as a process of legitimizing higher education as a commodity. Therefore, the formation of an educational market is taken into account in the investigative process, driven by the constitution of EaD, as a factor that deepens the use of technology in higher education, seeking to obtain its consolidation through the process of building a social imaginary. Therefore, the methodological assumptions used in the research are necessary, defined as qualitative, and which uses the theoretical-methodological approach of discourse analysis in the data analysis movement. Theoretical references from the field of sociology of education, social and critical theory, as well as theoretical contributions from critical pedagogy are also used. Finally, the research results reiterate the influence of advertising discourses on the questioning of subjects, who incorporate such discourses into the social imagination, producing representations and meanings, and contribute to the legitimization of education as a commodity through the acquisition of private courses in the modality a distance. , an action that directly impacts the expansion process.

Keywords: Commodity. College Education. Distance Education

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Municípios da região de abrangência da 15ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE).....	19
Figura 2– Períodos das tecnologias de comunicação	28
Figura 3- Esquema laciano das etapas dos registros essenciais e distintos da realidade humana	61
Figura 4 – Instituição ESTÁCIO de Sananduva - “Você compra uma Graduação e leva um futuro”	112
Figura 5 - Instituição UNIGRAN - "Estamos em 9 países da Europa"	114
Figura 6- Instituição UNOPAR - "O mercado que mais cresce no Brasil"	116
Figura 7 - Instituição FAEL Paim Filho e Machadinho - "Transfira seu curso para a faculdade que entente do assunto."	118
Figura 8 - Instituição UNICESUMAR Erechim - "Somos excelência em ensino"	120

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de ingressos em cursos de graduação de 2008 a 2018	52
Gráfico 2- Percentual de Instituições com e sem polo de apoio presencial em 2018 e 2019 ...	54
Gráfico 3- Número de Polos criados e fechados por categoria administrativa em 2018-2019	55
Gráfico 4 - Percentual de pretensão das IES no oferecimento de cursos de EAD, conforme o nível educacional.	57
Gráfico 5- Percentual de Instituições formadoras EAD no Brasil por região de 2016 – 2018	57
Gráfico 6 - Número de Municípios cadastrados e não cadastrados no E-MEC por modalidade	106
Gráfico 7 - Número de Instituições de Educação Superior	107

LISTA DE TABELAS E QUADRO

Tabela 1 - Números de vagas em cursos de graduação, por modalidade de ensino e categoria administrativa – 2019	51
Tabela 2- Número de ingressantes de graduação por modalidade de ensino -2019.....	52
Quadro 1 - Instituições de educação superior cadastradas por município e modalidade.....	107

LISTA DE SIGLAS

ABED	Associação Brasileira de Educação a Distância
AD	Análise de Discurso
AGCS	Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BM	Banco Mundial
CRE	Coordenadoria Regional de Educação
COC	Curso Oswaldo Cruz
EAD	Educação a Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
OMC	Organização Mundial do Comércio
PNE	Plano Nacional de Educação
PROUNI	Programa Universidade para todos
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEB	Sociedade Educacional Brasileira
SEED	Secretaria de Educação a Distância
SISU	Sistema de Seleção Unificada
TICS	Tecnologias da Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1 PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES.....	15
2 CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	24
2.1 Breve histórico da educação a distância.....	24
2.2 Cibercultura e ciberespaço na constituição de uma nova perspectiva educacional.....	29
2.3 A EAD na educação superior brasileira: da proposta de modernização à ampliação do processo de privatização.....	38
2.4 Números da expansão da educação a distância.....	49
3 A PRODUÇÃO DO IMAGINÁRIO SOCIAL E SEU PROCESSO DE LEGITIMAÇÃO.....	59
3.1 A manifestação do imaginário social.....	59
3.2 A legitimação do imaginário contemporâneo.....	70
4 PROPOSTA METODOLÓGICA DA PESQUISA.....	77
4.1 Descrição dos procedimentos metodológicos.....	77
4.1.1 A tradição francesa e o desenvolvimento da AD no Brasil.....	84
4.1.2 A Análise De Discurso (AD) como dispositivo teórico analítico metodológico.....	91
5 PROPAGANDEAR SONHOS, EXPANDIR O MERCADO.....	103
5.1 Etapa de mapeamento das Instituições EAD.....	104
5.2 Etapa de análise das propagandas publicitárias.....	110
5.2.1 A disputa, o diferencial e a credibilidade são a “alma do negócio”.....	111
5.2.2 Outras tendências no modo de interpelação do sujeito.....	121
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
REFERÊNCIAS.....	129

1 PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES

Debater a educação superior¹ no Brasil é um exercício bastante complexo, que exige profunda reflexão haja vista as particularidades apresentadas no campo da educação, vinculadas às questões econômicas, políticas e sociais do país.

Em decorrência deste grande desafio, se destaca a necessidade de realizar, inicialmente, certas reflexões que demonstrem o comprometimento e posicionamento assumido como pesquisadora no processo de produção deste trabalho. Há de se considerar ainda, que as decisões e escolhas tomadas no delineamento da pesquisa científica, revelam aspectos fundamentais sobre a visão de mundo e a forma com que o pesquisador (a) encara o seu papel e assume a importância de seu trabalho.

Tomando por base a perspectiva bourdieusiana sobre pesquisa, é recomendável que o pesquisador (a) se desprenda de duas concepções. A primeira se refere a produção de uma “ciência pura”, isto é, uma ciência que seja livre de influências e da necessidade de conexão com os campos social, político e econômico. A segunda concepção, propõe a resistência à manutenção de uma ideia de que servimos a uma “ciência escrava”, subordinada a todas exigências político-econômicas.

A concepção bourdieusiana nos ajuda a compreender que “O campo científico é um mundo social e, como tal, faz imposições, solicitações, etc...” (BOURDIEU, 2004, p.21). Além disso, o campo científico se configura como um espaço de luta. Isto implica dizer que o posicionamento daquela ou daquele que pesquisa é fundamental, e indica movimentos de conservação ou transformação desse campo, observados pela sua condição de sujeito histórico que se configura da e na inter-relação com o outro.

Para Bourdieu (2002), o (a) cientista pode desconstruir as concepções baseadas no senso comum, oferecendo novas formas de compreensão do objeto investigado. Por isso, é importante nos conceber como cientistas antes de refletir sobre o objeto analisado.

A sociologia reflexiva bourdieusiana se encontra alicerçada no controle constituído por aqueles e aquelas que produzem ciência, como produtores de conhecimento, tendo em vista o campo científico no qual se inserem, e também, em relação ao seu objeto de estudo.

¹ Os termos “educação superior” e “ensino superior” podem ser encontrados em diferentes literaturas, sendo utilizados como sinônimos por autores distintos. No entanto, este trabalho utilizará através de uma escolha terminológica a expressão “educação superior”, orientando-se pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei nº 9.394/1996), conforme esclarecimentos prestados no capítulo 4, que se refere aos procedimentos metodológicos da pesquisa. Considerando ainda que a apropriação conceitual “ensino superior” será utilizada apenas nas citações diretas.

Este movimento de controle exige, no decorrer do desenvolvimento da pesquisa, a aceitação da manifestação de influências tanto por parte do (a) cientista como do campo científico.

Considerando minha formação inicial em Licenciatura em Ciências Sociais, e o importante papel dessa disciplina no estudo do homem, das estruturas e relações sociais, das formas de produção e reprodução da sociedade e dos sujeitos, é concebida a noção de fundamento sobre o fato do trabalho científico envolver mais do que um movimento de compreensão, e de possíveis explicações de uma determinada realidade. Logo, entendemos que existe um desejo de transformação, dentro das possibilidades de intervenção que a pesquisa possibilita, mesmo que esta ação signifique a simples produção de um conhecimento que não se esgota em si, e que se encontra na condição de contribuição, suscetível a variados processos de continuidade investigativa, inclusive, reflexionados a partir de concepções contrárias a esta.

Realizadas as considerações acerca do comprometimento e da intencionalidade de compreensão, da produção de possíveis explicações e, no limite, algum tipo de transformação a partir deste estudo, retornemos ao objeto desta pesquisa. Com a apresentação do objeto de pesquisa, convém destacar que nossa análise sobre a educação a distância (EAD) recai sobre o período contemporâneo do neoliberalismo, haja vista que a EAD é um fenômeno que assume uma longevidade que é anterior a explosão tecnológica, que atinge seu ápice com a inauguração da internet. Deste modo, é preciso ter clareza que o sistema global de redes apenas contribuiu para que esta ferramenta fosse aperfeiçoada, servindo para expandir a educação superior na atualidade, principalmente no setor privado.

Neste contexto, a globalização como um fenômeno de natureza política, econômica e tecnológica estabeleceu uma nova ordem mundial, que interfere em diversas dimensões, sendo o aspecto econômico um dos eixos fundamentais de interferência.

Neste sentido, nas palavras de Octávio Ianni (2001), a comunicação e a informação potencializadas pelo advento da tecnologia, possibilitaram a transformação do mundo em uma grande aldeia global, acontecimento que tem como sua maior expressão a homogeneização da vida social e a tecnificação universalizada das relações sociais. Em função disso, na mesma “[...]proporção em que se dá o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no mundo, generaliza-se a racionalidade formal e real inerente ao modo de operação do mercado.” (IANNI, 2001, p.21).

Neste mesmo seguimento, o geógrafo brasileiro Milton Santos (2008), aponta o mundo globalizado como uma fábula, que institui como verdades uma série de concepções imaginosas que, sendo produzidas e reproduzidas, são fortalecidas no processo de

interpretação. Para o autor, “A máquina ideológica que sustenta as ações preponderantes da atualidade é feita de peças que se alimentam mutuamente e põem em movimento os elementos essenciais à continuidade do sistema.” (SANTOS, 2008, p.18).

A partir de tal perspectiva, o autor afirma que no mundo globalizado é difundida uma cultura hegemônica, responsável por influenciar a construção de um determinado modo de vida. Trata-se de um pensamento hegemônico, que não se preocupa com as condições materiais de existência dos diferentes indivíduos. Isso porque, nas palavras de Santos (2008), um mercado avassalador e globalizado, promete homogeneizar o planeta em várias dimensões, mas acaba por acentuar diferenças locais. Neste cenário, em que o mundo é dominado pela técnica e pelo mercado, essa lógica passa a ser incorporada, de igual modo, à educação.

Num mundo cada vez mais dominado pela técnica, considerada como autônoma, e pelo mercado, considerado como irresistível, a técnica e o mercado estão se impondo como baluartes da produção e da vida, e penetrando assim, nos fundamentos do ensino. (SANTOS, 1998, p. 2).

Entretanto, na perspectiva do autor, essa realidade que está posta deve nos servir para buscar outro movimento, um outro mundo possível, isto é, outra lógica, uma lógica contra hegemônica que, diante das inevitáveis amarras tecnológicas, seja capaz de usufruir e desfrutar coletivamente da “autonomia” que este recurso nos oferece, não perdendo de vista a atual realidade e visando a sua transformação. “Assumindo uma postura distinta da reprodução hegemônica, pensamos em uma sociedade calcada pelo debate de ideias, sem assumir simplesmente ideias dogmáticas que somos frequentemente tentados a aceitar.” (SANTOS, 1998, p. 8).

Contudo, a globalização foi o grande acontecimento responsável por suscitar consequências bastante contraditórias no âmbito da educação. Dentre as implicações que nos interessam nesta análise, destacam-se a discussão sobre a introdução das tecnologias no processo educativo, especialmente a partir da modalidade de educação a distância e do debate da educação como aspecto de interesse do capital, fato que acarreta a formação de um mercado educacional.

Pouco mais de duas décadas de sua implantação e regulamentação, a EAD apresenta um movimento de crescimento acelerado como “a modalidade que mais cresce no Brasil”²,

² A frase é frequentemente associada ao crescimento acelerado deste modelo educativo no país. Adiante, no subcapítulo 2.4, apresentaremos os números da expansão da modalidade no ensino superior no Brasil, que sustentarão tal afirmação.

guiando debates importantes no campo da educação, não apenas em relação às vantagens e desvantagens do uso das tecnologias no processo educativo, mas especialmente sobre as contradições que contornam as justificativas e discursos vinculados a esta nova proposta da política educacional brasileira.

Diante deste cenário, no qual a educação a distância cresce como uma sólida tendência no mundo que avança com rapidez e ousadia, em termos tecnológicos, é preocupante que o crescimento de instituições de educação superior (IES) com fins lucrativos, fundamentadas nesta lógica da educação a distância, possa caracterizar a massificação do consumo da educação, como fator que potencializa um processo de mercadorização.

Em vistas disso, o interesse por este tema de pesquisa surgiu por meio de uma experiência profissional, em uma instituição de educação a distância localizada na cidade de Erechim/RS. A partir do assessoramento no processo de credenciamento de polos, como uma das atividades desempenhadas na instituição, foi possível identificar, mesmo que parcialmente, o movimento de expansão da modalidade.

Embora predominantemente a instituição trabalhasse com a Educação de Jovens e Adultos (EJA), a aproximação com as situações de crescimento da EAD, com a abertura de novos polos, despertou meu interesse pela compreensão da dimensão e da velocidade com que esse fenômeno vem se desenvolvendo na educação superior.

Com base na ampliação da educação a distância na educação superior brasileira, especialmente no setor privado, que se caracteriza um processo acelerado de expansão, inclusive no município de Erechim/RS, é identificada a necessidade de pensar nos mecanismos e estratégias de ação que contribuem para este crescimento.

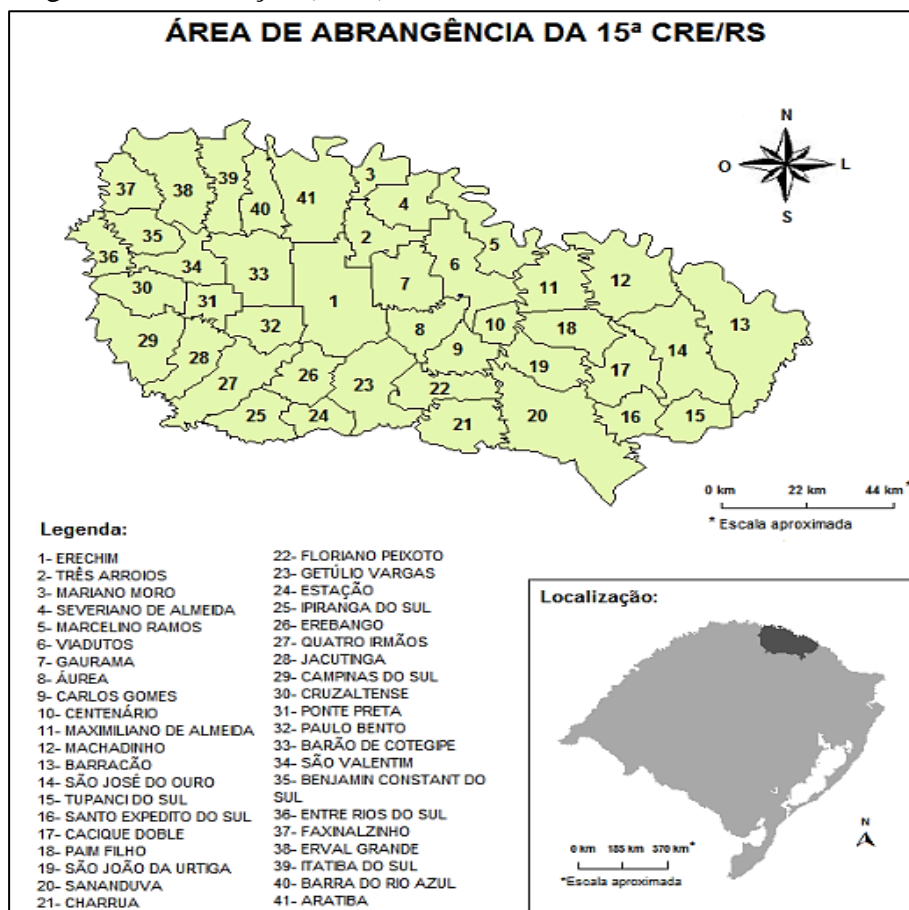
A publicidade desenvolvida na oferta dos cursos de graduação e pós-graduação a distância, ressaltam inúmeras vantagens que podem representar o estabelecimento de uma relação direta com a expansão da EAD. Nesta perspectiva, o movimento de expansão da modalidade desperta alguns questionamentos responsáveis por conduzir esta pesquisa, dentre eles: a) Quais são os elementos que caracterizam o processo de expansão? b) Em que medida as propagandas publicitárias contribuem com o movimento de expansão da EAD? c) De que modo a expansão da modalidade revela um processo de potencialização da mercadorização da educação superior? d) Como este fenômeno impacta na questão dos direitos sociais?

Considerando os questionamentos realizados, este trabalho tem como problema de pesquisa a seguinte questão: Em que medida o processo de expansão da EAD na educação superior reflete na legitimação da educação como mercadoria, tendo em vista os discursos publicitários que podem contribuir com este processo?

Aproximando o debate para a esfera local, intencionamos a realização de um diagnóstico da expansão da EAD na educação superior, na região do Alto Uruguai Gaúcho³, mais especificamente no território dos 41 municípios que constituem a região de abrangência da 15ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE). Reiteramos a importância dos discursos publicitários como fatores de investigação relevantes no processo de expansão, e na transição da educação na condição de direito para serviço.

Abaixo a figura que ilustra os municípios:

Figura 1 – Municípios da região de abrangência da 15ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE)



Fonte: Pereira (2015, p. 139). Elaboração Joviana Vedana da Rosa.

Isto posto, estabelecemos como o objetivo geral e objetivos específicos desta pesquisa:

Objetivo geral:

³ Cabe destacar que é utilizado o termo “região do Alto Uruguai Gaúcho” para situar a região onde a pesquisa acontece. Neste sentido, a Associação dos Municípios do Alto Uruguai (AMAU) informa que a região é formada por 32 municípios. Entretanto, foram definidos como território de análise os 41 municípios que correspondem a região de abrangência da 15ª Coordenadoria Regional de Educação, na intenção de contemplar um número maior de municípios no estudo.

Analisar o fenômeno de expansão da EAD na educação superior, nos 41 municípios que constituem a região de abrangência da 15ª CRE, considerando os discursos publicitários que podem contribuir para o processo de expansão e para a construção da legitimidade da educação como mercadoria.

Objetivos específicos:

- a) Apresentar um breve resgate da trajetória da EAD em diversos contextos, ressaltando aspectos positivos e negativos, que compreendam a análise da modalidade para além dos discursos publicitários;
- b) Evidenciar o processo de expansão local através do mapeamento de instituições de educação superior que atuam na modalidade EAD, nos municípios que correspondem a região de abrangência da 15ª CRE;
- c) Realizar um diagnóstico sobre a mercadorização da educação, a partir da análise dos discursos publicitários, que podem se caracterizar como parte estratégica do processo de expansão da EAD.

Tendo por guia o princípio de que pesquisar é um ato político, que exige um posicionamento frente aos problemas sociais, o que indica a adoção de uma consciência social, adotamos a posição de defesa da educação como um direito. E assim, acreditando na sua legitimação a partir do seu reconhecimento, não apenas em termos legais, mas no que se refere a conscientização de todos os cidadãos sobre a importância do exercício de cidadania para a manutenção e seguridade de direitos conquistados, especialmente o da educação, que estabelece relação com o tema desta pesquisa.

A rápida expansão da EAD na educação superior e as possíveis aspirações de ampliação para todos os níveis de ensino, observando o contexto da pandemia da Covid-19⁴ em 2020, que tenciona o aprofundamento do interesse na modalidade visto que a utilização das TICS se intensificou com a aplicação de aulas remotas, enquanto alternativa diante do atual cenário, são circunstâncias que proclamam uma série de questionamentos, e evidenciam a importância do estudo deste fenômeno, considerando os seus desdobramentos nas diferentes conjunturas (econômica, política e social).

Do ponto de vista social, evidenciamos a relevância deste estudo levando em conta a construção e preservação de uma leitura crítica e reflexiva em defesa da educação superior

⁴ De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o COVID-19 é uma doença infecciosa descoberta recentemente causada por coronavírus. O surto da doença iniciou em 2019 sendo registrado pela primeira vez em Wuhan na China em 31 de dezembro. Desde então, a doença se espalhou pelo mundo dando início a uma pandemia. A OMS destaca ainda que atualmente não existem vacinas para prevenção da doença, e que está coordenando o trabalho de pesquisas e estudos para o desenvolvimento de vacinas e medicamentos de prevenção e tratamento do COVID-19.

pública. A iniciar pela tomada de consciência sobre a prerrogativa descrita no Artigo 205 da Constituição Federal, que acentua a educação como um direito de todos. O artigo salienta que, a educação é dever da família e do Estado. Nestes termos, sendo a educação um direito é pertença a ser exigida do poder público, por isso, compreende-se sua oferta como dever intransferível do Estado.

Como direito, anseia-se que a educação superior seja apresentada como interesse geral de todos os cidadãos, sendo configurada como um bem comum que deve ser assegurado e compartilhado, dada a concordância de que este direito é um potente recurso, capaz de proporcionar situações concretas para o melhoramento das condições de vida.

Neste sentido, Silva e Pereira (2018) afirmam que a educação tem um grande papel enquanto direito social, pois é garantidora do exercício da cidadania, pois no que lhe concerne, possui também uma relação com a compreensão dos princípios de defesa do bem comum e dos próprios direitos sociais.

Isto implica dizer que, através do acesso à educação, é fomentada a participação dos cidadãos em espaços sociais e políticos, e até mesmo no mundo do trabalho, haja vista a relação do Estado com a educação que é marcada pela construção de oportunidades de emprego e pela inserção e crescimento econômico desses sujeitos.

Contudo, vale ressaltar que diferente dos direitos civis e políticos, que são provenientes da antiguidade, os direitos sociais⁵ são bem mais recentes sendo oriundos das pressões sociais e da luta política contemporânea, exigida em virtude do desenvolvimento capitalista. (SILVA; PEREIRA, 2018).

Após inúmeros avanços no acesso à cidadania, tendo em mente a obtenção e garantia de direitos fundamentais, por exemplo, educação gratuita e de qualidade, o contexto atual sugere a intimidação dessas progressões.⁶

⁵ No âmbito constitucional, “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 064/2010). Contudo, na contemporaneidade, as desigualdades sociais se complexificam e aumentam com a globalização de um sistema perverso. Assim, cresce com elas a necessidade de adquirir novos direitos, considerando os diferentes grupos que se originam: trabalhadores industriais e rurais, mulheres, negros, LGBTQs, grupos de defesa do meio ambiente, indígenas, idosos, entre tantos outros. A exemplo de direitos sociais conquistados recentemente, tendo em vista a constituição desses diversos grupos, destaca-se a lei de criminalização da homofobia (2019).

⁶ Em 2016 o governo apresentou e aprovou a PEC 241, também chamada de PEC 55, que estabelecia o congelamento dos gastos públicos no país durante 20 anos. Isto é, um limite para os gastos do governo federal a partir de 2017, considerando o orçamento de 2016. Com isso, investimentos em saúde e educação diminuiriam. Além disso, no âmbito educacional, foi lançado em julho de 2019 o programa future-se, como proposta de concessão de maior autonomia às universidades e instituições federais de ensino superior. A justificativa para o lançamento do programa, foi a de redução da “dependência orçamentária” que as instituições mantêm em relação à União. A medida estimula que as instituições passem a cobrar mensalidades, sobretudo na pós-graduação, o que favoreceria de certo modo a introdução do setor privado nas universidades. Com a rejeição das instituições

Neste cenário, a ideia de um interesse geral da nação no sentido de defesa de direitos garantidos, perde forças, uma vez que nos colocamos frente a uma realidade ditada pelo capital, em que a lógica se assenta na lucratividade e se sobrepõe à noção de bem-estar social⁷.

A educação superior é um direito reconhecido e garantido, tendo em vista que é inscrito em lei de caráter nacional. Deste modo, é preciso ter em mente que a legitimidade social deste direito é fundamental, pois implica diretamente na tomada de consciência das consequências que o seu desmazelamento produz.

Diante das reflexões, é indispensável zelar pela educação superior, um direito que se encontra ameaçado, considerando que as ressignificações do que é ou não um bem comum e interesse de todos estão, a todo momento, em constante disputa.

Do ponto de vista econômico, a educação a distância é apresentada como uma necessidade da nova ordem econômica, que deve atender às demandas educacionais que emergem do novo contexto de crescente avanço tecnológico.

Todavia, é necessário refletir de maneira mais aprofundada sobre a relação que as questões da lucratividade, mercadorização da educação, incentivo à privatização de instituições públicas, financiamento educacional e demais aspectos de ordem econômica, estabelecem com os discursos construídos para justificar tal necessidade.

Considerando o enfoque acadêmico, a pesquisa se insere na proposta de colaboração com pesquisas futuras, sobre aspectos pouco explorados do tema. Além disso, o estudo visa cooperar com profissionais em formação, para que compreendam cada vez mais o contexto desafiador que lhes espera, e suas continuidades, que frente a atual conjuntura parecem irreversíveis.

Tal aspiração vai ao encontro dos objetivos do curso de Mestrado Profissional em Educação, da Universidade Federal da Fronteira Sul *campus* Erechim, que almeja contribuir com a formação destes profissionais, não apenas para que retomem o hábito da pesquisa e fortaleçam suas práticas educacionais, mas para que sejam capazes de identificar os dilemas sociais, políticos e ideológicos que afetam diretamente seus espaços de trabalho.

federais somada a instabilidade política, aos inúmeros escândalos ocorridos no governo Bolsonaro, e a saída do até então ministro da educação Abraham Weintraub, em junho de 2020, a proposta passa por um período de abafamento, no entanto, é preciso permanecer vigilante. Considera-se que todas essas ações representam um retrocesso no avanço do acesso à cidadania, uma vez que estes serviços e direitos básicos, são cada vez mais precarizados em virtude das medidas tomadas pelo governo.

⁷ Entendemos bem-estar social como a realização das necessidades e direitos básicos e fundamentais dos sujeitos, indispensáveis para o desenvolvimento social, econômico e cultural.

A dissertação foi organizada em seis capítulos, a começar pelas “primeiras considerações” onde são apresentadas as motivações para o desenvolvimento da pesquisa, sendo comunicado o problema que impulsionou a pesquisa e enfatizado o comprometimento enquanto pesquisadora, observando o caráter ético e político inscritos na investigação

No segundo capítulo, é desenvolvido um breve resgate de contextualização histórica da EAD no Brasil, destacando as primeiras experiências que deram origem a modalidade no país, ainda na fase pré-digital, até chegar ao período de maior desenvolvimento das tecnologias que caracteriza a era digital, como conhecemos e vivenciamos atualmente. Junto a exposição de contextualização histórica da modalidade, se vinculam apontamentos da legislação brasileira e indicadores do processo de crescimento da oferta da modalidade na educação superior. Ainda no segundo capítulo, é problematizada a conjuntura de implantação da educação a distância, apresentando concepções teóricas que caminham em direções distintas quanto as percepções construídas em relação a esse processo.

No terceiro capítulo, abordamos como se dá o processo de manifestação e internalização do imaginário social, que dialoga com uma normatividade discursiva legitimada. Neste sentido, a intenção foi clarificar como alguns acontecimentos potencializam a incorporação dessas representações, tendo como exemplo o próprio fenômeno da modernidade descrito neste capítulo.

O quarto capítulo dedicamos à discussão metodológica, que recupera a noção de pesquisa expondo o tipo de enquadramento, as técnicas de coleta e análise dos dados, o *corpus* da pesquisa, que consiste no material e grupos a serem analisados, etc. Em outras palavras, este capítulo descreve as escolhas metodológicas realizadas para o desenvolvimento da pesquisa. Além disso, é descrito o produto final que, para além de uma exigência burocrática, se insere como parte de um processo contínuo de construção do conhecimento científico.

No quinto capítulo é apresentada a análise dos dados coletados, isto é, das propagandas e anúncios extraídos de redes sociais (Instagram e facebook). Além disso, é detalhado como ocorreu a coleta de dados, como um importante procedimento que antecede a análise.

Por fim, o sexto capítulo indica as considerações finais referentes ao estudo, propondo possíveis respostas que, embora visem responder aos objetivos deste trabalho, são colocadas na condição de resultados abertos e suscetíveis ao desenvolvimento de novos processos investigativos.

2 CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Iniciamos pelo resgate de contextualização histórica da educação a distância no Brasil, devido a importância desta realização para o entendimento de como a EAD foi sendo desenvolvida e consolidada, até chegar aos moldes que conhecemos hoje. Vale ainda, antecipar a noção de que esse recurso assumiu diferentes formas em épocas distintas.

Aqui, iremos retomar experiências que deram origem a modalidade no país, considerando uma fase pré-digital, e que com o passar do tempo foi sofrendo alterações. No período digital, a EAD passou a ser visualizada como uma potente ferramenta dentro do processo de construção do conhecimento, principalmente, em decorrência do desenvolvimento das tecnologias.

Para além da relevância da exposição de contextualização histórica da educação a distância, se considera importante indicar as observações legais, bem como o movimento em números que indica o crescimento da modalidade na educação superior.

Para encerrar, são apresentados aspectos circunstanciais que discutem o processo de implantação da educação a distância com o desenvolvimento da tecnologia, destacando perspectivas teóricas diferenciadas, que produzem visões diversificadas do processo.

2.1 Breve histórico da educação a distância

Em 1996, a modalidade de educação a distância foi regulamentada no Brasil, a partir do estabelecimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei nº 9.394 de 20 de dezembro. No entanto, através de um resgate histórico, observamos que as primeiras manifestações de uma educação a distância, propriamente dita, remontam o período da primeira revolução industrial no século XVIII.

De acordo com Sá (2007), é no mesmo período com o desenvolvimento do iluminismo e a universalização da educação, até então monopólio da igreja e que passa a ser uma medida controlada pelo Estado, que surgem as primeiras experiências com a EAD. Segundo o autor,

O primeiro registro que se tem, na modernidade sobre processos de estudo a distância utilizando material impresso (texto) e o meio de comunicação via correio ocorreu em 1728 quando a Gazeta de Boston (EUA) publicou um anúncio de autoria do professor Cauleb Philips, que oferecia um curso de taquígrafia [...] (SÁ, 2007, p.34).

O que se pode afirmar é que os meios de comunicação, desde muito cedo, foram importantes para a realização da EAD. Nas palavras de Yonezawa (2013), a explosão tecnológica apenas inovou as ferramentas de comunicação, possibilitando a emergência de novas formas de educação a distância. Neste sentido, em um período anterior a este fenômeno, nos primeiros cursos de EAD, era enviado o material didático impresso através do correio, dando forma aos chamados cursos por correspondência.

Segundo Yonezawa (2013), no Brasil o Instituto Monitor e o Instituto Universal Brasileiro, dentre outras instituições, marcaram o princípio dessa modalidade. Deste modo, afirmam que as duas instituições citadas, até o ano de 2013, ainda ofereciam cursos a distância. Sendo que o Instituto Universal Brasileiro mantinha cursos por correspondência até esse ano.

A ligação entre o desenvolvimento e expansão do capitalismo com a industrialização, aperfeiçoada a partir da especialização do processo de produção, originou novas necessidades. De acordo com Sá (2007), tais necessidades forçaram a ampliação dos sistemas escolares, juntamente com a fragmentação das instituições divididas em escolas propedêuticas e profissionalizantes.

Deste modo, o autor destaca que este primeiro momento da educação a distância, ocorrido na Europa, processado como educação via correspondência, com materiais que priorizavam a autonomia do aprendiz, foi direcionado, principalmente, “[...] para atividades profissionais menos qualificadas.” (SÁ, 2007, p.35).

Retomando a trajetória da EAD, o segundo momento de organização, entre os séculos XIX e XX, foi marcado pela consolidação do capitalismo e as novas transformações sofridas pelo processo produtivo, que começou a ser realizado a partir dos sistemas eletromecânicos. Sá (2007), discorre que essa nova organização da produção se deu através do método de administração científica, disseminado com o taylorismo. Sendo assim, o processo de trabalho taylorista/fordista provocou novas necessidades de escolarização da população urbana.

Em um momento anterior, nos anos 20, o rádio era considerado um instrumento de suporte na educação a distância. Já na década de 30, alguns países utilizavam texto impresso via correio e tecnologia radiofônica para transmitir os conteúdos. Além disso, a televisão também era utilizada, na intenção de estender e garantir o acesso da classe trabalhadora. (SÁ, 2007).

Segundo Yonezawa (2013), a telefonia e radiodifusão surgiram entre o final do século XIX e início do século XX. Para o autor, nesta época, mesmo não sendo confirmado o uso de

telefonía na EAD, o recurso era disponível e havia tal possibilidade. Ressalta ainda, que esses programas ditos radiofônicos foram, em algum momento, utilizados na educação.

No caso brasileiro, o autor afirma que este tipo de recurso para fins de cunho educativo foi utilizado no início dos anos 1920, pela Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, fundada em abril de 1923.

Em relação ao uso da televisão, Yonezawa (2013, p.18) afirma que:

A televisão oferecia as vantagens do rádio, associada com imagens em movimento. A EaD ganhou uma nova plataforma. Inúmeras ações envolvendo o uso da televisão como instrumento de EaD foram desenvolvidas em vários países. Muitos deles apropriaram-se dessa tecnologia e passaram a oferecer EaD para as mais diversas finalidades, do ensino informal ao formal.

No Brasil, o exemplo mais marcante do uso da televisão para a finalidade educativa dentro dos moldes da EAD, teve expressão com as *teleaulas* do Telecurso 2º grau (1977) e, nos anos subsequentes, com o Telecurso 1º Grau (1981), Novo Telecurso 2º Grau (1986), Telecurso 2000 (1995), Telecurso 2000 Profissionalizante (1995), Novo Telecurso (2008), Telecurso Profissionalizante de Mecânica (2009).

Conforme as informações obtidas no site do telecurso, o programa foi criado no fim dos anos 70, como um método de ensino supletivo que abrangia conteúdos das séries finais, ensino médio e cursos profissionalizantes. O programa foi mantido pela Fundação Roberto Marinho, exibido em parceria com a Rede Globo, TV Cultura, TV Brasil e Canal Futura.

Em 2014, a Rede Globo deixou de transmitir o programa após 37 anos. Entretanto, o programa continuou a ser exibido em um portal da Internet e através de um canal digital, além de outras emissoras de TV que continuaram transmitindo o programa. Algumas das *teleaulas* podem ser consultadas ainda hoje na própria página da web do telecurso.

Ademais, Yonezawa (2013) afirma que na década de 90 foi ao ar o programa “Um Salto para o Futuro”⁸, um projeto que buscava aperfeiçoar professores das séries iniciais por meio de uma espécie de formação continuada.

Considerando demais medidas que ocorreram neste período, Lopes et.al. (2007) apontam que em 1995 foi criada a Secretaria de Educação a Distância (SEED), responsável por criar e implantar, nos anos 2000, um curso a distância associado ao Projeto TV Escola, que trabalhava com a proposta de formação de professores. Com relação a década de 90, foi

⁸ As informações do portal do MEC sobre o programa ressaltam que essa proposta era veiculada também, a professores do ensino médio e séries de interesse para a Educação Infantil. O programa era transmitido pela TV escola, mas utilizava outras mídias para além da TV, como internet, fax, telefone e material impresso, para debater a prática pedagógica e pesquisa no campo da educação.

fundado também o canal Futura, com apoio de empresas privadas que tinham interesse na transmissão de programas educativos.

Atualmente, o computador que é caracterizado como um avanço dos meios tecnológicos de comunicação, se configurou como principal ferramenta de transmissão de informações, sendo identificado como um eficiente recurso a serviço do processo educativo. Concomitante ao aperfeiçoamento dos meios de comunicação, isto é, das Tecnologias da Comunicação e da Informação (TIC), foi viabilizado o surgimento da Internet.

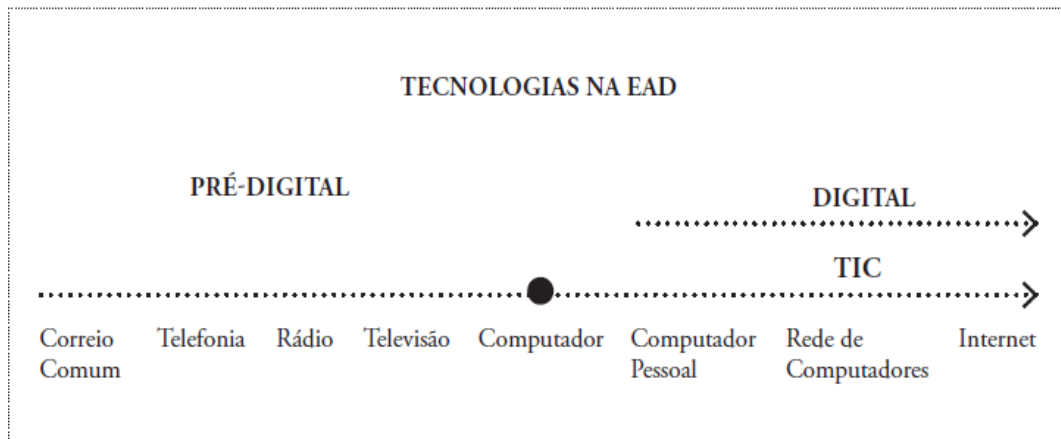
Neste sentido, o computador inicia uma nova fase na EAD. Conforme destaca Yonezawa (2013), mesmo sendo criado na década de 40, foi somente no final dos anos 70 que este equipamento começou a ser reconhecido como uma ferramenta de comunicação. “Naquela época, associava-se o computador à máquina de calcular. Seu uso ainda era restrito para grandes corporações e governos, devido ao alto custo e à complexidade necessária para acomodá-lo.” (Yonezawa, 2013, p.19).

Conforme podemos constatar no resgate da trajetória da EAD, é possível verificar diferentes tempos à aplicação das tecnologias no processo educativo, até chegar aos moldes da EAD como conhecemos atualmente, e que se insere no contexto que iremos nos debruçar nesta análise.

Com base na figura 2 abaixo, é possível perceber um período de tecnologias de comunicação que caracterizam uma era pré-digital, na qual as informações eram armazenadas ou registradas e sua atualização demandava tempo maior, considerando os meios de transferência utilizados, como o correio comum, o rádio e a televisão.

Por outro lado, com a invenção do computador foi possível identificar um novo momento no desenvolvimento dessas tecnologias, tinha início a era digital. A partir deste momento, as estratégias para a inserção das TICs no processo educativo, cada vez mais crescente, foram ampliadas dando forma a modalidade EAD contemporânea.

Figura 2– Períodos das tecnologias de comunicação



Fonte: Yonezawa (2013, p. 20).

Para Sá (2007), a globalização fundamentada no desenvolvimento tecnológico e científico, interferiu não apenas nas relações econômicas, mas exigiu transformações nas formas de organização do trabalho e, por conseguinte, na formação e qualificação do trabalhador, tendo em vista as transformações ocorridas nos processos educativos.

Desta forma, os processos de aprendizagem mediatizados evoluem em termos de interatividade e velocidade. “O tempo e o espaço vão se tornar flexíveis, na medida em que se pode, tendo o aparato tecnológico, comunicar-se a qualquer tempo, em qualquer lugar do mundo e com qualquer pessoa.” (SÁ, 2007, p.43).

Todavia, debater a questão da implantação das tecnologias no processo educativo é uma tarefa desafiadora, que requer cautela na análise e deliberação de suas implicações. Sob esta perspectiva, Yonezawa (2013) argumenta sobre o cuidado necessário à percepção de que o cenário tecnológico, considerando o desenvolvimento das TICs, seja a solução ou o remédio para todos os problemas do mundo.

Por este ângulo, o autor aponta que existem importantes fatores estruturais e materiais que devem ser analisados no uso das TICs na EAD. Em consonância com a tal assertiva, queremos destacar que para além de fatores materiais, é necessário observar aspectos imateriais em disputa, envolvidos no processo de implantação e na busca por consolidação da EAD.

Do mesmo modo que Yonezawa (2013) declara que o surgimento de uma determinada tecnologia não implica na exclusão das anteriores, estamos cientes de que a existência da EAD não significa a certeza de uma eliminação completa da educação na modalidade presencial.

Nesta perspectiva, é possível que ela abra novas possibilidades dentro do campo educacional, e a ampliação do acesso à educação é uma dessas promessas. Entretanto, cabe analisar sua utilização, de modo a explorar esse fenômeno em todos seus aspectos e circunstâncias de existência.

Neste trabalho, nos importa explorar a expansão da EAD em números e a partir da leitura de elementos não quantificáveis. Isto é, considerando que a expansão da EAD ocorre dentro de um contexto específico, no qual o capitalismo globalizado submete as relações sob a perspectiva da lógica do valor, vide as relações de produção e consumo. Uma lógica que avista no campo educacional, bem como em qualquer outra esfera de ação, uma oportunidade de investimento.

Deste modo, o tópico a seguir se debruça sobre a análise mais aprofundada da constituição de um ambiente virtual, através da reflexão sobre os conceitos de ciberespaço e cibercultura. Tais conceitos são utilizados para se referir a um espaço não geográfico, no qual se estabelecem interações e se materializam hábitos e práticas, responsáveis por influenciar esferas e setores da sociedade contemporânea, externos a este ambiente digital, como temos presenciado no âmbito educacional.

Sendo assim, a seguir é realizada a contextualização da inserção das tecnologias no processo de ensino e aprendizagem. A intenção é evidenciar o debate consciente sobre o potencial, a eficácia e os riscos que influenciam no processo educativo, tendo em vista os modos de incorporação de informações, conteúdos e recursos digitais produzidos e compartilhados no espaço virtual.

2.2 Cibercultura e ciberespaço na constituição de uma nova perspectiva educacional

Com o processo de constituição da educação a distância, a utilização das tecnologias no processo educativo foi sendo ampliada. Deste modo, a EAD é vista como uma premissa no processo de fomentação de um cenário de serviços no campo da educação superior.

A tecnologia é um acontecimento histórico, que promove debates polarizados em relação aos pontos positivos e negativos de sua aplicação em diversos âmbitos. Atualmente, é possível detectar que, com certa frequência, grupos empresariais e comerciais fazem uso dos recursos tecnológicos para explorarem determinados campos com possibilidade de transfigurar-se em certos tipos de serviços com grande potencial de lucro.

O campo educacional não foge à regra, e cabe evidenciar que este pressuposto vai contra o ideário da educação como direito social. No entanto, não nos convém nesta pesquisa

atribuir juízos de valor ao modo com que a tecnologia tem sido empregada, mas reputamos que nosso trabalho implica em analisar o papel que este advento histórico vem cumprindo no campo de ação da educação superior privada.

Contudo, não se pode ignorar que a análise sobre o uso adequado da tecnologia no campo das práticas educativas, contribui para ressaltar a importância da investigação da ação mercantil adotada no campo educacional, uma vez que se identificam experiências significativas que se desenrolam no contexto da educação pública, como no caso da Universidade Aberta do Brasil (UAB)⁹.

Por este ângulo, os conceitos de ciberespaço e cibercultura nos ajudam a compreender em maior medida essa proposição otimista do que pode vir a ser a relação da tecnologia com o ensino-aprendizagem.

Por meio de abordagens antropológicas e sociológicas (COSTA e SOUZA, 2006), analisam os conceitos de cibercultura e ciberespaço de modo a verificar a influência dos mesmos na (re) configuração da cultura. Segundo os autores, a própria noção de espaço já se apresenta comprometida desde nosso primeiro movimento de aprendizagem sobre o conceito, nas aulas de geografia. A decorrência disso, é a assimilação de uma compreensão de espaço que não leva em conta o tempo como elemento constituinte deste espaço, além disso, (COSTA e SOUZA, 2006) afirmam que outra dificuldade apresentada é em relação a separação das noções de espaço e “meio natural”, seja ele pouco ou muito transformado pela ação do homem.

Nesta perspectiva, essa noção que incorpora a materialização do espaço, faz com que a desespacialização natural do lugar e sua transformação em algo impalpável, favoreça a concepção do virtual como um “não lugar”. Diante de tal questionamento sobre o ciberespaço ser um lugar ou um não-lugar, os autores sustentam que,

[...] o Ciberespaço é o ambiente, o espaço constituído com base em uma comunicação, em linguagens e diálogos homem-máquina, máquina-máquina. Vemos a tela, mas não visualizamos a quantidade informações, de comandos, expressões e códigos que estão por trás das imagens iônicas que vemos nas telas. (COSTA e SOUZA, 2006, p.3).

⁹ De acordo com as informações extraídas dos sites da Capes e do Ministério da Educação (MEC), o Sistema UAB foi criado em 8 de junho de 2006 pelo Decreto 5.800. Objetivando "o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, afim de expandir a oferta de cursos e programas de educação superior no Brasil." O Sistema UAB buscava contribuir com a Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação. Deste modo, as vagas eram prioritariamente para a formação inicial de professores da educação básica pública em efetivo exercício, mas que não possuísem graduação, e também para graduados na condição de formação continuada. Disponível em: <<https://uab.capes.gov.br/uab/o-que-e-uab>>

Sendo assim, essas condições fazem do lugar não apenas uma composição do meio natural, mas uma construção simbólica, a partir da qual o “espaço” vai se constituir, e onde vai acontecer a (Ciber) cultura.

A Cibercultura e o ciberespaço podem ser compreendidos como termos que definem uma sequência de hábitos e práticas ocorridas na internet. De acordo com Brennan e Medeiros (2005 apud COSTA *et al.*, 2020, p.25), etimologicamente, o termo cyber vem da cibernética, tendo “[...] relação com as tecnologias, com computadores e com a internet como um todo”.

Segundo Pierre Lévy (1999), filósofo, pesquisador e analista do impacto da internet na sociedade, que discute também o conceito de cibercultura, o ciberespaço, concebido também como "rede", é um meio de comunicação que decorre da interconexão mundial dos computadores. Para o autor, trata-se de uma infraestrutura material da comunicação digital, mas também de uma série de informações comportadas pela rede e pelas pessoas que usufruem deste espaço e o alimentam.

Para Costa et al. (2020), o ciberespaço amplia as noções de tempo e espaço, e extingue fronteiras geográficas, tornando possível estabelecer interações nunca imaginadas antes, e que ocorrem nesse espaço digital sem território definido ou fronteiras delimitadas.

Deste modo, entendendo que o ciberespaço é um ambiente produzido pelo homem, Costa e Souza (2006, p. 3), avaliam que “O ambiente artificial produzido pelo homem, também é ambiente. Como tal influencia a configuração cultural da humanidade assim como o ambiente natural.”

A partir de tais concepções, podemos definir o ciberespaço como um espaço virtual, digital e eletrônico que, embora exista, não é definido por uma delimitação geográfica. Com o passar dos anos, o ciberespaço foi se transformando, e com ele as práticas compartilhadas neste ambiente, isto é, a cibercultura, contribuindo para que seus usuários adotassem uma proposição de participação e colaboração, ajudando a modificar o ambiente e sendo por ele modificados.

Basta observar que no princípio, a internet fornecia conteúdos e informações a serem consumidas por seus usuários, meros espectadores/consumidores. No entanto, no decorrer do tempo, este espaço foi se aperfeiçoando permitindo não apenas o consumo, mas a interação dos usuários, que passaram a contribuir para a produção, alteração e compartilhamento de informações, conteúdos e recursos digitais. (COSTA et al., 2020).

Atualmente, o consumidor se tornou protagonista na internet, adquirindo maior responsabilidade frente aos diferentes papéis assumidos, de usuário, consumidor e produtor.

Neste cenário, a internet que era até então um recurso acessado por uma rede de máquinas, cuja principal função era o fornecimento de dados, foi sendo ocupada por uma rede de pessoas interconectadas, transformando-se num espaço de relações que colaboram para a construção do conhecimento.

No campo educacional, a cibercultura apresenta formas colaborativas em rede, que intensificam a conexão entre educadores (as) e educandos (as). É no ciberespaço onde se desenvolve a cibercultura como uma prática que encontra sentido nas relações humanas, uma vez que é produto da ação humana produzida e reproduzida neste espaço, e por meio da conexão em rede.

Refletindo sobre o antigo ideal de emancipação do ser humano, Lévy (1999) apresenta uma ideia de “projeto da inteligência coletiva” como um catalisador na adoção do ciberespaço, e como [...] aspiração mais profunda do movimento da cibercultura. (p.212). Segundo o autor, o projeto é apropriado levando em consideração três sentenças.

A primeira é que não deve ser imposto o desejo de construção de uma consciência coletiva, ou a utilização dos dispositivos técnicos. Além disso, o desenvolvimento da proposta deve indicar uma progressão, integrando adeptos sem qualquer traço de submissão. Isto porque, a própria espontaneidade se deu no desenvolvimento do ciberespaço, mesmo que aspectos científicos, econômicos ou políticos tenham favorecido também esse movimento. Em segundo lugar, é preciso ter clareza de que a inteligência coletiva é uma cultura a ser construída, pois o projeto não se apresenta como uma aplicação pronta.

Por fim, a última proposição é a de que há de se considerar que os suportes técnicos, não certificam a atualização das criações mais positivas. Lévy (1999 p.213), alerta ainda que “[...] o futuro permanece em aberto quanto a seu significado final para nossa espécie.”

Observando o contexto educacional, Costa et.al (2020) sinaliza que a cibercultura expõe também a necessidade de constituição de outras práticas, que são externas ao ciberespaço. Neste entendimento, destaca o ambiente educacional, que dá início a um processo de reconfiguração por meio da incorporação de aspectos próprios da cultura digital, difundida no ciberespaço.

Do mesmo modo, Matozzo e Specialski (2000), partilham o argumento de que o ciberespaço e as tecnologias que o sustentam, expandem e remodelam funções cognitivas como a memória, a imaginação, a percepção e raciocínio, possibilitando acessar informações por meio da navegação. Nesta perspectiva, [...] o que deve ser aprendido não pode mais ser planejado nem precisamente definido de maneira antecipada. (MATOZZO e SPECIALSKI, 2000, p.6).

As autoras ressaltam que a importância na utilização do ciberespaço é evidenciada no melhoramento qualitativo nos processos de aprendizado, que contribuem para o movimento de desconstrução do conhecimento. Deste modo, asseveram que:

A perspectiva deve ser o aprendizado cooperativo, onde professores e estudantes, em comum, trabalhem com os recursos materiais e de informação disponíveis. Assim, os professores também aprendem com os estudantes, além de atualizar os seus conhecimentos disciplinares e as suas competências pedagógicas. A função do professor não pode ser meramente difundir os conhecimentos com mais eficácia. Sua competência deve ser direcionada para estimular a inteligência coletiva – aprender e pensar - dos seus grupos de estudantes. (MATOZZO e SPECIALSKI, 2000, p.6).

Por este ponto de vista, as tecnologias surgem como uma ferramenta potente, inserida nas práticas docentes, em questões de aprendizagem ou em atividades de formação continuada. Apesar disso, não se pode ignorar os perigos que os usos diferenciados das tecnologias oferecem em determinadas situações. Isto posto, Costa et al. (2020, p. 34) evidencia aquelas situações em que os educadores (as) não possuem suporte de políticas públicas, “[...] adequadas para a capacitação e formação continuada para fazer usos éticos e estéticos das tecnologias contemporâneas na docência, por exemplo.”

É justamente pelo risco anunciado que se faz necessário compreender o ciberespaço. Neste sentido, o ciberespaço surge da interconexão entre pessoas, por meio de dispositivos de conexão via internet, e da formação de uma espécie de comunidade virtual, inserida em uma sociedade cibernética. Essa condição pode ser retratada com a emergência das chamadas redes sociais, as quais unem grupos localizados em espaços geográficos distantes, bem como os grupos que se encontram próximos fisicamente, e que pela impossibilidade de reunir-se como totalidade em um mesmo local, no mesmo intervalo de tempo, fazem uso deste ambiente virtual.

Ademais, é preciso ter em mente que o ciberespaço pode ser alimentado pela construção colaborativa de seus frequentadores, que a partir do processo de inteligência coletiva, contribuem para a composição de recursos utilizados na produção do conhecimento.

Ao mesmo tempo, esses recursos estão suscetíveis a intervenções digitais preocupantes, tendo em vista que as informações ou os conhecimentos divulgados podem ser apresentados equivocadamente, de maneira parcial ou distorcida, apresentando inconsistências das mais variadas naturezas, isto é, fragilidades editoriais ou teórico-conceituais. (COSTA et al., 2020). Eis aqui uma das situações de risco que este ambiente está

suscetível e que, em certa proporção, incita críticas à aplicação e incorporação da tecnologia no processo educacional.

Para Lévy (2010 apud Costa et al., 2020), a internet é capaz de renovar os laços sociais, uma vez que se apresenta como um “[...] espaço qualitativo, dinâmico, vivo da humanidade em vias de se auto inventar, produzindo seu mundo.” (p.38).

Tendo em vista tal perspectiva, Costa et al. (2020) afirmam que no contexto educacional o ciberespaço pode se constituir como um espaço de autonomia, o que implica dizer que a tecnologia como recurso metodológico pode contribuir para a construção de uma educação libertadora, aos moldes freireanos, que se contrapõe a uma perspectiva de educação tradicional verticalizada, ou educação bancária.

Os autores destacam que na concepção freireana é preciso contemplar a ideia de transformação da experiência educativa, sobretudo no contexto atual em que os sujeitos envolvidos no processo educativo estão inseridos no universo digital, que também é identificado como um espaço de aprendizagem.

Para os autores, “Cada nova geração pode ser interpretada como em maior sinergia com as práticas e ferramentas de seu tempo, demonstrando possíveis notórias habilidades com os usos dessas tecnologias emergentes.” (COSTA et al., 2020, p.40). Contudo, reforçam a importância da democratização do acesso a essas tecnologias, haja vista essa reflexão da relação ensino e aprendizagem, direcionados ao processo de desenvolvimento da autonomia, característica constituinte da educação problematizadora.

Isto implica dizer que dentro da lógica do pensamento freireano, educadores (as) e educandos (as) passariam ambos pela ação transformadora ocorrida no processo pedagógico, se educando de maneira mútua na relação que estabelecem um com o outro, e também com o contexto social, político, econômico e cultural.

O desafio aqui fixado é refletir a tecnologia em sua relação com a aprendizagem que, na concepção dos autores, não deve representar outro meio de reprodução de um modelo de educação engessada na lógica do professor como sujeito da ação, único detentor de conhecimento, enquanto o aluno é um sujeito objeto, passivo e receptivo. E menos ainda, aceitar a tecnologia como necessidade, dentro de uma perspectiva neoliberal mercadológica.

Do ponto de vista conceitual freireano, é preciso reconhecer o inacabamento de sujeitos e processos como o fato de que estamos em constante construção. Por meio dessa afirmação, Costa et al. (2020) destacam a função das tecnologias como um convite para a busca de inserção de outras estratégias na prática pedagógica.

Essa desacomodação denota a constante transformação do mundo, dos sujeitos, das relações e da própria educação. Analisando o desafio colocado frente aos processos educacionais, com a inserção tecnológica no processo de ensino e aprendizagem, os autores sugerem que, atribuindo outro sentido ao papel do educador (a) nesse contexto, será possível constituir de forma concomitante outro significado para essas especificidades que se edificam no âmbito educacional.

Para tanto, os autores julgam necessário definir uma concepção mais ampla sobre o que é a tecnologia. Neste seguimento, uma das maneiras mais tradicionais de conceituar a tecnologia seria a alusão às máquinas, instrumentos e recursos tecnológicos utilizados para várias finalidades. Contudo, Costa et al. (2020) propõem um exercício de imaginação integrado ao movimento de compreensão e identificação de outros tipos de recursos tecnológicos que utilizamos, mas que não classificamos dentro desta concepção. Deste modo, esclarecem que,

Se não limitarmos nossa imaginação, logo percebemos que a carteira de identidade, os sapatos que calçamos e as chaves que usamos para abrir as portas, são também, recursos e, por conseguinte, tecnologias. Se aguçarmos ainda mais nosso olhar histórico sobre a questão, notamos que a pedra lascada e o fogo foram (e ainda são) também importantes tecnologias para a humanidade. Nessa linha de pensamento, tudo o que empregamos em nossa vida, em nossas práticas sociais, podem ser compreendidas como tecnologias. (Costa et al., 2020, p.48).

Os autores afirmam que apesar de associar recursos a objetos, que servem como um meio para atingir determinado objetivo, essa concepção não deve restringir-se a objetos. Neste sentido, esses recursos podem ser físicos, virtuais ou abstratos, por exemplo, a linguagem.

Entretanto, a linguagem em si não se caracterizaria como recurso, uma vez que é impossível separar sujeito e linguagem, também não é possível se apropriar da linguagem, pois ela é parte constituinte dos sujeitos e é por eles constituída. Talvez a maneira mais adequada de interpretar aquilo que os autores buscam apresentar, seria compreender que tal “linguagem” descrita como recurso, corresponde aos modos de organizar as sentenças linguísticas ou enunciações.

Tal ampliação da concepção do que é tecnologia, que ultrapassa essa associação a objetos concretos e suas finalidades, nos conduz a outro modo de conceitualizar a tecnologia. Isto é, a partir de uma visão holística, que contempla uma completude na compreensão dos fenômenos “[...] abarcando a compreensão sobre as técnicas, os processos, os meios e os métodos inerentes aos instrumentos e às atividades humanas.” (Costa et al., 2020, p.49).

Para os autores, essa concepção desenvolvida por Pierre Lévy deve ser considerada no debate sobre tecnologia e educação, uma vez que essa concepção rompe com a oposição, muitas vezes desejada, entre ser humano e máquina, que ocorre também no meio educacional.

Na mesma compreensão caminha o pensamento de Paulo Freire, que concebe a tecnologia como uma importante expressão da criatividade humana, indicada pela construção de instrumentos utilizados no processo de transformação do mundo. “De tal forma, as tecnologias fazem parte do desenvolvimento natural de todo e qualquer ser humano[...]” (FREIRE, 1968 apud COSTA et al., 2020, p. 50).

Através da concepção freireana, é retratada a constituição de uma *práxis* tecnológica educativa¹⁰, fundamentada em quatro princípios basilares. Costa et al. (2020) apresentam o primeiro princípio como aplicação política da tecnologia, enquanto aspecto ideológico é preciso desconstruir e reformular este recurso, principalmente levando em conta as visões de mundo que permeiam sua construção e utilização. Desta maneira, observar essas intencionalidades é de extrema importância.

No que diz respeito ao segundo princípio, é preciso não apenas compreender a tecnologia, mas buscar controlá-la e dominá-la. Isto porque, “Quando se diz ao educador (a) como fazer tecnicamente uma mesa e não se discute as dimensões estéticas de como fazê-la, castra-se a capacidade de ele conhecer a curiosidade epistemológica.” (FREIRE, 1994; PASSETI, 1995 apud COSTA et al., 2020, p.59).

Em vista disso, o “fazer por fazer”, que não exige reflexão da ação, pode ser perigoso e alienante, condição que pode culminar em resultados muito controversos, haja vista a proposta de transformação dos sujeitos, dos processos e do mundo.

Como terceiro princípio, destaca-se a necessidade de uma redução sociológica pautada na contextualização do fenômeno tecnológico e suas implicações dentro de um contexto específico, investigando formas mais apropriadas de incorporação da tecnologia naquele determinado contexto.

Sobre tal concepção se destaca que,

No caso das tecnologias educacionais, devemos identificar a tecnologia ao pensarmos a melhor forma de incorporá-la em métodos e abordagens para o bem de um grupo discente em um determinado contexto (escolar, universitário, de educação popular ou não-formal etc.). (COSTA et al., 2020, p.60).

¹⁰ Costa et al (2020), explica que a concepção de *práxis* educativa em Freire (1987) consiste, de modo geral, na produção da reflexão e ação dos homens sobre o mundo, na intenção de transformá-lo. Deste modo, uma *práxis* tecnológica educativa, seria direcionada aos mesmos fins da *práxis* educativa, mas considerando o uso da tecnologia nestas ações.

Por fim Costa et al. (2020), apresentam que o último princípio para a constituição de uma *práxis* tecnológica, consiste na adoção de uma postura crítica, questionadora, reflexiva e vigilante com relação à tecnologia, sem construir visões tendenciosas, antes mesmo de analisá-la dentro dos contextos que ela se insere. Por outro lado, é preciso estar ciente de que o objetivo é manipulá-la como recurso, da melhor forma possível, ao invés de sermos por ela manipulados, sendo submetidos a uma concepção de mundo excludente e opressora.

Diante dos princípios apresentados, cabe a reflexão de cada aspecto citado por parte de educadores (as), considerando as realidades e os contextos sociais nos quais se localizam seu espaço de trabalho e sua prática docente. Isto porque, conforme alertam Mattozo e Specialski (2000), dia após dia, surgem novas instituições de educação informatizadas, que dispõem de conexão à Internet, utilizando tal recurso como elemento diferencial frente às outras.

Por este ângulo, Costa e Souza (2006) inserem importantes contribuições para se pensar as relações do espaço virtual informático com as questões econômicas, uma relação que muitas vezes revela debates que podem desqualificar a influência positiva daquilo que é concretamente produzido, pois segundo os autores:

“A cibercultura, embora uma síntese complexa de alguns elementos presentes na cultura técnica e simbólica, não está livre das condições na qual emerge, e menos ainda dos seus elementos constitutivos. Parece querer esconder aos olhos aquilo que a produz.” (p.8).

Neste entendimento, aquilo que produz a cibercultura, e também o espaço que ela se reproduz e se efetiva, isto é, o ciberespaço, também se apresenta como produto da cultura, de um tempo e de um espaço, sendo, portanto, subordinados a estas condições determinantes.

Para além dos desdobramentos levantados nos processos educativos, que decorrem do dilatamento da noção do que é a tecnologia, outras questões devem ser evidenciadas. Deste modo, a expansão conceptual da tecnologia como um recurso material e não material, expõe a incorporação de técnicas e processos de produção e utilização, além de meios e formas de realização.

Isto posto, a complexidade de compreensão deste recurso não permite que a tecnologia seja analisada de maneira isolada ao contexto que a envolve, seja ele social, político ou ideológico. É preciso ponderar tais questões, principalmente quando partimos do pressuposto de que nenhum fenômeno histórico se desenvolve em vistas de neutralidade. Dito isto, sustenta-se que nem a educação nem a tecnologia são neutras.

Por este ângulo, é preciso refletir sobre os diferentes arranjos que englobam o uso da tecnologia no fazer educacional. Nesta perspectiva, a seguir, trataremos sobre alguns pressupostos que envolvem a constituição da EAD na educação superior brasileira, vide as inconsistências de algumas propostas previstas neste processo.

2.3 A EAD na educação superior brasileira: da proposta de modernização à ampliação do processo de privatização

Conforme já mencionamos, a regulamentação da EAD no Brasil ocorreu a partir da criação da LDB de 1996. Contudo, mesmo antes de sua normatização, a EAD surgia como uma nova alternativa de formação de baixo custo diante do discurso de melhoramento dos índices de acesso à educação superior, essencialmente em países subdesenvolvidos. Inicialmente, apresentada sob a forma de cursos profissionalizantes e supletivos, sendo gradualmente estendida para outros níveis de ensino.

Ao questionar o discurso de ampliação do acesso à educação superior em países periféricos, Lima (2006) afirma que os aspectos estruturais da educação a distância a constituem como uma técnica de privatização da educação, caracterizando-a como um mercado educacional promissor.

Segundo a autora, os discursos e as propagandas dos sujeitos do capital buscam justificar a utilização das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) na educação superior, como investimento a uma necessidade estabelecida.

Dentre as justificativas, apresentam-se: os baixos níveis de escolaridade dos países periféricos, necessidade de reformulação da política educacional desses países, dada a ampliação do acesso à educação através da política de inclusão social, além da crucial adaptação à sociedade da informação, tendo em vista os processos de “globalização econômica” e a “internacionalização da informação”. Nesta perspectiva, destaca-se

A inevitabilidade, a inexorabilidade e a irreversibilidade no uso das tecnologias apresentam a utilização das TIC na educação escolar como a oportunidade para que a educação não se torne obsoleta. No mesmo sentido, a capacitação tecnológica será o passaporte de cada indivíduo – a partir de suas habilidades e competências – para a superação do “desemprego tecnológico”, do “analfabetismo tecnológico” e, conseqüentemente, para alcançar a “empregabilidade” (LIMA, 2006, p.148).

Com isso, busca-se produzir um pensamento de que a democratização e o melhoramento dos índices de escolaridade, podem ser alcançados somente a partir dos

pressupostos apresentados. Em contrapartida, trata-se com discrição a questão da lucratividade, adquirida por meio “[...] da dependência científico-tecnológica dos países periféricos, bem como a importante ação da educação a distância na conformação de mentes e corações ao projeto burguês de sociabilidade.” (LIMA, 2006, p.148).

Essa análise mais elaborada dos programas de educação a distância demonstra uma gradual desresponsabilização do Estado em relação às questões de financiamento da educação superior pública.

Nas palavras de Oliveira (2009), na educação superior, dando importância ao aumento da demanda, observa-se uma dificuldade de implementação de uma política pública consistente, que vise a expansão da oferta da modalidade a fim de competir, em números, com o setor privado. “Esse conjunto de elementos criou um próspero e afluyente mercado, cuja faceta mais importante refere-se à penetração do capital financeiro na educação e a consequente internacionalização da oferta educacional.” (OLIVEIRA, 2009, p.742).

Além do mais, o incentivo à privatização das instituições públicas e o aumento de cursos privados, evidenciam as ações pautadas na lógica empresarial, que se intensifica com a consolidação deste novo mercado educacional.

Ao analisar o uso das TICs na educação a distância como aspecto da reformulação da educação superior brasileira, Lima (2006) examina documentos elaborados pelos organismos internacionais do capital, que apresentam a política educacional para países periféricos do sistema capitalista e as ações do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), como contribuições para criar um novo plano que sustentasse a EAD como estratégia de ampliação da privatização da educação superior, ainda que mascarada de democratização do acesso à educação.

No governo Lula, segundo a autora, a educação superior a distância foi apresentada como instrumento de “inclusão social”, bem como um processo de formação e capacitação da classe trabalhadora. Neste cenário, Lima (2006) afirma que o governo buscou dar sentido à educação a distância, configurando-a em um meio de estabelecer parcerias público-privadas e para o aceleração do processo de mercantilização da educação.

Cruz e De Paula (2018), apontam que no governo FHC foi iniciada uma transição para o sistema de massa, observadas as políticas e medidas tomadas na educação superior, a começar pela “[...] imposição da Gratificação de Estímulo à Docência ao Magistério Superior (GED), em 1998, que implicou a reorganização da atividade docente das IFES.” (p.63).

Além disso, é evidenciada a criação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES, 2001), programa que atua no financiamento da graduação de

estudantes em instituições de educação superior privadas, o que favorece o processo de expansão do ensino superior em nosso país.

Contudo, as autoras afirmam que a maior expansão da educação superior foi evidenciada em 2003, com o início do primeiro governo Lula (PT). Neste contexto as autoras ressaltam que:

Dentre essas medidas, destacam-se: o Programa Universidade para Todos (PROUNI, 2004); a integração de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (IFETS, 2007); o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI, 2007); a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB, 2006). (CRUZ E DE PAULA, 20218, p.64).

Sendo assim, mesmo que essas medidas revelem também um investimento que contribui com a expansão no setor público, identificando a reestruturação das universidades federais (REUNI) e outras medidas como a criação de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET), o Sistema de Seleção Unificado (SISU), que se vincula com a oferta de vagas de IES para participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), indica-se, de igual modo, o benefício de investimento e crescimento da educação superior no setor privado, principalmente considerando a implantação de “[...] programas como FIES e PROUNI, promovendo, em grande medida, a expansão das matrículas nesse setor, às custas de vultosas somas de isenção fiscal, com incentivo do Estado [...]” (CRUZ e DE PAULA, 2018, p. 64).

Retomando o papel que a educação a distância cumpre na ideia de massificação do ensino superior, é enfatizada a criação da UAB no setor público, que visou a promoção da modalidade, atuando na formação de professores. Entretanto, nos últimos anos, é observado um crescimento significativo das matrículas na modalidade a distância no setor privado.

Por este ângulo, Lima (2006), examinando os documentos elaborados pelos organismos internacionais sobre a educação a distância, argumenta que a política dos organismos internacionais alega que a verba destinada à educação superior é maior do que para a educação básica, aumentando o conjunto de justificativas para o processo de mercantilização da educação superior.

Neste sentido, é proposta uma redução das verbas públicas, que consiste na medida de diversificação das formas de financiamento, levando em conta a parceria com setores privados. Para Lima (2006), as cobranças de mensalidades, cortes de verbas e das vagas de trabalho, dentre outras medidas, fazem parte da estratégia de privatização de instituições públicas, conforme prevê a política do Banco Mundial para países periféricos, que defende ainda o aumento de instituições privadas.

As reformulações cogitadas têm como pano de fundo o atendimento das demandas do capital. Neste contexto, a EAD é caracterizada como parte da estratégia de diversificação de instituições de ensino.

Em conformidade com os dados apresentados por Lima (2006), no ano de 1998 a UNESCO organizou a conferência Mundial sobre educação superior. O debate foi pautado em aspectos como o ajustamento da educação superior à globalização econômica, autonomia das universidades na utilização eficiente das verbas que lhes são destinadas, a constituição de parcerias no intuito de garantir a formação profissional e a empregabilidade, modos de financiamento, reestruturação curricular tendo em vista o desejo de uma formação profissional e o incentivo para a utilização das tecnologias da informação e comunicação por meio da educação a distância¹¹.

Em 1999 o Banco Mundial reforçou esses pressupostos, reduzindo o uso das tecnologias à educação a distância, e ressaltando a influência internacional exercida pelos países desenvolvidos, como produtores dessas tecnologias, sobre os países subdesenvolvidos no processo de aquisição e adaptação às TICs. (LIMA, 2006, p.153).

Por este ângulo, Pereira (2017) evidencia que a “Reforma” Universitária apresentada nos governos FHC e, posteriormente, intensificada no governo Lula, buscou cumprir normas estabelecidas pelo Banco Mundial, objetivando a mercantilização da educação pública, sobretudo no nível superior. Deste modo, o autor afirma que no governo FHC, desde o princípio, foi notório que o projeto voltado à universidade pública seria colocado em prática às vistas das recomendações e diretrizes do Banco Mundial.

A fim de evidenciar ainda mais este cenário, Pereira (2017, p.45) assinala que:

Da mesma forma que a saúde, a educação deve continuar pública na educação fundamental, mista para o ensino médio e privado no ensino superior, em consonância com a perspectiva da “reforma” do governo. A mídia difundiu a ideia que a universidade gratuita era um privilégio e que a maioria dos estudantes pertencia às famílias que teriam condições de pagar os estudos superiores. Assim sendo haveria mais espaço para os estudantes de baixo poder aquisitivo na esfera pública.

Assim, a execução do projeto de privatização, contou com justificativas de que o ensino gratuito e a conservação da universidade pública eram inviáveis, o que evidenciou a lógica do mercado. Desta maneira, foram várias as medidas tomadas pelo governo para

¹¹ Em 2003, na Segunda Reunião dos Parceiros da Educação Superior (Paris+5), essas diretrizes foram retomadas pela UNESCO na intenção de reformular a educação superior a partir da avaliação dos resultados para a política de educação superior. O debate reforçou o pressuposto de que o uso das TIC seria restrito à educação a distância, sobretudo, para países periféricos do capitalismo.

reduzir a resistência da comunidade universitária. Sendo assim, professores e funcionários tiveram os seus salários encolhidos. Pereira (2017), ressalta também que as verbas de manutenção das universidades foram aos poucos reduzidas, bem como bolsas de mestrado e doutorado. Tudo isso, abarcando uma estratégia para justificar que a privatização era a saída para as universidades públicas, ou seja, somente assim poderia ser ofertada uma educação de qualidade.

Entretanto, o autor reitera que essas medidas apenas efetivava uma concepção neoliberal, manifestada pelo Banco Mundial, sobre a educação. “Neste processo de sucateamento da universidade pública, expande-se a ideia do ensino pago, pois o governo pretende que a mesma se dedique unicamente ao ensino, deixando a pesquisa ser realizada apenas por centros de excelência.” (PEREIRA, 2017, p. 45).

Considerando ainda a reforma da educação superior, Lima (2006) ressalta o papel da Organização Mundial do Comércio (OMC) no processo de “democratização” da educação. Deste modo, afirma que também na perspectiva da OMC a educação se insere no setor de serviços, conforme exhibe o Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (AGCS)¹².

Na análise de documentos, a autora destaca a elaboração de um documento do governo dos EUA denominado “Comunicacion de los Estados Unidos: Servicios de Enseñanza”, que defende vantagens do comércio educacional e meios de superar os impedimentos da liberalização desse comércio. Nesta perspectiva, Lima (2006) chama a atenção para os valores gerados com a venda desses serviços.

O documento ressalta também as ações que os países membros da OMC devem adotar para garantir a ampliação da comercialização de serviços educacionais. Dentre as ações, Lima (2006, p.157) destaca

[...] a abertura para movimentação comercial dos provedores internacionais de serviços; a garantia da não-aplicação de restrições ao consumo de serviços estrangeiros, principalmente no que se refere às limitações legais para a participação de capital estrangeiro; e a reversão do atual quadro de regulamentação excessiva em relação à emissão de diplomas e certificados. Estas foram, portanto, as diretrizes das ações desenvolvidas pelo governo Cardoso e, sobretudo, pelo governo Lula da Silva para adequação da educação superior brasileira às demandas do capital, em sua busca incessante por novos campos de lucratividade.

A LDB de 1996 assinalou a constituição desta política nacional de educação superior, fundamentada na restrição do uso das tecnologias à educação a distância. Primeiro através do

¹² O AGCS é identificado, também, pela sigla da língua inglesa Gats (*General Agreement on Trade in Services*) sendo aplicado a todos os serviços com exceção dos serviços fornecidos pelo governo. No acordo, a educação se inscreve como um serviço negociável.

apoio do poder público à educação a distância, e posteriormente pelo credenciamento e reconhecimento dos cursos realizado pelo MEC¹³.

A autorização da utilização da educação a distância em 20% da carga horária dos cursos regulares em universidades, faculdades e centros educacionais e a admissão da pós-graduação *stricto sensu* ofertada nesses moldes, contribuíram para o crescimento da modalidade.

Durante o governo de FHC, foram exercidas ações descritas como estratégias de democratização do acesso à educação, mas que contribuíram para a ampliação da privatização da educação superior. Por este ponto de vista analítico Lima (2006, p.160) afirma:

Durante o período de 1995 a 2002, o Ministério da Educação deu prioridade a três focos de ação da educação a distância: a atualização de professores em serviço; o acesso das camadas pauperizadas da população ao ensino fundamental; o treinamento dos trabalhadores em serviço. A atualização de professores, especialmente do ensino fundamental, seria realizada por meio do Programa TV Escola e do Programa Nacional de Informática na Educação.

Na tentativa de sustentar melhor a política de educação superior a distância, o MEC criou uma comissão assessora composta por especialistas em educação a distância, além de representantes de instituições públicas, privadas e do ministério da educação. A comissão tinha o objetivo de assessorar a Secretaria de Educação Superior/ MEC na construção e ajuste de propostas e normas que regulamentavam a oferta da educação a distância em nível superior. Ademais, foram criados consórcios¹⁴ entre universidades brasileiras, que colocaram em evidência o estabelecimento de parcerias público-privadas na oferta de cursos à distância. (LIMA, 2006).

Ainda em referência ao governo Cardoso, foi constituído o Programa Sociedade da Informação. Concomitante à criação do Programa, foi elaborado o *Livro Verde*, que apresentava uma série de ações que incentivaram o desenvolvimento da Sociedade da Informação no Brasil.

Neste sentido, segundo Lima (2006), as tecnologias são apresentadas como uma estratégia para ampliar o acesso à educação, no intuito de “[...] garantir a qualificação dos recursos humanos requeridos pelo novo padrão de desenvolvimento[...]” (p.164), haja vista

¹³ Portaria nº 301, de 7 de abril de 1998

¹⁴ Dentre os consórcios criados destaca-se a UNIREDE, que elaborou documentos analíticos sobre a fundamentação teórico-política dos projetos desenvolvidos pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), e sobre o papel dos consórcios na oferta de cursos a distância.

que os processos de globalização econômica e do desenvolvimento de uma sociedade da informação exigem mudanças educacionais.

De acordo com Arruda e Arruda (2015), o próprio (PNE 2001-2010), Plano Nacional de Educação, indica que a EAD se caracteriza como um meio de ampliação de vagas e ofertas, além de ser uma forma eficaz de superar desafios educacionais que se apresentam. Sobre o PNE os autores afirmam ainda, que as iniciativas privadas no âmbito da EAD são bastante visadas no documento. Em contra partida, pouco é dito sobre as iniciativas públicas. Nas palavras dos autores o plano refletia duas perspectivas,

[...] de um lado um olhar mercantil, com alusões indiretas à ampliação da oferta e à redução de custos no desenvolvimento de cursos nesse formato. A EaD, sob essa perspectiva do PNE 2001-2010, parece ser a resposta para os males que acometeram a educação brasileira ao longo dos últimos séculos. O outro olhar é de caráter instrumental e técnico. Tem-se a impressão de que, em complemento à visão anteriormente discutida, a presença quantitativa de equipamentos (computadores, televisores, etc.) por si só garantiria a melhoria da educação e a possibilidade da oferta de cursos à distância. (ARRUDA E ARRUDA, 2015, p.325).

Dito isto, vale ressaltar que embora corroborando com os objetivos do governo anterior, o mandato de Luiz Inácio Lula da Silva aprofundou a estruturação da política de educação superior a distância, através da elaboração de documentos que reforçam a necessidade de uma reforma da educação superior. Contudo, Arruda e Arruda (2015, p. 325) esclarecem que este contexto político “[...] apresentou melhorias na definição da EaD, bem como um conjunto de artigos mais claros a respeito da sua organização e funcionamento.¹⁵”

No documento intitulado “Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades federais e roteiro para a reforma universitária brasileira”, está proposta uma regulamentação em todos os níveis de ensino, considerando a expansão e consolidação da educação a distância. De acordo com a análise de Lima (2006), a minuta contida no documento prevê que na educação básica para jovens e adultos serão realizadas matrículas em cursos EAD livre de exigências de escolarização mínima anterior, cabendo apenas o cumprimento da idade e avaliação estabelecidas, conforme determinação do sistema de ensino.

No caso da educação superior, as instituições credenciadas criarão seus cursos que poderão “[...] aceitar transferência e aproveitar estudos concluídos pelos estudantes em cursos

¹⁵ As melhorias na definição da EAD citadas podem ser constatadas através da consulta de informações contidas no Diário Oficial da União e no site do MEC (Ministério da Educação), e observadas a partir da revogação do decreto nº 2.494 de 1998, pelo decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005 (governo de Luís Inácio Lula da Silva) que, posteriormente, foi revogado pelo decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 (governo de Michel Temer).

presenciais no mesmo nível [...]” (LIMA, 2006, p.166). A ação contrária da aceitação de certificações também poderá ser efetuada por cursos presenciais, quando as instituições que atuam na modalidade a distância estiverem devidamente credenciadas.

Tratando especificamente da pós-graduação, a minuta apresenta as seguintes orientações,

Na minuta de decreto propõe-se ainda, a regulamentação dos cursos de mestrado e doutorado a distância, realizados por intermédio de parcerias entre instituições brasileiras de educação superior e instituições estrangeiras, abrindo, portanto, a possibilidade de reconhecimento de diplomas dessas instituições pelas universidades brasileiras públicas ou privadas. (BRASIL, 2003 apud LIMA, 2006, p. 166).

A quarta versão do Anteprojeto de lei da educação superior de maio de 2006 mantém os aspectos citados na terceira versão de julho de 2005, que intenciona o aumento de vagas na educação superior pública, mais precisamente 40% em dez anos, considerando a conservação do montante orçamentário destinado às IES públicas.

Outro elemento preservado nesta versão, diz respeito a influência internacional no mercado educacional brasileiro através da educação superior a distância, o que reforça a lógica de empresariamento e a participação do capital estrangeiro na educação superior brasileira.

Referindo-se ainda às ações do governo Lula, Lima (2006) apresenta que o Decreto nº 5.800/2006, que objetiva a criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), foi uma ação coletiva do Fórum das Estatais pela Educação, do MEC, da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), empresários, organismos internacionais em interação com a sociedade civil brasileira.

O projeto que institui a UAB contribuiu para fomentar a modalidade de educação a distância em instituições públicas de ensino superior. Deste modo, era manifestado o interesse por metodologias inovadoras, amparadas pelas tecnologias de informação e comunicação. O programa intencionava também, a criação de centros de formação através do estabelecimento de polos de educação a distância em locais estratégicos.

Por este ângulo, a constituição da UAB põe em evidência o projeto de massificação do ensino e das certificações como objetivos da política de governo, expressando mais uma vez o estabelecimento da parceria público-privada, tendo em vista as questões de financiamento e organização, e contribuindo para a fundamentação de uma mercantilização da educação superior brasileira.

Através da análise dos documentos citados, é construída uma concepção da educação a distância expressada por seis aspectos principais. Deste modo, de acordo com Lima (2006, p.170),

1) passaporte da educação para a “globalização econômica” e a “sociedade da informação”; 2) estratégia de ampliação do acesso à educação, a partir da articulação dos conceitos de espaço, técnica e tempo; 3) uma política de “inclusão social” dos setores mais empobrecidos da sociedade; 4) uma via de internacionalização da educação superior, concebida como transferência de tecnologia produzida nos países centrais; 5) certificação em larga escala, especialmente para a formação e capacitação de professores em serviço; 6) um eixo determinante da reconfiguração do trabalho docente, indicado, inclusive uma nova designação para o professor, que passa a ser um facilitador, animador, tutor ou monitor.

As alegações do MEC sobre uma proposta de integração na sociedade da informação são fundamentadas pela questão do desemprego como produto da desqualificação da mão de obra, isto é, aquele trabalhador alheio ao mundo tecnológico, que precisa se adaptar para cumprir as exigências do mercado de trabalho.

No entanto, não se realizam apontamentos sobre a exclusão provocada pela tecnologia causadora do desemprego. Lima (2006) destaca que a nível mundial as desigualdades e a ausência de crescimento econômico significativo podem acarretar na exclusão de um grande grupo de trabalhadores, sendo [...] completamente excluídos do acesso ao mercado formal de trabalho. (LIMA, 2006, p.170).

A ideia de uma proposta de política inclusiva pode ser utilizada, muitas vezes, dependendo do modo de produção e do campo ideológico, como um artifício para encobrir a face de um projeto hegemônico contido em reformas educacionais. Nas palavras de Lima (2006), a sociedade da informação é uma sociedade de classes, afirmação que se confirma com a observação da estratégia política e econômica, assinalada pela dependência na produção de tecnologia dos países centrais em relação aos países periféricos.

As variáveis espaço, técnica e tempo são fatores que se inserem na estratégia que sustenta uma noção de que, com a globalização econômica e a sociedade da informação, as fronteiras são quebradas e não há exclusões quanto ao acesso à tecnologia e informação. Contudo, as questões espaciais não assumem uma igualdade, tendo em vista que o crescimento econômico é desigual, devido a centralidade da produção e do consumo em certas regiões que garantem vantagens em relação a outras. “As inovações tecnológicas não alcançam todos os países e regiões, apenas aqueles de interesse do capital. E, quando alcançam, duas questões devem ser apresentadas: que tipo de acesso e a que tipo de tecnologia?” (LIMA, 2006, 171).

O capital em crise e a concorrência realizada entre capitais de diferentes origens são responsáveis por estabelecer o desenvolvimento deste sistema tecnológico e informacional, incentivado pelos organismos internacionais como o Banco Mundial, UNESCO e OMC.

Lima (2006) afirma ainda que a política exercida pelo MEC demonstra a sujeição dos governos brasileiros, que são analisados às regras dos organismos internacionais. Com a expansão dos mercados educacionais e o livre comércio de serviços, o projeto da educação como serviço será concretizado, sendo concebidas a sua internacionalização e comercialização. Nas palavras de Lima (2006), essa concepção se dará da seguinte maneira,

[...] remoção de todas as barreiras ao comércio de serviços, viabilizando a exportação de programas de educação superior dos países centrais para a periferia; o fornecimento de consultorias e a formação de parcerias para financiamento de pesquisas, criando a educação transnacional, base de sustentação das propostas da OMC: a educação como serviço. (LIMA, 2006, p.172.).

A análise de Lima (2006) possibilita a reflexão de que os governos analisados contribuíram, mesmo que em proporções diferentes, para ampliar o processo de privatização da educação pública, por aderirem a política dos órgãos internacionais e se inserirem nesta lógica empresarial. Contudo, não se pode englobar e nem reduzir diferentes governos e seus processos de gestão em uma súmula unívoca, uma vez que enquanto alguns governos atuaram com vistas para o sucateamento das instituições, outros criaram inúmeras instituições públicas de ensino, apesar das medidas mencionadas, oportunizando o acesso à educação pública através de espaços como a própria Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) *campus* Erechim.

Refletindo sobre as políticas públicas para a educação superior a distância, Resende e Costa (2019), pontuam que com relação a perspectiva da educação como um bem de consumo, se observam alterações na legislação brasileira ao longo dos anos. Deste modo,

[...] a lei específica que tratava da desregulamentação dos serviços educacionais foi publicada pelo Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997. Este foi revogado pelo Decreto nº 3.860, de 2001; revogado também pelo Decreto nº 5.773, de 2006 e por último revogado pelo Decreto nº 9.235, de 2017 que está em vigor no momento. Este dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de Educação Superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Todo o histórico de alterações e mudanças na legislação apontaram para a consolidação das ações neoliberais para a Educação Superior no Brasil. (p.35)

Neste sentido, as autoras reforçam que no período de 2003 a 2010, o que se observa é a presença de políticas conciliatórias no Brasil, que “[...] permitiram o crescimento do setor

privado, mas também houve investimentos no setor público.” (RESENDE E COSTA, 2019, p.45). Sendo assim, não se podem negar os avanços alcançados, mas neste cenário se acentuam os pontos menos favoráveis decorrentes das medidas governamentais de Reforma Estatal e educacional brasileira, que juntamente com as políticas sociais e educacionais, contribuíram para o atendimento das diretrizes sugeridas dos organismos internacionais como, por exemplo, as do Banco Mundial.

Para Sguissardi (2015), o processo de mercadorização da educação superior brasileira perpassa diversos mandatos presidenciais, mas o ano de 2007 marca a abertura de capital e IPO na Bovespa das primeiras empresas educacionais, ação decisiva que insere a educação superior na corrida pela concorrência no setor mercantil.

Pereira (2017, p.48) afirma que a grande massa populacional não ganha com a “reforma” neoliberal do ensino superior, tendo em vista que ela se caracteriza como parte do processo de crescimento da exploração internacional, fator que “[...] tende a aumentar a pobreza em escala crescente, principalmente em países de capitalismo subordinado como o Brasil.”. Deste modo, dentre aqueles que são beneficiados com este projeto de educação superior, o autor destaca:

O governo, as empresas capitalistas e os empresários da educação são beneficiados com este estado de coisas. O governo busca manter a governabilidade com a ilusão do ensino superior para a juventude e políticas paliativas (política de cotas, inclusão de excepcionais, entre outras). Os empresários da educação ganham por conseguirem ampliar o seu mercado consumidor e pelos incentivos governamentais. As empresas capitalistas ganham com a produção ampliada de força de trabalho, o que lhe permite aumentar a exploração com a queda dos salários oriunda da competição pelo mercado de trabalho. (PEREIRA, 2017, p.49).

Isto posto, cabe dizer que a ampliação e a reformulação da educação superior apresentada como democratização do acesso à educação não atribuem um novo papel a universidade. Pelo contrário, mantém o histórico modelo de transmissão de conhecimentos, sem mobilizar a classe trabalhadora na luta pela descontinuidade da ordem burguesa.

Neste sentido, é essencial refletir sobre os interesses envolvidos na política deste novo modelo educacional, e sobre nossos deveres políticos enquanto cidadão, que engloba também uma postura de defesa do direito à educação pública de qualidade, atribuída como dever do Estado. Cumprindo os princípios citados, a educação a distância de fato efetivaria o processo de democratização do acesso à educação.

Considerando a proposição da pesquisa de discutir a mercadorização da educação superior a partir da expansão da modalidade de ensino a distância, o tópico que segue irá

apresentar dados numéricos dessa expansão, registros que evidenciam o rápido crescimento da modalidade. Deste modo, partiremos da análise de uma dimensão mais ampla, em nível de Brasil, seguindo com a verificação no nível estadual até chegar aos dados que correspondem ao nosso território de análise.

2.4 Números da expansão da educação a distância

A sociedade como um todo vivencia um contexto de rápidas e sucessivas transformações em todos os seus setores. No campo educacional, são evidentes os profundos impactos da tecnologia no mundo cada vez mais globalizado, basta observar as inovações do processo educativo, principalmente na educação superior.

De forma decisiva e cada vez mais intensa, a globalização vem rompendo barreiras entre os diferentes territórios, mas não obstante edifica muitas outras, dada a realidade de que não existem mais limites para o mundo dos negócios e para as relações de mercado. Em contrapartida, a competitividade que os sujeitos e as instituições estão submetidos é uma característica desta integralização que gera condições de desigualdades na esfera econômica.

Diante do contexto econômico, no qual as regras são ditadas pelo sedento mercado e sua lógica de lucratividade, estendida a diferentes setores da organização social, a educação parece estar sendo apartada do campo dos direitos, considerando o seu rápido e crescente deslocamento para o campo dos serviços

Essa transição se torna mais perceptível quando observamos o movimento de expansão da EAD, somado a apresentação da educação como um produto. A perspectiva que os empreendedores deste novo mercado educacional manifestam, é a necessidade de aderência a este modelo educativo inovador, pois dispõe de um processo de aprendizagem julgado como mais apropriado ao perfil de aluno que surge com o despontar da era tecnológica.

É preciso ressaltar que a EAD não marcou o início do processo de mercadorização da educação, julgando pela sua recente implantação e regulamentação no Brasil, no ano de 1996. Em um período histórico anterior ao seu estabelecimento, já existiam instituições presenciais que se assumiam na lógica da atividade comercial.

Estudos indicam que o desenvolvimento de um setor empresarial na educação brasileira é antigo, remontando o período da ditadura militar, embora a obtenção de lucros pelas instituições de ensino, nesta época, fosse restringida pela legislação dada a natureza da

própria educação. A constituição de 1988 alterou esta condição viabilizando essa prática, que com a LDB foi acelerada. (OLIVEIRA, 2009).

Desse modo, com a regulamentação da LDB, as condições tornaram-se favoráveis para o alargamento do processo de mercadorização da educação. Diante disso, a EAD surge como mais um campo de especulação financeira, uma vez que a visão empreendedora no mundo globalizado oferece inúmeras possibilidades de maximizar os ganhos e vantagens no mercado econômico.

Notabilizando esse contexto no qual a educação é inserida na atividade econômica, reitera-se que em fevereiro de 2007 ocorreu o lançamento de ações na bolsa de valores de São Paulo, de instituições como Anhanguera Educacional, Estácio de Sá, Kroton Educacional, do Grupo Pitágoras e pela Sociedade Educacional Brasileira (SEB), controladora do antigo Curso Oswaldo Cruz (COC)¹⁶.

De acordo com Oliveira (2009), somando as vendas das ações, o valor captado foi R\$ 1,9 bilhão em 2007 e 2008, e a maioria das ações foi comprada por estrangeiros. Com as vendas foram efetivadas as compras de outras instituições.

Tal situação ressalta os efeitos da globalização e da ruptura de fronteiras que o capitalismo financeiro assegura, haja vista a busca contínua pela maximização dos lucros. As informações sobre o investimento dessas instituições na bolsa de valores, apontam que o campo educacional vem sendo inserido na atividade mercantil, com uma intensidade maior do que se imaginava, evidenciando as mudanças significativas engendradas no processo de globalização.

Baseando-se na concepção de que mercadoria é tudo que pode ser comprado ou vendido, tendo em vista a perspectiva de acumulação de capital, negar que a educação vem sendo tratada como uma mercadoria é o mesmo que negar a realidade. (BOTTOMORE, 1998 apud OLIVEIRA, 2009). Sendo assim, mais do que atestar se a expansão da EAD potencializa ou não a mercadorização da educação, é necessário compreender o funcionamento deste processo, sua dimensão e suas estratégias de alicerçamento.

Retomando o foco de análise para a EAD e seu acelerado crescimento, ressaltam-se os dados do Censo da Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 2019.

¹⁶ O COC é um sistema de ensino brasileiro. Em 2011, o nome foi alterado para SEB COC e de Faculdades COC para UNISEB.

Tabela 1 - Números de vagas em cursos de graduação, por modalidade de ensino e categoria administrativa – 2019

Vagas de cursos de graduação			
Categoria Administrativa	Total Geral	Presencial	A distância
Total Geral	16.425.302	6.029.702	10.395.600
Pública	837.809	734.225	103.584
Privada	15.587.493	5.295.477	10.292.016

Fonte: elaborado pela autora com base em dados disponibilizados pelo Censo da educação superior de 2019. Portal do MEC

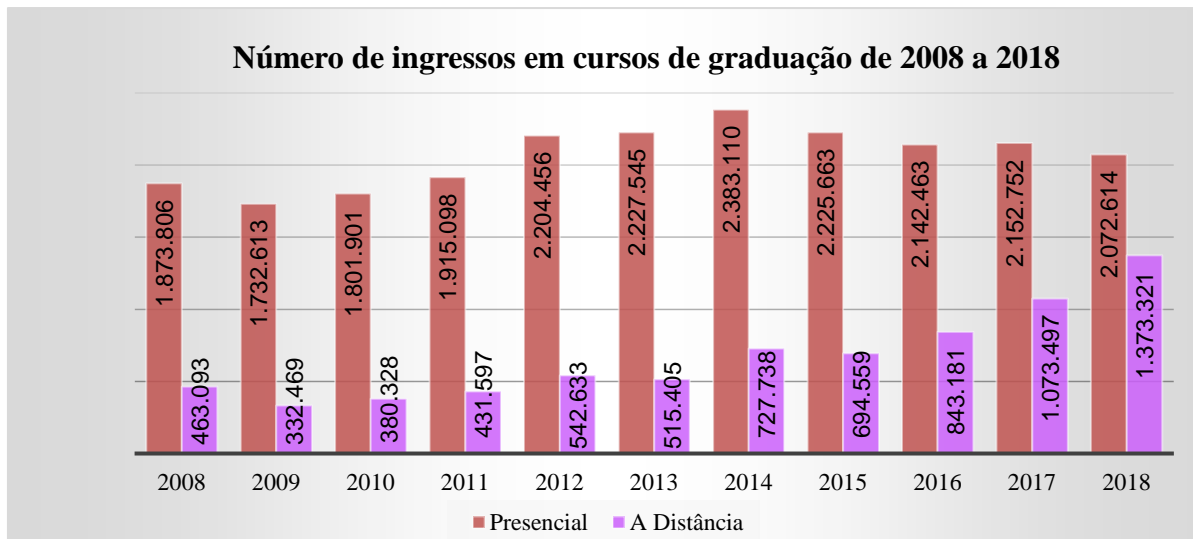
A tabela 1 apresenta os dados publicados em 2021, que revelam os números da expansão da educação superior no Brasil. No que diz respeito ao número de vagas em cursos de graduação, o total geral em 2019 é de 16.425.302, isto é, 21,41% a mais do que em 2018, quando o número era de 13.529.101 vagas. Ainda no que diz respeito ao total de vagas ofertadas em 2019, 36,71% equivale ao representativo da modalidade presencial, e 63,29% à modalidade a distância.

Com relação a modalidade a distância as vagas corresponderam a um total de 10.395.600 vagas, resultando em um aumento de 44,98% em relação ao ano anterior, quando esse total era de 7.170.567. No entanto, no que diz respeito a divisão de vagas da modalidade a distância por categoria administrativa, houve uma redução de 8,47% das vagas ofertadas em instituições públicas, considerando que em 2019 o número é de 103.584 vagas enquanto em 2018 correspondia a 113.174. Já em estabelecimentos privados, tendo em vista o quantitativo de 2018, que era de 7.057.393 vagas, foi registrado um aumento de 45,83%, o que corresponde a um total de 10.292.016 vagas ofertadas.

A modalidade presencial sofreu uma baixa de 5, 17%, sendo que em 2019 dispõe de 6.029.702 vagas, enquanto em 2018 esse número era de 6.358.534. Analisando a modalidade presencial por categoria administrativa, o total de vagas em instituições públicas, em 2019, é de 734.225, representando um crescimento de 1,64% tendo em vista os números de 2018 quando mantinha 722.395 vagas.

Com base no censo da educação superior realizado em 2018, o gráfico 1 demonstra que o número de ingressantes em cursos de graduação a distância aumentou nos últimos 10 anos.

Gráfico 1 - Número de ingressos em cursos de graduação de 2008 a 2018



Fonte: elaborado pela autora com base em dados disponibilizados pelo Censo da educação superior de 2018. Portal do MEC

Em 2008, o número correspondia a um percentual de aproximadamente 20%, já em 2018 os números dobraram representando um total de 40%, dessa forma, o total geral de ingressantes em cursos de graduação era de 3.445.935 estudantes. Na modalidade a distância, ingressaram 1.373.321 estudantes, considerando que 1.310.678 na rede privada e 62.643 na rede pública de ensino.

Conforme a tabela 2, em 2019 o número total de ingressantes na modalidade a distância teve um aumento de 15,94%, sendo que do total geral de 3.633.320 ingressantes, 1.592.184 ingressaram em cursos à distância.

Tabela 2- Número de ingressantes de graduação por modalidade de ensino -2019

Ingressantes de graduação - 2019	
Modalidade	Total
Total	3.633.320
A Distância	1.592.184
Presencial	2.041.136

Fonte: elaborado pela autora com base em dados disponibilizados pelo Censo da educação superior de 2019. Portal do MEC

Em relação a modalidade presencial, em 2018, havia 1.554.321 ingressantes em estabelecimentos privados e 518.292 em instituições públicas, contabilizando um total de 2.072.614. Em 2019, observando a tabela 2, houve uma redução de 1,52% no número de ingressantes, em números, foram 31.478 estudantes a menos em comparação com o ano anterior, considerando que neste período ingressaram, na modalidade presencial, 2.041.136 estudantes.

Ainda com relação ao gráfico 1, percebe-se que a EAD oscilou o número de ingressos nos cursos de graduação de 2008 a 2015, estabelecendo uma regularidade no aumento de ingressantes nos anos subsequentes a este período, até o ano de 2018, mantendo-se em crescimento em 2019, observando os dados da tabela 2.

A análise demonstra ainda que de 2016 para 2018, o aumento de ingressantes foi de mais de 530 mil estudantes, especificamente 230.316 ingressantes de 2016 para 2017, e de 299.824 estudantes de 2017 para 2018. Se comparado esses números com os dados de 2019, o aumento de ingressantes, entre os anos de 2016 para 2019, é de 749.003 mil estudantes, ou seja, 41,2% a mais do que no período de 2016 para 2018.

De acordo com os dados do censo realizado em 2018, a rede privada abrange 6,3 milhões de estudantes, garantindo uma participação maior que 75% no sistema de educação superior. É ressaltado também, que a cada quatro estudantes, três matriculam-se em instituições privadas.

Neste sentido, os dados de 2018 demonstram que a EAD vem alcançando a modalidade presencial, na categoria administrativa privada. Considerando a relação dos números de ingressantes apresentados, a modalidade presencial abrange 54,3% dos estudantes e a distância 47,7%.

Entre os dados apresentados pelo censo 2018, destacam-se as 20 maiores instituições de educação superior a distância, considerando o número de matrículas em cursos de graduação no ano de 2017. Dentre elas, a primeira colocada do ranking é a Universidade Pitágoras Unopar com 329.384 matrículas e em quarto lugar está a Universidade Anhanguera com 143.876 matrículas, destacando que ambas são definidas como marcas do grupo Kroton.

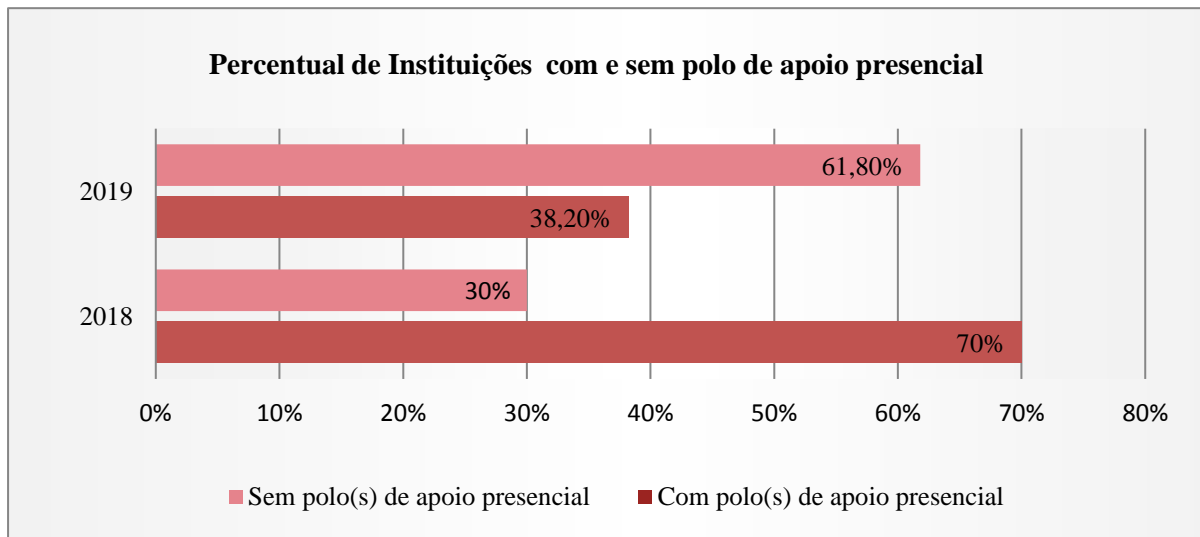
Os censos da Educação a distância no Brasil, realizados pela Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), em 2018 e 2019, também apresentam dados pertinentes para evidenciar o processo de expansão das instituições EAD, bem como demais aspectos relacionados a este movimento.

O primeiro fator a ser destacado pelo Censo de 2018 são os dados relacionados às instituições que possuem polo de apoio presencial, tendo em vista que essa medida não se constitui como obrigatória desde 2017, uma vez que não há mais “[...] a necessidade de aprovação *in loco* pelo Ministério da Educação (MEC), as instituições já regulamentadas passaram a ampliar em muito a oferta de polos.” (CENSO ABED, 2018, p.47).

De acordo com o censo 2018, o alto percentual de instituições que mantém a oferta de polos, se caracteriza como estratégia das instituições formadoras. O crescimento registrado

em 2018, em comparação com o ano anterior (2017), foi de 2%. No entanto, de 2018 para 2019 houve uma severa redução na oferta de polos, conforme demonstra o gráfico abaixo.

Gráfico 2- Percentual de Instituições com e sem polo de apoio presencial em 2018 e 2019



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados disponibilizados pelo Censo EAD. BR 2018 e 2019. ABED

Com relação aos dados de abertura de polos demonstrados no gráfico 3, o censo de 2019 indica que, entre os anos de 2018 e 2019, houve uma baixa na abertura de polos de um ano para outro. Em 2018, foram abertos 3.455 polos, enquanto em 2019 esse número caiu para 2.538. Entretanto, foram fechados 374 polos em 2018, ao passo que no ano seguinte, 353 polos foram fechados.

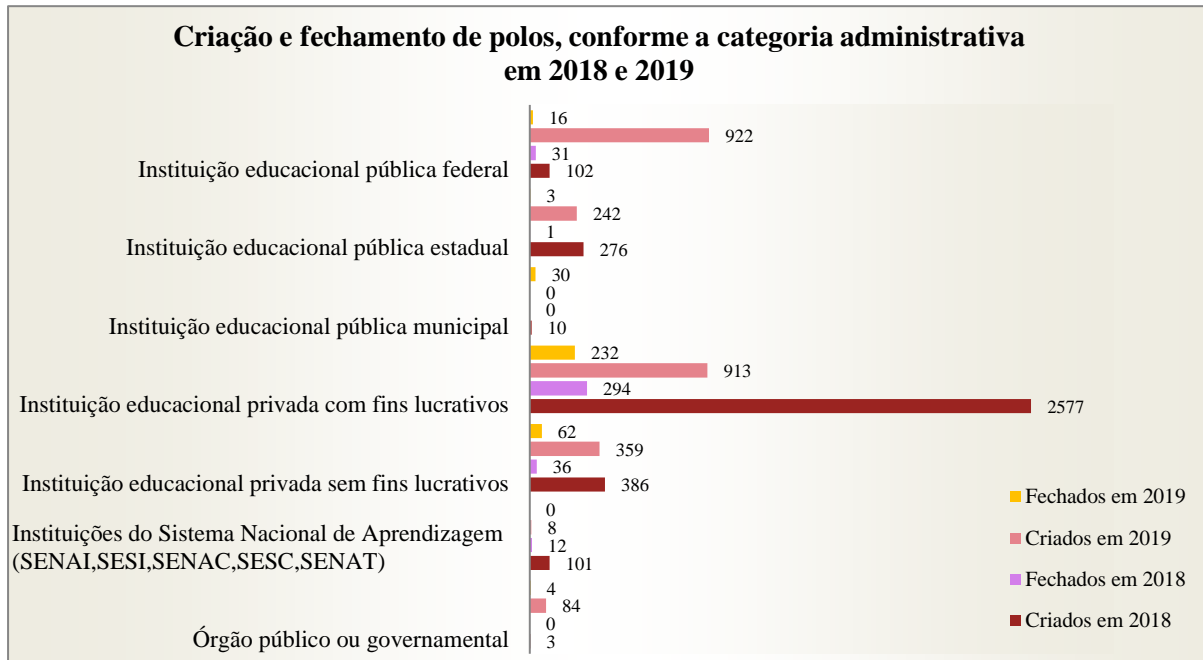
Cabe ressaltar que essa redução na abertura de polos em 2019, pode estar relacionada aos dados anteriores, sobre a não obrigatoriedade de abertura de polos e a extinção da prática reguladora de aprovação *in loco*, antes exercida pelo Ministério da Educação (MEC).

Voltando aos dados do censo da ABED de 2018, se observou que a maior expansão na criação de polos se deu no contexto de oferta das instituições privadas. Para termos de especificação, foram 2.577 polos criados na categoria de instituições com fins lucrativos, no ano anterior esse número era de 1.476. Conforme os dados do censo de 2018, ainda no que se refere à expansão na criação de polos, nas categorias públicas estaduais e federais também se observa tal crescimento.

Considerando as informações retiradas do censo de 2019, sobre a criação de polos na categoria de instituições com fins lucrativos, neste período, houve uma redução de aproximadamente 64%, visto que foram criados 1.664 polos a menos do que em 2018. Com relação ao fechamento desses estabelecimentos, se observou uma redução em torno de 21%,

isto é, 62 instituições a menos fechadas em 2019. Ainda assim, é destacado que as instituições privadas com fins lucrativos seguem como maiores investidoras na expansão da rede de polos.

Gráfico 3- Número de Polos criados e fechados por categoria administrativa em 2018-2019



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados disponibilizados pelo Censo EAD. BR 2018 e 2019. ABED

Com relação à localização dos polos, o censo de 2018 aponta que 86% deles estão situados no interior dos estados e, respectivamente, os 14% restantes em capitais. Já o censo de 2019, indica que os percentuais são de 84% localizados no interior e 16% nas capitais. Outro dado apresentado pelo censo de 2018, é que os estudantes que optam por cursos totalmente a distância são aqueles com idade entre 26 e 30 anos, que correspondem a 39,3% e aqueles entre 31 e 40 anos, que equivalem a 37%. Somados, esses quantitativos relacionados às faixas etárias, compõem 76,3% do contingente de estudantes dessa modalidade.

Especula-se ainda, que esses números estejam interligados a questão do mercado de trabalho, pois os estudantes dessas faixas etárias precisam, normalmente, prover a subsistência de suas famílias e os cursos aos moldes da EAD, oferecem a possibilidade de flexibilizar horários e acessos.

São traçados também, dados sobre o perfil dos estudantes com base na etnia. Analisando as instituições públicas de ensino a distância, o censo de 2019 destaca que menos de 50% das pessoas são negras, haja vista os dados recolhidos do processo de autodeclaração. Sendo assim, pessoas brancas ainda constituem uma proporção mais expressiva.

Considerando os povos indígenas, os números são ainda mais reveladores, pois não somam sequer 1%.

Ao analisar as regiões do Nordeste e o Centro-Oeste do país, verifica-se outra realidade, neste caso, a maioria dos alunos são negros, e o quantitativo com relação aos cresce timidamente para 5% (Nordeste). Já no contexto das regiões do Sudeste e Sul, os brancos são a maioria, há de se considerar para fins de análise sobre o acesso da educação, que é alta a quantidade de instituições que se concentram nesses estados, portanto, a questão da acessibilidade em função da estrutura da modalidade, é ainda discutível.

Abrindo um parêntese para a questão da acessibilidade, se julga necessário destacar as considerações realizadas no censo da ABED:

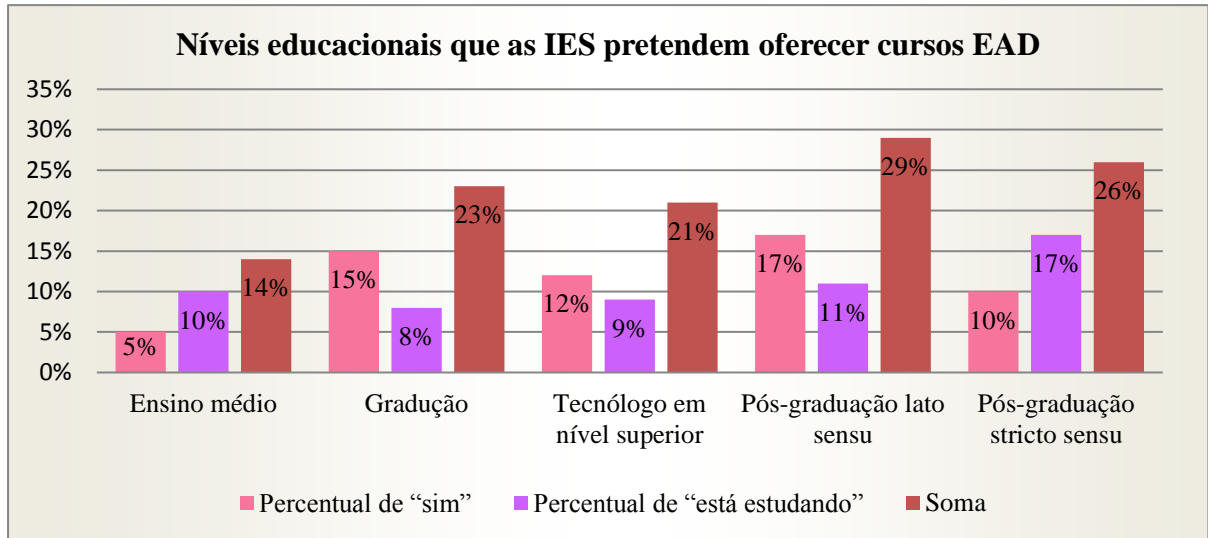
Nas universidades públicas, especificamente na modalidade presencial, o Sudeste iguala a quantidade de negros e indígenas ao número de pessoas brancas, um sinal expressivo do efeito das cotas sociais sendo postas em prática juntamente com medidas afirmativas. Algo consideravelmente diferente do que se vê na modalidade EAD. (CENSO ABED, 2019, p.27).

A análise demonstra que de forma esmagadora, no que tange a abrangência da EAD no país, a maioria das pessoas é brancas, com exceção da região Nordeste. Sendo assim, os brancos chegam a 67% no que diz respeito à ocupação desses espaços.

Nos indicadores sobre a classe social dos estudantes que cursam a modalidade, considerando os cursos privados a distância, ressalta-se que a soma dos estudantes das classes C, D e E é de 93,5% dos estudantes. Segundo o censo, esses indicadores demonstram que, por meio do avanço da EAD, se possibilita o acesso de pessoas mais pobres à educação, sendo que as mesmas podem equalizar trabalho e estudos, aspecto que para o censo, muitas vezes, é um fator limitante levando em conta as universidades públicas.

O censo de 2019 recolheu ainda, dados relacionados à expansão da EAD, considerando níveis educacionais. Deste modo, a partir do questionamento “Se ainda não oferece um curso neste nível, pretende oferecer?”, o censo obteve os dados demonstrados no gráfico 4.

Gráfico 4 - Percentual de pretensão das IES no oferecimento de cursos de EAD, conforme o nível educacional.

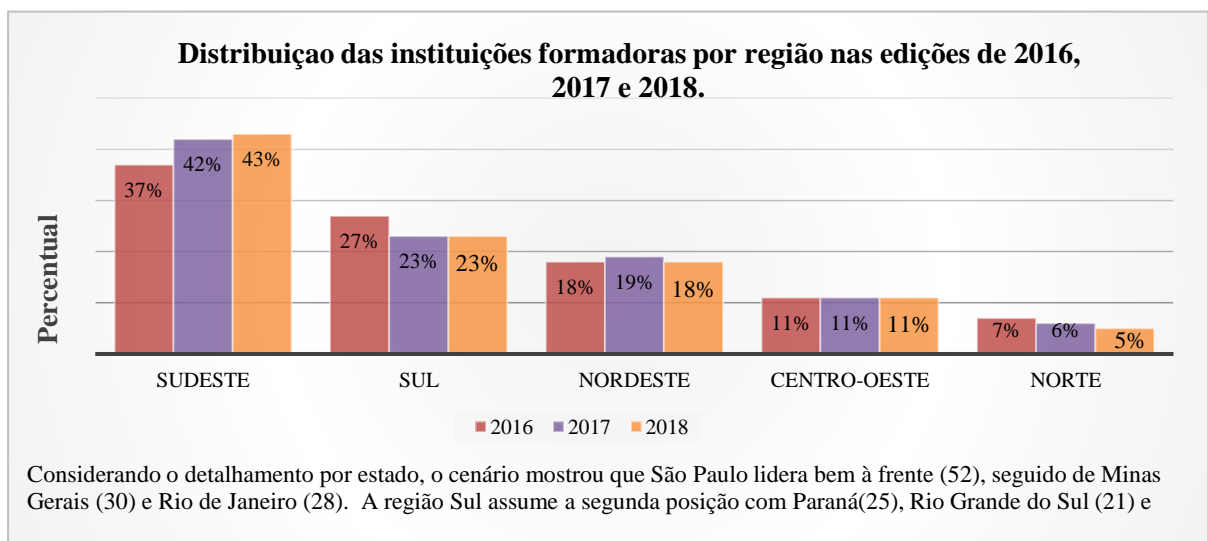


Fonte: Elaborado pela autora com base em dados disponibilizados pelo Censo EAD. BR 2019. ABED

No que se refere ao número de credenciamento de instituições por região, se destacam os dados do censo de 2018, que apresentou um número de 104.865 estudantes em instituições credenciadas no Rio Grande do Sul. Destes, 100.744 estudantes estavam matriculados na educação superior, sendo 96.106 estudantes da rede privada. Neste mesmo ano, totalizava-se 12 instituições de educação superior credenciadas no Rio Grande do Sul.

No ano de 2018, passado uma década, o censo da ABED apresentou o Rio Grande do Sul como o 5º estado com maior número de instituições formadoras EAD conforme demonstra o gráfico 5.

Gráfico 5- Percentual de Instituições formadoras EAD no Brasil por região de 2016 – 2018



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados disponibilizados pelo Censo EAD. BR 2018. ABED

Com efeito, o crescimento da EAD representado pelos dados do censo da educação superior, realizada pelo Inep, e dos censos da educação a distância no Brasil, edições 2018 e 2019, apresentado pela ABED, refletem diretamente na expansão dessas instituições na cidade de Erechim/RS.

Observa-se que nos últimos anos, houve um crescimento de instituições que atuam na lógica da educação a distância, principalmente na oferta de cursos de graduação e pós-graduação no município. Este crescimento pode ser demonstrado pelo número de instituições cadastradas em Erechim/RS¹⁷. Os dados analisados e recolhidos do site do E-mec, pelo sistema de consulta interativa e pela consulta textual, indicam que das 37 instituições cadastradas na cidade, 31 são instituições privadas de educação à distância.

Deste modo, visando o objetivo desta pesquisa de identificar um possível processo de mercadorização da educação superior, a partir da expansão da modalidade EAD, a intenção é a de demonstrar por meio do mapeamento que foi realizado, apresentado na subcapítulo 5.1, o crescimento das instituições de ensino a distância na região do Alto Uruguai, tendo em vista nosso território de investigação que abrange 41 municípios gaúchos.

Antes disso, será retratado no capítulo a seguir o processo de produção do imaginário social, visto como fator determinante na construção das visões de mundo dos diferentes sujeitos, isto é, dos estudantes que ingressam em cursos de EAD. A partir da compreensão de como ocorre essa construção.

¹⁷ As instituições cadastradas podem ser consultadas através site: <http://emec.mec.gov.br/>. Além disso, no subcapítulo 5.1 é apresentado um quadro com as respectivas instituições.

3 A PRODUÇÃO DO IMAGINÁRIO SOCIAL E SEU PROCESSO DE LEGITIMAÇÃO.

A proposta de associação entre a reflexão sociológica com o campo teórico metodológico da análise de discurso, bases analíticas fundamentais no processo de desenvolvimento desta pesquisa, requer um aprofundamento no movimento de compreensão do imaginário social como fator importante na produção dos discursos, sobretudo os publicitários, que serão analisados neste trabalho.

Nesta perspectiva, este capítulo apresenta a seguir o esquadramento de como essa relação é produzida, mediante a manifestação e legitimação de um imaginário social como elemento fundamental no movimento de produção discursiva.

3.1 A manifestação do imaginário social

A assimilação do conceito de imaginário social será realizada mediante a compreensão da tríade: real, simbólico e imaginário (*RSI*). Isto posto, a teoria lacaniana ajuda a compreender a relação entre esses três elementos, apresentando a tríade *RSI* como registros essenciais e distintos da realidade humana. Ao mesmo tempo, esta abordagem teórica nos conduz a indagar como classificamos a realidade humana e se isso de fato é possível, considerando a existência da experiência limitada de cada ser. Assim, no entendimento de Lacan (2005), a experiência é tida como uma vivência singular, que produz transformações profundas nos sujeitos.

Partindo do pressuposto de que essas experiências são particularizadas, se admite a concordância de que, assim sendo, é provável que fragmentos do real escapem à percepção dos sujeitos, pois uma vez limitadas essas vivências singulares não seriam capazes de representar a totalidade do real.

Lacan (2005), destaca que as experiências são passadas integralmente em palavras, isto é, através da fala ou do símbolo. Nesta relação entre experiência e símbolo, ocorre a manifestação do imaginário, como uma realidade fantasística. Deste modo, o imaginário resulta de uma orientação por imagens, as quais são atribuídos diferentes valores, considerando os diferentes sujeitos que as interpretam.

Sobre esta análise, Lacan (2005, p.22) argumenta que,

[...] uma parte das funções imaginárias na análise tem tanta relação com a realidade fantástica por elas manifestadas quanto a sílaba "po" com o vaso de formas referencialmente simples, que designa. Em "polícia" ou "poltrão", a sílaba "po" tem evidentemente um valor completamente diferente.

Neste entendimento, a dimensão simbólica se configura por meio de símbolos que se organizam na linguagem, e que funcionam com a articulação entre significante e significado, como elementos que correspondem a própria estrutura da linguagem.

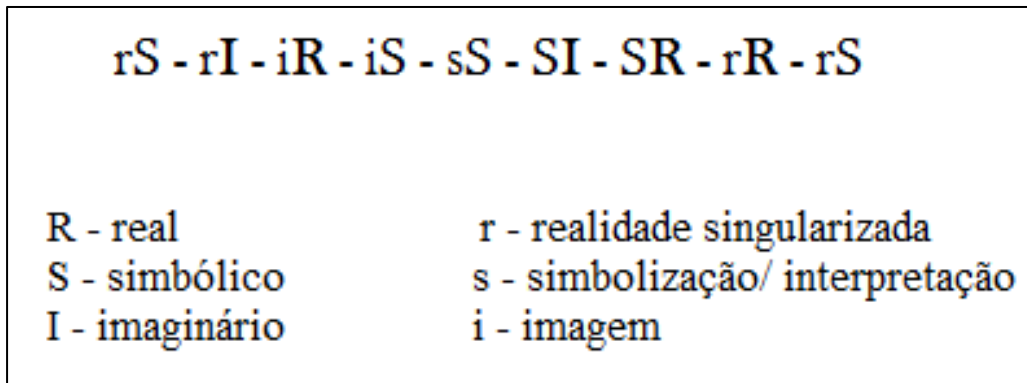
Para Lacan (2005), os registros da realidade humana partem da realidade singularizada para o simbólico (*rS*), haja vistas que o sujeito que olha para essa realidade é um “personagem” simbólico. Isto porque, ele é um símbolo constituído por si próprio, pois o sujeito se porta como uma autoridade uma vez que é ele quem detém a “verdade”.

Na transição da realidade particularizada para o imaginário (*rI*), ocorre a constituição da imagem. Nesta etapa, o sujeito tende a estar completamente voltado para si e para sua verdade, conduta que, segundo Lacan (2005), é analisada como resistência em função da relação estabelecida entre imagem e imaginação (*iI*). O “*iI*: é a captação da imagem, que é essencialmente constitutiva de qualquer realização imaginária enquanto a consideramos como instintiva.” (LACAN, 2005, p.40).

A fase (*iR*), compreende o movimento no qual o imaginário (*I*) é transformado em real (*R*) que, para o autor, é a fase de delírio. Passada esta etapa, vem o processo de imaginação do símbolo (*iS*). Para melhor entendimento desta fase, Lacan (2005) indica o sonho como um exemplo de imagem simbolizada. Isto é, quando sonhamos atribuímos sentidos e significados para as imagens reproduzidas durante o sonho, e assim se dá o processo de simbolização da imagem/sonho. Em outros termos, a interpretação da imagem (*i*) e a simbolização do simbólico (*sS*), movimentos que permitem a modificação do estado das coisas.

Para Lacan (2005), a interpretação ocorre após o desenvolvimento da fase imaginária, composta por *rI - iI - iR- iS*. Em seguida, inicia a exibição da manifestação interpretativa *sS-SI*. Sequencialmente, a etapa *SR* é a fase em que a realidade singularizada reivindica reconhecimento sob a forma de imposição ou desejo daquele que a impõe diante de seus semelhantes. Este movimento *rR* nos direciona ao *rS*, ou seja, ao ponto de partida.

Figura 3- Esquema lacaniano das etapas dos registros essenciais e distintos da realidade humana



Fonte: Elaborado pela autora, com base nas informações do texto de Lacan (2005).

A partir da elucidação de como os diferentes registros da realidade humana são produzidos na relação estabelecida na composição da tríade RSI, voltemos ao ponto crucial deste capítulo, o imaginário.

Em termos de uma análise mais sintetizada, o imaginário pode ser entendido como a representação de uma fração da realidade, aqui entendida como uma experiência singularizada expressada pelo simbólico (linguagem). Portanto, essa experiência individualizada, não contempla o real, que é caracterizado como algo inatingível. O simbólico, por sua vez, apesar de expressar o imaginário, não alcança o real. De outra forma, o imaginário e as representações que são expressadas pelo simbólico, isto é, pela linguagem em funcionamento, existem apenas em virtude do real, mas não são capazes de concebê-lo.

Castoriadis (1997), ao tratar sobre o imaginário social instituinte, conclui que a ideia de criação é fabulosa, sobretudo quando se analisa o grau de convencimento das interpretações produzidas em relação a história universal ou oficialmente aceita. Por este ponto de vista, o pensamento castoridiano aponta a impossibilidade de ignorar o aspecto histórico social nos campos de produção filosófico e psicanalítico, dimensões importantes na acepção do imaginário.

Em termos filosóficos, o autor explica que o pensamento, em geral, não existe sem a linguagem. A linguagem no que lhe respeita, é constituída como uma criação espontânea dentro de um coletivo humano. Todavia, isso não significa que o pensamento antecede a linguagem, ou que a linguagem não exista fora da organização social.

Apesar disso, se tratando da relação pensamento, linguagem e organização social, o autor destaca:

El pensamiento es esencialmente histórico, cada manifestación del pensamiento es un momento en un encadenamiento histórico y es también -si bien no exclusivamente- su expresión. De la misma manera, el pensamiento es esencialmente social, cada una de sus manifestaciones es un momento del medio social; procede, actúa sobre él, lo expresa, sin ser reducible a ese hecho. Lo que nos obliga a tomar en cuenta lo social histórico es el hecho de que constituye la condición esencial de la existencia del pensamiento y la reflexión. (CASTORIADIS, 1997, p.3).¹⁸

A condição historicista é “intrínseca”, pois é fundamental para a existência daquilo que a condiciona. De outro modo, é possível afirmar que o aspecto sócio histórico tanto condiciona diversas formas de existência humana, como também é produto delas.

Quanto ao campo psicanalítico, Castoriadis (1997) argumenta que o fator sócio histórico também é importante na psicanálise, pois ela lida sempre com o indivíduo socializado e nunca em um estado puro. Assim, se compreende que o indivíduo é uma criação social, e os efeitos da socialização deste indivíduo, se relacionam com a psique. Isto é, com a mente e com os sentimentos mais profundos da existência humana.

Todos estes aspectos, somados aos elementos sociedade e história, são importantes para compreender a questão do imaginário social instituído, bem como o reducionismo submetido a constituição imaginária da sociedade. Para Castoriadis (1997), a sociedade se apresenta como criação e autocriação, ela é um todo que mantém a coesão de seus componentes (instituições e seus significados).

A teoria castoridiana explica que apesar de ser histórica, a sociedade sempre passa por um processo lento de auto alteração. Toda sociedade possui uma identidade, e a sua transformação depende de fatores históricos concretos, que não se fundamentam em uma lógica explicativa habitual.

Essas alterações de identidade não ocorrem ao acaso, e menos ainda podem ser deduzidas racionalmente. Deste modo, instituições e significados imaginários sociais, são aspectos que integram a formação identitária de cada sociedade, estes são livremente criados sem serem necessariamente estimulados por um grupo desconhecido. Tratam-se de criações imotivadas, mas que se utilizam de elementos preexistentes para se desenvolverem.

Para Castoriadis (1997), a constituição biológica do ser humano é um fator limitante dessas criações, pois o habitat natural é importante para a sustentação da sociedade. Isto porque, este estado natural apresenta uma proporção identitária, na medida em que, segundo o

¹⁸ Tradução livre da autora: O pensamento é essencialmente histórico, cada manifestação de pensamento é um momento em uma cadeia histórica e é também - embora não exclusivamente - sua expressão. Da mesma forma, o pensamento é essencialmente social, cada uma de suas manifestações é um momento no meio Social; procede, age sobre ele, expressa-o, sem ser redutível àquele feito. O que nos obriga a levar em conta o social e histórico é o fato de que constitui a condição essencial para a existência do pensamento e reflexão. (CASTORIADIS, 1997, p.3).

autor, “[...] (dos piedras y dos piedras hacen cuatro piedras, un toro y una vaca engendrarán siempre terneros y vaquitas, y nunca pollos, etc.) la institución social debe recrear esta dimensión en su “representación” del mundo [...]” (CASTORIADIS, 1997, p.5)¹⁹

Nesta perspectiva, a constituição da sociedade reconstrói uma lógica que lhe possibilita se manter como sociedade, amparada pelos significados sociais imaginários instituídos, considerando os diferentes tempos e suas distintas significações. Este pensamento social vai sendo incorporado no processo de fabricação do indivíduo social.

Para Castoriadis (1997), a dimensão racional, que reúne um conjunto de elementos responsáveis por identificar aquilo que já existe, é detectada na linguagem e corresponde a uma representação da linguagem. Essa representação é, ao mesmo tempo, contrária e indissoluta aos significados imaginários.

Segundo o autor, as restrições "externas" possuem relação com a funcionalidade das instituições, isto é, organizações responsáveis pela produção da vida material. No que diz respeito às restrições "internas", essas estão ligadas a psique.

A psique, que se relaciona com fenômenos que ocorrem na mente humana como, por exemplo, os sentimentos, pensamentos e percepções, tende a ser socializada, e este movimento permite que ela prescreva “[...]sus objetos de investidura, aquello que para ella hace sentido, a investir objetos, orientaciones, acciones, roles, etc., socialmente creados y valorados.” (CASTORIADIS, 1997, p.6).²⁰

Analisando os diferentes tipos de sociedade existentes, o autor salienta que cada uma delas pode ser capaz de se utilizar da psique como bem desejar, lhe atribuindo significados, ainda que imaginários.

As restrições históricas possuem sua importância, considerando que nenhuma sociedade nasce do nada, e mesmo que com lapsos históricos, todas as sociedades possuem registros de um passado. Para o autor, a relação das sociedades com o passado é um condicionante para um processo de recriação conduzida conforme os significados imaginários do presente. Trata-se de uma reinterpretação material determinada.

Castoriadis (1997) trata ainda, das restrições intrínsecas que estão interligadas às instituições e significados sociais imaginários. Essas restrições são coerentes considerando um ponto de visão que se relaciona com os aspectos e desejos de determinada sociedade,

¹⁹ Tradução livre da autora: (duas pedras e duas pedras fazem quatro pedras, um touro e uma vaca vão gerar sempre bezerras e vaquinhas, e nunca galinhas, etc.) a instituição social deve recriar esta dimensão em sua "representação" do mundo e ela mesma, isto é, em seu próprio mundo [...] (CASTORIADIS, 1997, p.5).

²⁰ Tradução livre da autora: [...] seus objetos de investidura, o que faz sentido para ela, investir objetos, orientações, ações, papéis, etc., socialmente criados e valorizados. (CASTORIADIS, 1997, p.6).

atendendo ainda ao comportamento dos sujeitos socializados. Isto posto, para Castoriadis (1997, p.7,) “[...] La construcción de pirâmides mientras gente moría de hambre es coherente cuando se la remite al conjunto de la organización social y de las significaciones sociales imaginarias del Egipto faraónico o de la Mesoamérica maya.”²¹

A tenacidade da forma de pensamento de algumas sociedades, não compromete as divisões e oposições internas com relação as percepções e posicionamentos contrários. No entanto, a dimensão imaginária se sobrepõe a este movimento de oposição. Neste cenário, qualquer delineamento construído na linguagem da sociedade é erigido com base nas significações imaginárias dessa sociedade.

De acordo com Castoriadis (1997), esses significados imaginários, que abordamos neste trabalho como imaginário social, concebem uma forma de vida nesta sociedade. Além disso, ele passa a ser visto como realidade, sendo responsável por instituir os sentimentos e as formas de pensar e agir dos sujeitos.

À vista disso, os sujeitos produzem uma "representação" da sociedade e do mundo. Para o autor, tal representação não se configura como uma construção intelectual, mas sim um movimento impulsivo. “Y esto es comprensible, si recordamos que la sociedad es un ser por sí misma.” (CASTORIADIS, 1997, p. 9.).²²

Levando em conta a relevância exercida pelos fatores social e histórico nas esferas de ação filosófica e psicanalítica, podemos dizer que as manifestações produzidas pela mente humana, e condicionadas pelos significados sociais que vão sendo atribuídos ao sujeito, constituem o que chamamos de imaginário social.

Algumas dessas revelações do pensamento podem não ser racionalizadas, mas exigem um movimento de interpretação. Assim, a compreensão destes elementos constrói uma lógica própria. É desta forma que o imaginário é produzido. Nesse segmento, nossa consciência cria e confere sentido a realidade experienciada, através da interpretação destes elementos e de seus significados.

O imaginário social é produzido a partir de uma necessidade de compreensão que vá além da existência dos processos socioculturais. Isto é, não basta apenas saber que eles existem, é preciso dar um sentido a eles. Cabe ressaltar que, por este motivo, o imaginário social se relaciona com o campo das representações sociais.

²¹ Tradução livre da autora: [...] construir pirâmides enquanto as pessoas morrem de fome é coerente quando se refere ao conjunto da organização social e significados sociais imaginários do Egipto faraônico ou do Mayan Mesoamerica.

²² Tradução livre da autora: E isso é compreensível, se lembrarmos que a sociedade é um ser por si mesma.” (CASTORIADIS, 1997, p. 9.).

O sociólogo francês Émile Durkheim (1858-1917) foi o primeiro a desenvolver o conceito de *representação coletiva*, que se refere às produções das consciências, comportamentos e condutas sociais. Para Durkheim, o social que influencia os indivíduos, e não o oposto. O psicólogo social francês Serge Moscovici (1925-2014) atualizou o conceito passando a tratá-lo como *representações sociais*. Com isso, o autor buscava entender a construção e o papel das representações e as conexões entre coletivo e individual, diferentemente de Durkheim, que se preocupava apenas com a análise da estrutura social a partir das representações coletivas.

Cabe esclarecer que neste trabalho será utilizado o termo *representação social* tendo em vista o interesse compartilhado com Moscovici ao tratar do papel das representações. Contudo, dialogaremos com algumas contribuições de Durkheim, consideradas relevantes para a tessitura dessa análise.

As representações sociais consistem na produção das consciências e pensamentos que compõem a sociedade, e que orientam os sujeitos trazendo sentido à vida cotidiana. Tal sentido é construído pela observação de determinado fato ou situação, o que chamamos de processo de objetivação. Contudo, o fato observado é dotado de sentido, e exige interpretação. Deste modo, a construção do sentido envolve aspectos que não podem ser observados, sendo por meio do processo de subjetivação que se realiza a interpretação desses aspectos. Por este ângulo, podemos dizer que o imaginário nasce do processo de construção das representações sociais.

Para além disso, as representações sociais que constituem o imaginário são exteriorizadas a partir da operacionalização da linguagem. Esta constatação assevera que o sujeito não apenas constrói representações, como também desenvolve narrativas das mesmas, por meio do uso da língua/linguagem, que por sua vez se apresenta como característica constitutiva do sujeito.

De acordo com Émile Durkheim (2004, p.49), “O homem não pode viver no meio das coisas sem fazer delas ideias segundo as quais regula o seu comportamento.”. A partir de tal afirmação, o sociólogo francês buscava explicar que a reflexão como ideia surgiu antes mesmo da ciência, como uma compreensão que ultrapassa o conhecimento em relação a determinado fenômeno. No entanto, com o aparecimento da ciência, a reflexão incorporou a ciência para exercer uma compreensão metódica dos fatos, com maior grau de rigorosidade.

Porém, percebe-se que nem sempre esta regra é um parâmetro seguido na análise e compreensão de um fenômeno social. Neste caso, observemos a afirmação de Durkheim (2004), “[...] essas noções estão mais próximas de nós e mais ao nosso alcance do que as

realidades a que correspondem, tendemos naturalmente a substituí-las a estas últimas e a fazer delas a própria matéria das nossas especulações.” (p.49).

Para o autor, a análise que fazemos com relação as nossas ideias é ideológica e, normalmente, não nos baseamos em formas de compreensão metódicas para confirmá-las. Essas noções construídas “[...] são um véu que se interpõe entre nós e as coisas e as esconde, tanto mais quanto mais acreditamos na sua transparência.” (DURKHEIM, 2004, p.50).

Nessa perspectiva, essas noções construídas são confundidas com a própria “realidade”, se é que podemos classificá-la. Diante disso, o autor assevera que se trata de um movimento de violação da ciência pela arte, na medida em que a imaginação entra em cena e a rigorosidade científica passa a ser ignorada.

Em seus estudos sobre os processos de representação na vida cotidiana, Erving Goffman (2003) evidencia que os sujeitos desempenham papéis, na intenção de que aqueles que o observam durante as interações acreditem que, “[...] de modo geral as coisas são o que parecem ser.” (GOFFMAN, 2003, p.25).

De acordo com o autor, existem situações em que a idealização contribui para que a representação seja socializada e integrada à sociedade, levando em conta as expectativas que são construídas por parte dos observadores. Segundo o autor,

Assim, quando o indivíduo se apresenta diante dos outros, seu desempenho tenderá a incorporar e exemplificar os valores oficialmente reconhecidos pela sociedade e até realmente mais do que o comportamento do indivíduo como um todo. (GOFFMAN, 2003, p.41).

É importante mencionar que a representação de desempenho idealizado, é incorporada no estudo sobre a mobilidade social. Para Goffman (2003), nas sociedades em que o sistema de estratificação social se mantém, há uma idealização dos estratos superiores, que aqueles que permanecem em posições inferiores ambicionam ascender. Assim, de acordo com o autor, isto implica tanto em uma posição de prestígio quanto em “[...] uma posição junto ao centro sagrado dos valores comuns da sociedade.” (p.41).

Outra questão relevante se refere aos padrões ideais das representações, que impõem aos atores o abandono ou o encobrimento de possíveis ações, práticas e ideias não compatíveis com esses parâmetros. Nesse sentido, Goffman (2003) chama a atenção para as circunstâncias em que muitos atores nutrem alguns motivos que os levam a falsear os fatos ou experiências singularizadas.

Recorrendo novamente as reflexões lacanianas sobre os registros da realidade humana, buscamos compreender o porquê a falseabilidade ocorre. Assim, diante das considerações já expostas, de que o real é inacessível e existe apenas a partir de uma representação transmitida pela linguagem, se pressupõe que para que a simbolização e, portanto, a representação do fato ocorra, seja necessário o trabalho de interpretação e descrição por parte do sujeito, este por sua vez condicionado ideologicamente.

A título de exemplo, em uma representação na qual o ator desempenha a apresentação de um produto, ou mesmo de uma ideia a ser vendida, é possível que, na condição de falseador, este exiba um produto final bem-acabado e apresentável, omitindo aspectos que não se encaixam nos critérios da idealização construída por aqueles que o observam. (GOFFMAN, 2003).

Buscando aprofundar a compreensão de como as representações são fundamentais para a produção do imaginário social, trazemos à tona a questão do desenvolvimento da modernidade. Para melhor compreender tal associação, é necessário refletir sobre esse fenômeno, que decorre do desenvolvimento econômico e da globalização, elementos vistos como cruciais para o alcance do desejado progresso.

Partindo deste cenário, José de Souza Martins (2008) busca discutir a modernidade na América Latina como um processo inconclusivo. Para ele, a modernidade é uma realidade social e cultural, produzida pela consciência do atual. Contudo, a maneira otimista com que este fenômeno da modernidade é imaginado, encobre a constituição de aspectos menos animadores, sendo a desigualdade um dos mais evidentes, pois permeia o desenvolvimento econômico e social, o avanço da tecnologia, a acumulação do capital e das grandes riquezas e, ao mesmo tempo, evidencia a miséria globalizada, a falta de justiça, sobretudo, a ausência de uma efetivação democrática que a modernidade prometia ser. (MARTINS, 2008).

Deste modo, o autor afirma que, no continente latino americano, a modernidade não é o moderno, uma vez que nossa referência de modernidade incorpora uma “[...] cultura popular que pouco ou nada tem de moderno.” (MARTINS, 2008, p.20). O que o autor identifica, é a constituição de uma modernidade fundamentada em um hibridismo cultural, que mistura características do passado e do presente, isto é, uma amalgama cultural baseada no tradicionalismo e conservadorismo, em contraste com a realidade moderna.

Neste cenário, é destacada a produção de dois tipos de consciência social no Brasil. Desta forma, a díade produzida revela escolhas antagônicas, mas que dialogam frequentemente. Neste sentido, ser bom e mau, ser feliz e infeliz são escolhas que indicam “A

compreensão sempre insuficiente do que somos e do que não somos e queremos ser.” (MARTINS, 2008, p. 22).

O fato é que não conseguimos sustentar a modernidade, devido as características incompatíveis com essa nova ordem, e que ainda carregamos. O autor afirma que o moderno nos estranha e remete ao que vem de fora. Por isso, criticamos o novo e resistimos a ele, embora isso se manifeste de uma forma pacífica.

Martins (2008) sustenta que devido ao desenvolvimento da nossa consciência nacionalista, somos capazes de definir o moderno, mas não a modernidade. Neste sentido, o autor alega que nossa forma de pensamento,

[...] legitima as formas modernas, a racionalidade do lucro, a organização racional do trabalho, o espetáculo colorido da comunicação de massa, mas é ao mesmo tempo conservador, resistente a um modo de vida, o da modernidade, e às perturbações sociais que poderiam resultar da disseminação das diferenças (de mentalidade, de orientação política, de multiplicidade social) e de uma verdadeira concepção do privado e da vida privada. (MARTINS,2008, p.26)

O fato a ser destacado pelo autor é que nem ao menos buscamos o controle da modernidade, considerando nossos interesses sobre os quais ela interfere. Isso ocorre em parte porque a modernidade descarta as realidades tradicionais, ameaçando a conservação da cultura popular.

A resistência que criamos à modernidade nos torna inautênticos, e na busca por autenticidade acabamos produzindo reinvenções. Nesta perspectiva, Martins (2008) assegura que a compreensão do moderno e da representação da modernidade no Brasil, depende da investigação sobre a incorporação de ambos pelo popular. Sendo assim, embora o pensamento tradicional perceba o moderno na tessitura das relações sociais, essas relações não são modernizadas devido a dependência do capitalismo hegemônico.

Deste modo, a existência de uma sociedade tradicional e da conservação das relações culturais, faz parte da grande crítica ao moderno, que evidencia as insuficiências, irracionalidades e o impedimento do processo de modernização.

Para melhor compreensão de que nossa autenticidade está inscrita em processos de reinvenção, Martins (2008) discorre sobre as relações de trabalho reinventadas, como uma realidade que aponta para “uma dificuldade estrutural na expansão do modo capitalista de reprodução do capital.” (p.30). O que o autor argumenta, é que enquanto as relações de trabalho permanecem precarizadas, a coerência capitalista prevalece. Assim, Martins (2008)

ressalta que a maneira com que o capital opera é moderna, mas o desenvolvimento do trabalho continua o mesmo, baseando-se nas relações arcaicas.

A concepção elaborada é a de que continuamos escravos, mesmo com o desenvolvimento da economia globalizada e da modernização, porque esta última é entendida como aperfeiçoamento das formas tradicionais de trabalho forçado, que não evoluem para formas modernas e contratuais.

Ainda buscando demonstrar nossa inautenticidade perante a modernidade, Martins (2008) expõe que a reutilização dos artigos complementares comercializados no Brasil colônia, provocou de certa forma o desaparecimento da essência da mercadoria, entendida como o próprio consumo, e não sua utilização. O autor reitera que nossa falta de originalidade pressupõe que não somos modernos, mas parecemos ser.

Neste seguimento, destaca que o cotidiano é permeado pelos obstáculos da modernização. Basta observar o contexto atual, no qual a moradia precarizada não se coloca como impeditivo para a presença das antenas parabólicas, que representam a tecnologia sofisticada. “A imagem se tornou no imaginário da modernidade um nutriente tão ou mais fundamental que o pão, a água e o livro. Ela justifica todos os sacrifícios, privações e transgressões”. (MARTINS, 2008, p.36).

O desenvolvimento econômico e social e a construção das ideologias e instituições são processos interligados, que adquirem uma lógica própria com o desenvolvimento do capitalismo. No entanto, esse desenvolvimento não é linear.

Para Martins (2008), enquanto o capitalismo cresce mundialmente, as formas sociais apesar de se ampliarem não conseguem obter força suficiente para discernir o real e o imaginário. Assim sendo, reforçando o ponto de vista da abordagem teórica metodológica utilizada nesta pesquisa, não visualizamos uma projeção de como se daria tal discernimento por parte das formas sociais em relação ao crescimento capitalista, já que o real é recortado pela linguagem que é simbólica.

Com efeito, a modernidade intensificou o imaginário, mas limitou nossa capacidade de criar soluções para os problemas, isto é, reduziu o imaginário à imaginação. Contudo, como bem destaca o autor, a capacidade de racionalizar aumentou em termos de justificação do injustificável.

Martins (2008), sinaliza que a lógica cultural inventada é retratada desde o Brasil colonial, sendo fundamentada em uma lógica do ser e do parecer. Tal duplicidade da orientação cultural é legitimada e torna autêntico o inautêntico de maneira dissimulada. O autor destaca que a irracionalidade e o tradicionalismo, operacionalizados na modernidade,

inserir no cotidiano essas contradições, a partir dos modos de ser e pensar. Isto posto, o encobrimento e a disseminação da modernidade promovem uma cultura da imitação, que demonstra a falta de racionalidade para produzir impressões.

De outra forma, trata-se de uma maneira encontrada para que aquilo que nos é negado socialmente, seja compensado através do aparente. Sendo assim, Martins (2008) afirma que a aparência como compensação é inútil, e denuncia que a sociedade brasileira não contraria os comportamentos tradicionais, irracionais e conflitantes. Indica ainda, que a encenação do moderno e do racional, invade cada vez mais o cenário social.

O estudo da vida cotidiana é bastante relevante para compreender e explicar a maneira como o imaginário social é produzido. Logo, através das contribuições de Martins (2008) em relação ao estudo da cotidianidade, consideramos que o imaginário social pode ser caracterizado como um conjunto de significados e formas de perceber e vivenciar o mundo. Por meio dessas significações, ocorrem a interpretação e o estabelecimento dos valores, crenças, ideologias e interesses que orientam a vida em sociedade, padrões a serem seguidos pelos atores na condução das representações.

De maneira geral, o imaginário social é tecido cotidianamente, e define quais são os objetivos de uma sociedade, regulando comportamentos, práticas, visões de mundo, além de ser responsável por moldar condutas e estilos de vida.

É importante evidenciar que o imaginário é um poderoso instrumento de produção e manutenção de interesses, sendo responsável por mobilizar grupos e sujeitos. Todavia, para que este movimento ocorra, a incorporação do imaginário necessita ser legitimada. Dito isto, a seguir buscaremos compreender os motivos e as formas pelas quais esta legitimação é processada.

3.2 A legitimação do imaginário contemporâneo

Conforme abordamos anteriormente, o imaginário social é um instrumento que auxilia na leitura e interpretação do mundo, e nos fornece padrões que orientam e moldam nossos comportamentos, estilos de vida, bem como nossas aspirações. Deste modo, propomos refletir como esta manifestação é legitimada, no sentido de ser habitualmente compartilhada no cotidiano, embora nem sempre reconhecida e fundamentada de forma racional.

Para tanto, é preciso atentar para o conceito de legitimidade. Nesse sentido, observemos as considerações de Weffort (1998) que, ao tratar sobre a legitimidade política,

resgata o contexto dos regimes autoritários explicando que esse período da história rememora um cenário de liberdades tolidas.

Entretanto, o autor ressalta que com o advento da democracia, a expectativa era a recuperação da essência da política, e de tudo aquilo que ela representa e permite alcançar. Isso implica dizer que a legitimidade política é um princípio fundamental do pensamento democrático.

As reflexões exibidas, incorporam as contribuições teóricas do espanhol José Medina Echavarría (1903-1977) apud Weffort (1998), que buscou analisar a abrangência do conceito de legitimidade política, evidenciando alguns aspectos relacionais. Em primeiro lugar, a legitimidade política envolve crenças, valores e normas que se inserem no espaço das ações e relações sociais, e que, geralmente, possuem sentido compartilhado pelos atores sociais.

Conforme declara Weffort (1998), na esfera política, a legitimidade é associada a aceitabilidade de um líder ou governo frente aos seus seguidores ou cidadãos. Por este motivo, a legitimação política se relaciona com a legitimidade da dominação social.

Considerando a perspectiva weberiana, Weffort (1998) explica que a relação de dominação social é legitimada por meio de uma percepção, na qual a obediência ou a aceitação ocorrem somente porque o próprio sujeito que legitima, possui vontade ou interesse de legitimação. Melhor dizendo, a legitimação se constitui do consentimento de quem obedece, condição decorrente de uma situação de conveniência.

Outro aspecto analisado, diz respeito a existência de uma classe dirigente. De acordo com Weffort (1998), essa classe possui uma fórmula política ou o que o autor chama de um conjunto de justificações, que se referem a uma ordem ou sistema estabelecido, e que propõe também um regime legal, legítimo e eficaz.

É objetivado ainda, que a compreensão da legitimidade política não ocorre apenas pela análise das relações de dominação política. Deste modo, a percepção da relevância do sistema social neste processo se configura como um elemento de análise.

Em outros termos, é preciso compreender a importância do conjunto de interações tendo em mente que, apesar de compartilharem orientações culturais, os grupos ou sujeitos ocupam lugares diferentes nesta estrutura, considerando os papéis que desempenham e que, por vezes, demonstram uma incompatibilidade com outros papéis, localizados dentro do mesmo sistema social. (PARSONS, 1976).

Por isso, como terceiro aspecto do conceito de legitimação política, é afirmado que a legitimidade política remete, portanto, ao reconhecimento de uma estrutura de poder existente na sociedade. Nessa estrutura, os sujeitos ocupam diferentes posições, mas segundo Weffort

(1998), o poder não se sustenta apenas na eficácia ou na força, ele precisa ser legítimo, sendo a legitimidade mais importante do que a eficiência ou o pragmatismo.

Por fim, o último aspecto está associado a questão institucional dos regimes e partidos políticos, e a crise dessas instituições, uma vez que estes são os mecanismos institucionais que organizam e dão forma ao poder.

Com base nas contribuições que Weffort (1998) retoma em sua discussão sobre a legitimidade política, se pretende indicar como ocorre o processo de legitimação social do imaginário, a partir de algumas associações.

Para aprofundar tal descrição, seguimos com os estudos de Jessé Souza (2004) sobre o processo de naturalização de alguns fenômenos na vida cotidiana moderna, dada a eficácia dos valores e de suas instituições, modernizadas a partir de uma espécie de importação que ocorre de fora para dentro, haja vista a influência ocidental.

O autor afirma que no Brasil, assim como em outros países periféricos, existe uma disposição que cultua o *fetichismo da economia*. A percepção predominante, é a de que o aspecto econômico conseguiria dar conta de qualquer dilema social existente. Além disso, para Souza (2004), é naturalizada também uma realidade velada, a adoção das imposições do Estado e do mercado.

Buscando conceber a lógica contida no funcionamento dessas instituições, o autor constrói o conceito *ideologia espontânea do capitalismo*. Assim, ele explica que o caráter ideológico é definido porque mercado e Estado possuem hierarquias e valores despercebidos à consciência cotidiana. A naturalização desses aspectos mascara-os e caracteriza-os como elementos neutros, a considerar os princípios do neoliberalismo, por exemplo, os fundamentos meritocráticos.

Deste modo, ocorre a legitimação não apenas da ordem social dessas instituições, conforme aponta Souza (2004), mas também do imaginário social estabelecido em nossa sociedade. Por esta perspectiva, a dimensão moral dos processos sociais é analisada por Souza (2009) na produção das desigualdades, sendo favorável para a análise do imaginário social.

De acordo com o autor, o imaginário social na sociedade contemporânea é “[...] baseado em opções morais como superior/ inferior, nobre/vulgar, bom/mal, virtuoso/vulgar etc.” (SOUZA, 2009, p.31). É a hierarquia moral implícita no imaginário social que expressa o modo particularizado que sujeitos e grupos sociais de uma dada sociedade se percebem e julgam uns aos outros de forma recíproca.

Para Souza (2009), trata-se de uma construção simbólica ou o que denomina de *DNA simbólico* de uma sociedade, e que pode explicar muitos processos como, por exemplo, o

porquê em nosso país nos percebemos enquanto mercado, considerando que outros lugares, sociedades se percebem apenas como “sociedade”.

Desta forma, Souza (2009) revela que nosso *DNA simbólico* é composto por um conjunto de ideias que legitimam práticas sociais e institucionais, e estas por sua vez deslegitimam o diferente. De acordo com ele, nossa sociedade não se questiona, e acaba naturalizando a vida social como ela é.

Nesse sentido, o autor destaca que a única realidade que vemos é aquela “dada”, não conseguimos enxergar as diversas formas possíveis de se viver. Tendo consciência de que existe uma hierarquia moral arbitrária na sociedade, que define quem são os “melhores” e os “piores”, o que nos importa é como funciona essa hierarquia que dita as regras do jogo da vida social.

De acordo com Souza (2009), as ideias morais também influenciam as pessoas tanto quanto o poder e o dinheiro. A hierarquia moral, e também valorativa, é associada as escolhas realizadas dentro de um contexto sociocultural. Assim, o imaginário social incorporado à conduta das pessoas comuns, se articula com interesses e ideais do homem comum, que com o passar do período histórico foram institucionalizados, padronizados e aplicados a vida cotidiana.

Para Souza (2009), essas fontes morais de julgamento estão contidas também nos processos de seleção institucional realizados pelo mercado e Estado, nos quais são apartados os “sortudos” dos “azarados”. Isto é, mercado e Estado dependem do conhecimento útil para serem reproduzidos, sendo que nem todos os sujeitos possuem condições para obtê-los. Neste sentido, o autor afirma que,

[...] apenas os indivíduos, ou melhor, as classes sociais que têm acesso e possibilidade de “incorporar” esse conhecimento útil é que efetivamente possuem alguma chance de acesso a todos os bens materiais e ideias monopolizados por Estado e mercado. Não só renda e salário, mas também, e principalmente, o prestígio e o reconhecimento social vinculado a essas expressões econômicas. (SOUZA, 2009, p.120).

Retornando a questão do imaginário social contemporâneo, cabe ressaltar que ele sustenta também o capitalismo, porque através do imaginário são produzidas e vendidas expectativas, ideias e valores.

Deste modo, a naturalização da hierarquia moral e valorativa, caracterizada também pela busca incansável de incorporação desses conhecimentos, vistos como determinantes da

linha que separa o sucesso e o fracasso social, é que legitimam o imaginário social contemporâneo.

No âmbito educacional, a investigação dos processos e das relações tecidas no cotidiano, como a da produção do imaginário, são importantes para compreender que a conclusão dos estudos e a obtenção de um diploma, que por vezes culminam na validação inconsciente da educação como mercadoria, não são circunstâncias unicamente objetivas, mas ações que compreendem aspectos subjetivos envolvidos em seu processo de significação.

Além do mais, há de se admitir que todo processo de significação é subjetivo. De fato, não é possível separar objetividade e subjetividade, sobretudo se tratando da produção do imaginário. Isto porque, o imaginário é resultado da objetividade subjetiva produzida pelos sujeitos, que a interpretam de acordo com suas vivências e experiências singulares.

Desta forma, o processo de distinção social²³, fenômeno que se relaciona com os estudos sobre a mobilidade social (GOFFMAN, 2003), mencionados no tópico anterior, é um elemento interessante na constituição do imaginário social, e que merece atenção, levando em conta que ter estudo ou não ter, confere aos sujeitos posições e condições diferenciadas, e salientando um sistema de significados, isto pode representar fins ou propósitos distintos.

Por este ângulo, Rodrigues e Oliveira (2020) ao discorrer sobre a ideia de fabricação social dos sujeitos, dinamismo que se relaciona com a construção e legitimação do imaginário, afirmam que este processo é efetivado pela sociedade, através da imposição de impressões mentais que e influenciam nas condutas e comportamentos construídos no processo de socialização, levando em conta os movimentos de apropriação, adequação e classificação de papéis e posições ocupadas na estrutura social. Em outras palavras, a construção do ser social é fundamentada na utilidade do sujeito e na adequação do mesmo ao papel, função e lugar social estabelecidos.

Tal análise apresenta a existência de um projeto de poder constituído na sociedade, que envolve determinações relacionadas ao poder explícito, caracterizado por Castoriadis (1992 apud RODRIGUES E OLIVEIRA, 2020) como uma forma instituída de poder, e utilizado para controlar e manter a ordem social. Esta forma de controle é exercida através da linguagem e da produção de sentidos.

²³ Em seus estudos sobre as relações de poder, o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930- 2002) descreve a distinção como um mecanismo inserido em um sistema de inclusão e exclusão e que está relacionado com aspectos conômicos e simbólicos. A distinção compreende um processo de apresentação dos estilos de vida. Nesse processo, a questão simbólica como uma estrutura de correspondências ou discrepâncias, cumpre uma função social de agrupar ou desagrupar, assim como o aspecto econômico, conforme as diferenças sociais existentes, condiderando ainda um sistema de significações.

A partir deste direcionamento, e considerando a ordem econômica ocidental, as autoras afirmam que a preservação da representação do capitalismo e de seu sentido nas sociedades ocidentais, é descrita e justificada como uma condição factual do processo de fabricação de sujeitos, isto é, sujeitos do capital. Á vista disso, afirmam que independente das posições ocupadas na estrutura, esses sujeitos consentem com o sistema, sendo dominados, integrados e, sobretudo, contribuindo com a sustentação desta lógica. É por meio desta perspectiva que ocorre a fabricação social dos sujeitos (CASTORIADIS, 1992 apud RODRIGUES E OLIVEIRA, 2020).

No ponto de vista das autoras, as instituições possuem atuação fundamental na delimitação dos papéis e status²⁴ sociais dos sujeitos. Tal premissa ajuda a compreender como a conquista de um diploma pode representar uma chance de mobilização na estrutura social, a partir do deslocamento de posição socioeconômica, aspecto identificado como uma condição viabilizada pela inserção ou possibilidade de melhores oportunidades no mercado de trabalho. A este exemplo, são relacionadas as propagandas de cursos de educação a distância que, comumente, reiteram com veracidade essas e outras prerrogativas agregadas a conclusão dos estudos.

Para entender tanto o processo de fabricação dos sujeitos quanto o processo de legitimação do imaginário social, é fundamental compreender os aspectos elementares do ser humano. Deste modo, na perspectiva de Castoriadis (2002) apud Rodrigues e Oliveira (2020), o ser humano se configura na união entre as dimensões psíquica, correspondente às questões do inconsciente, e a sócio-histórica, que diz respeito à sua relação com o social. Desta maneira, é através das significações imaginárias que o homem produz, e que são tecidas socialmente, que a psique se manifesta.

Rodrigues e Oliveira (2020) argumentam que a dimensão simbólica, que expressa o imaginário, tem suas raízes firmadas no processo de naturalização e no aspecto histórico, enquanto expressão máxima da racionalidade. De outro modo, o simbolismo se nutre da percepção de que os fenômenos e fatos sociais são elementos naturais e que, historicamente, sempre existiram, portanto, neste modo de representação é coerente que assim o seja.

As autoras elucidam suas considerações acerca do simbolismo a partir da teoria castoriadiana, que apresenta o imaginário radical como a representação de algo que não é

²⁴ Dentro da perspectiva sociológica, o status social está interligado as funções desempenhadas pelos sujeitos na sociedade, podendo ser atribuído ou adquirido. Os status sociais dependem da posição ocupada na estrutura social, por exemplo, considerando o campo de trabalho e os diferentes postos assumidos neste âmbito, ocupar uma posição de empregador ou de empregado renderá ao sujeito um status diferenciado. Cada status social estabelece relação com um papel social condizente com a posição ocupada. Este papel indica quais os direitos e deveres dos sujeitos tendo em vista esses dois fatores, isto é, conforme a posição e o status social.

preciso na percepção, que nunca o foram ou serão. Isto é, algo decorrente da capacidade de tornar visível uma imagem, mesmo que a partir de uma experiência particularizada do sujeito, princípio básico na produção do imaginário e do simbólico.

Por este ponto de vista, a investigação aprofundada sobre a produção do imaginário social como condicionante das condutas dos sujeitos, que se constituem no processo de fabricação social aqui discutido, denota que explorar esses fatos pode contribuir na identificação e no entendimento de como os processos de incorporação das ideias e formas de pensamento são produzidos e legitimados no meio social.

Compreender estas proposições é fundamentalmente relevante, na medida em que auxilia na compreensão de como as propagandas das instituições EAD absorvem concepções que fazem parte do imaginário social legitimado, podendo revelar nesta dinâmica, elementos estratégicos do movimento de expansão da modalidade.

4 PROPOSTA METODOLÓGICA DA PESQUISA

O presente capítulo exhibe os pressupostos metodológicos com os quais dialogamos no desenvolvimento da pesquisa, na intenção de situar as escolhas realizadas para atender os questionamentos que circundam a análise do problema de pesquisa. Deste modo, serão indicados neste capítulo procedimentos como: o tipo de pesquisa, técnicas de coleta e análise dos dados, o *corpus* da pesquisa, a justificativa das escolhas e a descrição do produto final.

4.1 Descrição dos procedimentos metodológicos

Quando falamos em pesquisa, pressupomos que exista uma realidade a ser investigada, sobre a qual ainda pairam questionamentos a serem explorados, considerando o conjunto de saberes já constituído sobre o tema pesquisado.

Por este ângulo, Ludke e André (1986) compreendem que a pesquisa reúne o pensamento e a ação do investigador na elaboração do conhecimento, sobre aspectos de uma determinada realidade. Tal conhecimento por sua vez, deve contribuir na construção de propostas que busquem soluções para os problemas evidenciados. Segundo as autoras:

Este conhecimento é, portanto, fruto da curiosidade, da inquietação, da inteligência e da atividade investigativa dos indivíduos, a partir e em continuação do que já foi elaborado e sistematizado pelos que trabalham o assunto anteriormente. (LUDKE e ANDRÉ, 1986, p.2).

Retomando o processo de construção de uma pesquisa, se torna evidente que o primeiro passo é a escolha de um tema gerador, que mobilize o investigador e, principalmente, se apresente como um fenômeno que necessite ser explorado, que tenha potencial de pesquisa e relevância temática no que diz respeito a utilidade das informações, dados e resultados para a contribuição acadêmica e social.

Considerando o tema escolhido nesta pesquisa, vale lembrar que embora a expansão da EAD integre uma preocupação em todos os níveis educacionais, a julgar pelos motivos já apresentados, e que se voltam para o contexto de pandemia, o enfoque dessa pesquisa recai, particularmente, sobre a análise da educação superior.

Apesar da nomenclatura “ensino superior” ser bastante utilizada na literatura em geral, o que é compreensível e não está incorreto, é importante destacar que a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, na qual é redefinida a educação no Brasil no que diz respeito ao seu sistema educacional, é possível identificar a presença de uma ideia de

“educação superior”. Deste modo, o termo “ensino” fica direcionado ao ensino fundamental e ao ensino médio, enquanto a palavra “educação” é verificada no tratamento dos níveis infantil, como etapa inicial da educação básica, e no superior, como nível posterior à educação básica (ressaltando que a educação básica, engloba tanto a educação infantil, bem como os ensinos fundamental e médio como um todo).

Por este motivo, reitera-se que a pesquisa se orienta pela legislação citada, e utilizará o termo “educação superior” para se referir ao objeto, a fim de apresentar um caráter de padronização no tratamento do mesmo.

Sendo esta pesquisa realizada no campo da educação, é importante destacar que os fenômenos educacionais se localizam entre as ciências humanas, e possuem inúmeras variáveis envolvidas, sendo difícil separá-las na intenção de identificar quais e quantas são responsáveis por esse efeito. Dessa maneira, torna-se inviável, haja vista as intenções de pesquisa, totalizar apenas por meios quantificáveis o conhecimento destes fenômenos (LUDKE, ANDRÉ, 1986).

Considerando tal perspectiva teórica, e os caminhos escolhidos para realizar esta pesquisa, se ressalta que a abordagem trabalhada será qualitativa. No entanto, importa dizer que a escolha realizada não anula a utilização de dados quantitativos. Assim, é preciso destacar que, embora a pesquisa seja fundamentada na abordagem qualitativa, existe a necessidade de relacionar dados quantitativos e qualitativos no processo investigativo, visto que a expansão da modalidade EAD, na região do Alto Uruguai gaúcho, foi demonstrada com base nos dados numéricos que indicam o seu crescimento, através do mapeamento das instituições de educação a distância.

Contudo, vale ressaltar que a pesquisa busca a compreensão do processo de mercadorização a partir da expansão. Deste modo, o foco se mantém na compreensão aprofundada de como esse fenômeno se desenvolve, por isso, justifica-se a preponderância de análise da abordagem qualitativa sobre a quantitativa.

A definição da pesquisa como qualitativa, é baseada na compreensão de que existe uma relação entre objetividade e subjetividade do objeto examinado. Isto implica dizer que é insuficiente traduzir esta relação em números apenas, vide os aspectos imateriais identificados na análise do objeto, e que devem ser contemplados no movimento investigativo. Neste entendimento, a interpretação do fenômeno e dos fatos que o constituem são fundamentais para evidenciar significados que as técnicas estatísticas, considerando limitações, não nos permitem revelar.

Bogdan e Biklen (1994) apresentam a existência de uma tradição de pesquisas qualitativas no campo da educação, e afirmam que esta herança conduz os investigadores deste campo à compreensão de sua metodologia a partir de um contexto histórico.

Seguindo o mesmo pensamento, Bauer, Gaskell e Allum (2003) reforçam que a análise dos acontecimentos sociais exige um pluralismo metodológico. Os autores defendem que não é possível quantificar sem qualificar. Neste sentido, apontam que é preciso construir uma noção dos fatos sociais dos quais se pretende analisar, antes mesmo de medi-los. Para os autores,

Se alguém quer saber a distribuição de cores num jardim de flores, deve primeiramente identificar o conjunto de cores que existem no jardim; somente depois disso pode-se começar a contar as flores de determinada cor. O mesmo é verdade para os fatos sociais. (BAUER, GASKELL e ALLUM, 2003, p.24).

Considerando a educação como um subsistema do sistema social, concluímos que ela não pode ser compreendida fora de seu contexto, isto é, de maneira isolada à conjuntura histórica da qual faz parte. Esta afirmação contribui para justificar a escolha da abordagem qualitativa, pois conforme sinalizam Ludke e André (1986) neste tipo de pesquisa, “A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto.” (p.12).

Isto posto, a pesquisa se inscreve também em uma tentativa de dialogar com o campo teórico da sociologia da educação, e com aspectos relacionados a educação crítica. Assim, se admite um movimento de pesquisa que visa introduzir no estudo uma perspectiva crítica de análise da sociedade, haja vista o próprio pressuposto de que a educação é um direito constitucional, portanto, não deveria ser apresentada como um serviço ou como uma mercadoria.

Para a análise de dados, serão utilizados princípios teóricos da Análise de Discurso (AD). A intenção é empreender um exercício que dialogue com princípios de fundamentação do processo de análise discursiva.

A análise do discurso é uma abordagem teórico-metodológica que vem se fortalecendo como um campo fértil de pesquisa, sendo influenciada por diferentes tradições teóricas. Por esse motivo, cabe destacar que trabalharemos sob o viés da AD de linha francesa e estruturada por Michel Pêcheux (1938 – 1983).

A linha pecheutiana que seguimos como abordagem de análise nesta pesquisa²⁵, encoraja a pensar criticamente sobre os mecanismos discursivos, levando em conta a questão da trivialidade do sentido na língua como algo geral, bem como a peculiaridade do sujeito na ação de produção de sentidos.

É em função dessas determinações, que a AD não se configura como uma simples análise de textos ou, nesse caso, de anúncios. Para analisar o discurso como efeito que decorre da linguagem enquanto prática social em funcionamento, conforme pressupõe a abordagem pecheutiana, é preciso levar em conta um conjunto de discursos possíveis, tendo em vista as condições de produção dos discursos.

Haja vista a utilização da abordagem teórico-metodológica da análise de discurso, contamos com a construção de um *corpus* de texto analítico. A fim de esclarecer melhor a definição de *corpus*, observemos as considerações que seguem:

A palavra *corpus* originária do latim significa corpo. O *corpus* é "uma coleção finita de materiais, determinada de antemão pelo analista, com (inevitável) arbitrariedade, e com a qual ele irá trabalhar" (Barthes, 1967 apud BAUER e AARTS, 2003, p.44).

Neste entendimento, muitos materiais como: textos, imagens e música trazem significados à vida social. Deste modo, Bauer e Aarts (2003) ampliam a noção de *corpus* e afirmam que para uma boa análise, é necessário explorar o *corpus* a partir de "[...] toda a diferença que está contida nele." (p.45). Para os autores em relação ao sentido da definição de *corpus*:

[...] mais recentemente o sentido acentua a natureza proposital da seleção, e não apenas de textos, mas também de qualquer material com funções simbólicas. Esta seleção é, até certo ponto, inevitavelmente arbitrária: a análise compreensiva tem prioridade sobre o exame minucioso da seleção. (BAUER e AARTS, 2003, p.45).

A partir de tal definição, o *corpus* pode ser composto por materiais com funções simbólicas. Nesta pesquisa, o *corpus* é constituído a partir do mapeamento das instituições de educação a distância, que ofertam cursos de graduação e pós-graduação. O mapeamento dessas instituições foi orientado pela delimitação do território de análise da pesquisa, a região do Alto Uruguai Gaúcho.

Isto posto, as instituições de educação a distância se configuram como sujeitos enunciativos importantes para a construção do *corpus*, que por sua vez é produzido por meio

²⁵ A abordagem teórico-metodológica da Análise de Discurso, utilizada na pesquisa, terá seus fundamentos teóricos e mecanismos metodológicos melhor apresentados nas subseções 4.1.1 e 4.1.2.

do recolhimento de registros. A coleta desses registros ou propagandas publicitárias focalizou a circulação das mesmas em redes sociais, uma vez que os sites das instituições apresentam as informações sobre os cursos, mas em termos de materiais de divulgação, a disponibilização dos mesmos é realizada nas redes como facebook e instagram, sendo que no primeiro o volume de registros é maior do que no segundo.

Sendo assim, a partir da coleta dos fragmentos discursivos que se constituem das propagandas de cursos na modalidade de educação a distância, em cursos de graduação e pós-graduação, objetivamos evidenciar possíveis elementos implícitos contido nos enunciados, por meio do dito e do “não dito” nas propagandas.

Os fatores extralinguísticos determinam socialmente as proposições daqueles que produzem o discurso, levando em conta sua condição de sujeitos sócios históricos munidos com valores, culturas e concepções sociais, políticas, econômicas e ideológicas.

Neste sentido, nos amparamos no pensamento pecheutiano e nas suas correntes teóricas, assumindo a proposição de que os signos linguísticos não são neutros, e reconhecendo que todo o enunciado (propaganda) produzido carrega uma marca ideológica dos sujeitos. Dito isso, é justificada a importância de observar aspectos extralinguísticos que podem afetar a produção dos sentidos, tendo como efeito o discurso.

O discurso produzido apresenta significados que são construídos através do enunciado. Entretanto, levando em conta a concepção de que nenhum enunciado é capaz de abarcar a completude de fatos que integram a realidade, alguns sentidos podem não ser contemplados, podendo ainda estarem em desacordo com o sentido produzido pelo enunciador. Vale ressaltar também, que na análise do discurso o sentido se constitui na formação discursiva, isto é, mais especificamente nas condições de produção do discurso

Isto posto, para além da identificação das inúmeras vantagens enunciadas nas propagandas sobre a educação a distância, nutridas e concebidas como a própria realidade, se desejou ressaltar aspectos extralinguísticos remanescentes, que apresentassem não somente as proposições políticas, econômicas e ideológicas desses sujeitos do discurso, mas um contexto sócio histórico de formação da EAD enquanto um mercado educacional, que comporta fins específicos assentados na lógica da atividade comercial e da lucratividade.

Desse modo, com o empreendimento de princípios da AD, se buscou constatar se na produção dos sentidos se configuravam discursos que contribuíssem para o processo de mercadorização da educação superior, pois ao contemplar um sentido partilhado, e aceito socialmente, poderiam ser negados outros códigos e significados que orientariam, possivelmente, de maneira contrária a conduta dos sujeitos, no sentido de ressignificar suas

ações, observando ainda a própria construção do imaginário social, determinado pelas representações e pelo processo de legitimação das mesmas.

A análise do modo com que os discursos publicitários contribuem tanto na expansão da EAD como também na construção da legitimidade, entendida como aceitação da educação como mercadoria, visa compreender como essa contribuição se dá no processo de produção de um imaginário social, visto como um fator analítico importante para identificar o movimento de incorporação de ideias, concepções, pensamentos e idealizações.

Afinal de contas, são muitos os questionamentos que circundam a análise investigativa proposta, dentre eles: Qual é o imaginário social constituído quando falamos em educação superior? A educação é vista socialmente como direito ou como um bem de consumo? Sob qual ponto de vista os discursos publicitários apresentam a educação superior na modalidade EAD?

Desta forma, é possível que decorram discursos que integrem em seus sentidos aspectos não contemplados pela anunciação produzida nas propagandas, assim, evidenciar esses elementos será o nosso desafio. Ademais, reiteramos que estamos cientes de que as tradições da análise de discurso se edificam, historicamente, no campo dos estudos da linguagem, e que o empreendimento desse dispositivo interpretativo teórico e analítico é relativamente recente em outros campos disciplinares.

Contudo, nos amparamos nas contribuições de Orlandi (2003) quando aponta que a AD no Brasil se ajusta no campo das ciências da linguagem, com resultados sobre as ciências humanas. “A Análise de Discurso que pratico leva a sério a afirmação de Saussure de que a língua é fato social. Pensamos a língua como fato e significamos o que é social, ligando a língua e a exterioridade, a língua e a ideologia, a ideologia e o inconsciente.” (ORLANDI, 2003, p.3).

Na perspectiva da autora, a AD trata-se de uma disciplina de “entremeio”, que se realiza no contraste de relações entre disciplinas, sobretudo no espaço de convergência das ciências sociais com a linguística. A particularidade está contida no conceito de ideologia que perpassa as formulações teóricas de cada disciplina.

A partir de tal perspectiva, nosso objetivo é nos encorajar no desenvolvimento deste exercício de Análise do Discurso, pois embora localizada no campo educacional, a pesquisa estabelece em certa medida uma relação com o campo das ciências sociais, em decorrência da formação inicial da pesquisadora, e também das próprias abordagens teóricas que serão trabalhadas, como a sociologia da educação.

Por este ângulo, reforçamos o propósito de compreensão, a partir desta perspectiva de análise, de como se constroem e se organizam os discursos publicitários, que indicam a inserção da educação superior a distância na lógica mercantil, e que podem se caracterizar como aspectos de legitimação de um mercado educacional em potencial. Além do mais, se buscou entender como o processo acelerado de expansão influencia na transição da educação superior da esfera dos direitos para o campo de serviços, refletindo em um processo de mercadorização “admissível” da educação superior brasileira.

Como forma de sustentar teoricamente a pesquisa, foram utilizados procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica e documental. A revisão bibliográfica é fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, visto que o investigador consegue ter maior aprofundamento do tema e das dimensões que já foram abordadas em outros estudos.

De acordo com Ludke e André (1986), tal procedimento permite tomar melhores decisões e conduz a aspectos mais relevantes, que merecem maior concentração do pesquisador. Neste segmento, a pesquisa fundamentou-se no campo da sociologia da educação e na teoria crítica, utilizando ainda materiais da literatura educacional.

Nesta perspectiva, Mazzotti (2002) afirma que uma boa elaboração teórica, necessita de um intenso conhecimento conceitual, poder de raciocínio e cautela, tendo em mente a complexidade dos fenômenos do estudo. Isso porque, quando utilizado mais de uma vertente teórica, estas podem apresentar contradições em seus pressupostos. Assim, a revisão crítica de teorias é fundamental para “[...] produzir conhecimentos capazes de contribuir para o desenvolvimento teórico-metodológico na área e para a mudança de práticas que já se evidenciaram inadequadas ao trato de problemas com que se defronta a educação brasileira.” (MAZZOTTI, 2002, p.39).

A análise documental é utilizada para complementar dados e informações da pesquisa. Para Ludke e André (1986), os documentos são materiais escritos, ou seja, fontes de informação, que podem incluir “[...] desde leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádios e televisão até livros, estatísticas e arquivos escolares.” (p.38).

Ao que se refere à construção da análise documental, foram consultados documentos da legislação como: a Lei de Diretrizes e bases da Educação (LDB) a partir de 1996, decretos, portarias e leis, além de documentos complementares necessários a pesquisa.

Por fim, considerando a possibilidade de elaborar um diagnóstico como produto final, para além da proposta de intervenção, a pesquisa intenciona a construção de um diagnóstico

do processo de mercadorização da educação superior, construído a partir da análise da expansão da EAD como fenômeno analisado.

A seguir, serão apresentados em um primeiro momento os fundamentos teóricos e, posteriormente, os mecanismos metodológicos da AD, a fim de exibir suas linhas gerais, e de demonstrar a relevância da abordagem no processo de investigação do objeto de pesquisa.

4.1.1 A tradição francesa e o desenvolvimento da AD no Brasil

Ao delimitar a procedência da teoria da análise do discurso, buscamos compreender os seus fundamentos basilares na intenção de demonstrar o caráter valorativo do exercício proposto por esta pesquisa, e com objetivo de elucidar a importância de expansão desse dispositivo interpretativo teórico e analítico, uma vez que ele auxilia a compreensão de determinantes das mais variadas áreas de investigação.

Com base nas contribuições de Ferreira (2008), a AD emerge na França, no ano de 1968, com a presença de Jean Dubois e demais sujeitos engajados no propósito de impulsionar tal discussão teórica, e tendo como pressupostos tanto a dimensão política, orientada pelo contexto de efervescência das concepções marxistas, como a dimensão de abrangência linguística, interessada em incorporar o conteúdo do discurso. “Havia, então, os historiadores preocupados com a linguística e linguistas preocupados com a história [...]” (FERREIRA, 2008, p.243).

Neste contexto, destaca-se o filósofo Michel Pêcheux como referência no campo da AD, seu pensamento fixa algumas noções pouco empregadas atualmente em análises, considerando o contexto francês. De acordo com Michel Pêcheux (1990), o enfrentamento do real com o imaginário relaciona-se com a linguagem, uma vez que ela é capaz de caracterizar a existência da dimensão simbólica através da língua falada.

Ao analisar o caráter histórico das revoluções, Pêcheux (1990) afirma que esses períodos estão relacionados muitas vezes com o visível e o invisível, com o fator existencial e o questionável, com o realizável e o não realizável.

A linguagem imprime em toda história a ideologia como orientação crucial na representação das origens, dos propósitos, das incertezas e do imperceptível. Contudo, referindo-se aos acontecimentos históricos e as derivações que eles produzem, como as sentenças abstratas e ideológicas, o autor afirma que expressões como “povo”, “massas”, “proletariado”, “luta de classes” são contestadas quanto sua condição de legitimidade conceitual e seu caráter de veracidade.

No entanto, a indubitabilidade das abstrações manifestadas na linguagem, está contida no mascaramento e na desarticulação que acomete a representação de determinado processo revolucionário para seus atores sociais.

Na perspectiva de Pêcheux (1990), é inconcebível que qualquer discurso falado demonstre a totalidade da representação do homem ou do mundo no qual ele habita. Tal compreensão deve ser estendida também na análise dos acontecimentos históricos.

Sendo assim, retomando a discussão histórica dos processos revolucionários, que carregam em sua existência a expectativa de transfiguração de um mundo para outro, reafirma-se a sua relação com o invisível, suas contradições e a construção de relações entre a linguagem e a história.

Para demonstrar essas conexões, o autor analisa determinados processos revolucionários, ressaltando as consequências políticas e teóricas desses acontecimentos históricos. Iniciando pela Revolução Francesa, Pêcheux (1990, p.9) afirma que esta foi uma “revolução nacional, democrática, popular e linguística”, considerando a mudança de mundo ocorrida por meio de alguns processos como a queda da realeza, a constituição de outro aparelho político vinculado a classe burguesa, o convertimento de servos em cidadãos, além de outros aspectos históricos importantes na transformação sócio histórica.

A Revolução Francesa é apresentada ainda como o ato em que a questão da língua foi germinada politicamente, sendo ordenada por meios legais a alfabetização, aprendizagem e utilização da língua nacional. (PÊCHEUX, 1990). De acordo com o autor, neste episódio, ocorre uma mudança de mundo estrutural a partir da luta ideológica, que desenha um confronto estratégico e interno neste mundo, onde predominava uma única língua.

Dessa forma, embora a burguesia francesa tenha estabelecido uma aliança com o povo na luta contra a dominação feudal, buscando uma unidade formal baseada no direito, ela mascarava o estabelecimento de sua própria ordem, calcada na organização de uma estrutura social segmentada.

A expansão da língua nacional neste contexto, cumpre a função de formalização da unificação desses grupos, importante aspecto no processo de luta de classes na Europa no século XIX. De fato, a propagação da língua nacional direcionada como um ideal de igualdade e condição de liberdade dos cidadãos, foi indispensável para os objetivos da burguesia. Entretanto, ressalta-se que concomitante a esse movimento, se construiu uma situação real de produção e reprodução da desigualdade, por meio do ensino da língua. (PECHEUX, 1990).

Considerando a dimensão do *irrealizável*, após a revolução o proletariado assistiu a ausência do movimento popular, considerando o desejo e a indispensabilidade para a burguesia de que esta situação se mantivesse estática. Sob este aspecto, Pêcheux (1990, p.11) discorre que “[...] a dominação da ideologia jurídica introduz assim, por meio de seu universalismo, uma *barreira política invisível*, que se entrelaça sutilmente com as fronteiras econômicas visíveis engendradas pela exploração capitalista.”.

Não há impedimentos para o rompimento desta *barreira invisível*, mas ela resiste e permeia a sociedade, reagindo às manifestações voltadas a ela, algumas vezes de forma flexível e outras não. O autor ressalta que apesar de prevalecer a mesma língua em ambos os lados da barreira, as expressões anunciadas a partir da linguagem apresentam sentidos distintos.

A língua da ideologia jurídica é o campo de manobra que dá conta de administrar a luta de classes a fim de figurar um estado de paz social. Fundamentado na teoria clássica marxista, Pêcheux (1990) explica que a *fraseologia democrática* é utilizada pelos aparelhos ideológicos do Estado da sociedade burguesa, e o seu discurso é composto por elementos regionais como direito, conhecimento, política, trabalho, informação, cultura, etc..., com as posições de classe geralmente encobertas.

Para o autor, a ação ideológica duplicada, considerando o caráter regional e o de classe, ajuda a entender como se constrói ideologicamente os discursos, haja vista os princípios como liberdade, ordem, igualdade, justiça, ciência dentre outros, que não possuem diferenças, mas são opostos em si mesmos considerando que são submetidos a uma cisão devido a condição de um mundo que se parte em dois.

Por este ângulo, a mudança de mundo não ocorre, sendo restringida apenas a alteração da base de mundo, que Pêcheux (1990) descreve como o único mundo existente, o da sociedade burguesa, aquela que omite as contrariedades entre o que anuncia a frase democrática, entendida como as promessas e pretensões propriamente ditas pela burguesia, e aquilo que ela de fato faz, ou seja, as suas ações concretas.

Neste entendimento, “[...] a burguesia dissimula seu poder ditatorial por detrás das aparências democráticas, jogando com as palavras, e, quando necessário, conspira a portas fechadas.” (PÊCHEUX, 1990, p. 12). Tal situação versa um poder invisível e eficaz, submetido às classes dominadas, que através do discurso articulado da burguesia, encobre procedimentos decisivos.

É neste contexto que o autor destaca a revolução socialista como o inexistente do mundo burguês, e que consiste no discurso que denuncia a sociedade, ao mesmo tempo em

que evidencia o irrealizado e busca conscientizar e organizar o proletariado para que se enxergue como sujeito da história, que busca uma nova mudança de base para o mundo. Assim, os pressupostos da teoria marxista de que haveria um movimento de desobediência da base do modo de produção capitalista, não se concretizou, e o mundo socialista, que teve seus primeiros traços na Revolução Russa, desenrolou-se apenas na periferia do sistema capitalista, precisamente em espaços coloniais.

As Revoluções Russa e Francesa, no campo da língua, se aproximam pela necessidade e dependência que o exercício do poder sustenta da criação de condições linguísticas, para que o mesmo seja exercido. Deste modo, “A alfabetização, a escolarização e a difusão cultural da língua nacional fazem parte integrante do programa político dos movimentos revolucionários e de libertação nacional de nossa época.” (PÊCHEUX, 1990, p. 13).

A diferença fundamental entre uma revolução e outra, está no fato de que a União Soviética, em sua história linguística, esforçava-se em proteger as diferentes línguas da União. No entanto, a disseminação e unificação do russo como língua oficial, assumia o estabelecimento de uma contradição interna que ocasionou implicações.

Por este ângulo, os revolucionários russos buscavam a revolução mundial e a mudança das bases do mundo. Contudo Pêcheux (1990) alerta que o movimento foi contido, “[...] em um “outro mundo”, *pelo* mundo capitalista, quando não *dentro* dele.” (p.14). Tal ocasião ergueu fronteiras, principalmente pela fragmentação entre o interior do socialismo e o mundo capitalista externo, além da constituição de uma fronteira de proteção, devido às investidas contrarrevolucionárias e a contenção de fugas internas. Assim, como na Revolução Francesa, em ambos os lados da fronteira, a mesma palavra dita não possuía o mesmo sentido. Aqui, do mesmo modo que na ideologia jurídica burguesa, a alteração ou inversão das palavras produz sérias implicações.

No âmbito revolucionário, de maneira contraditória, a desconfiança na fraseologia dominante, fraseologia aqui entendida como a construção de frases anunciadas, fez surgir a fraseologia do discurso-real, como frase democrática, que expressa princípios conhecidos por todos, e que por este motivo “autoriza” o seu silenciamento e a sua não inadmissão. (PÊCHEUX, 1990).

É preciso perceber que questionar a relação da linguagem com a revolução, vai além do discurso do Estado e sua legitimidade como discurso revolucionário. A problemática da legitimidade e a sua apropriação são historicamente concretizadas e determinadas, mesmo nos discursos revolucionários.

Para Pêcheux (1990), mais curioso é questionar de onde vem e como são construídos, cronologicamente, os discursos revolucionários e sua conexão com o inexistente, o não real e o impossível. Para tanto, o autor afirma que se exige dupla cautela. Em primeiro lugar, um cuidado com o discurso teórico, que induz a revolução no mundo existente, e em segundo, com a ideia de essência revolucionária no interior do mundo existente, que embora reprimida, poderá despertar algum dia.

De acordo com o autor, independente do espaço ideológico analisado, as ideologias dominadas se constroem à sombra da dominação ideológica e contra elas, e não em outro mundo exterior a este. Sendo assim, a linguagem, as fronteiras estabelecidas e consequências que decorrem delas, além do aparecimento do irrealizável, se vinculam a questão da aproximação ideológica, que os indivíduos alcançam na condição de sujeitos. Logo, a origem dos discursos revolucionários prevê a retomada aos sinais de resistência, que se desenvolvem por efeito da dominação ideológica.

O abandono do discurso de dominação por meio das resistências, e daquilo que até então fazia sentido, já não produz mais lógica, sendo substituído pelo irrealizado. A violação das fronteiras que caracteriza o rompimento com a ideologia dominante, gera a reflexão e o questionamento, que por fim encerra o ciclo de aprovação da ordem estabelecida, marcando o que Pêcheux (1990) registra como um acontecimento histórico.

A partir deste movimento emerge o *porta-voz*, “[...] o efeito que ele exerce falando “em nome de...” é antes de tudo um efeito visual, que determina esta conversão do olhar pela qual o invisível do acontecimento se deixa enfim ser visto.” (PÊCHEUX, 1990, p.17).

Deste modo, o direcionamento do *porta-voz* se alterna entre as posições do profeta, do dirigente e do homem de Estado, visto que é por meio dele que o outro mundo entra em confronto com o existente. O que o autor propõe é que o *porta-voz* é o sujeito que detém a palavra, e através da enunciação torna visível aquilo que não se pode ver.

Considerando o fortalecimento dos discursos revolucionários, Pêcheux (1990) afirma que essa consolidação assume aparências diferentes, dependendo da organização política das classes dominadas. Essas alterações provocam efeitos teóricos práticos, como as estratégias de tomada de palavra e inversões de discursos revolucionários, relacionadas com o Estado e vice-versa, e que são produzidas também historicamente.

Os discursos revolucionários tendem a se tornar equilibrados e harmônicos, característica comum aos discursos da ordem estabelecida ou da ordem estatal revolucionária, haja vista suas novas particularidades manifestadas rigorosamente e de forma coletiva.

Segundo o autor, neste cenário a lógica de inversão se esgota devido a conservação das resistências que enfraquecem perante os programas revolucionários. Encontrando o seu lugar, as resistências não necessitam mais buscar o efeito de deslocamento. A destituição das resistências indica dispositivos estratégicos de dominação, em relação a este apontamento Pêcheux (1990) afirma que “[...] não seria a primeira vez que a classe dominante estaria à frente de seus adversários em entender o que as resistências e as rebeliões deslocam no interior da ordem estabelecida, e em tirar proveito político disso.” (p.19).

Logo, o êxito do mascaramento depende da invisibilidade e ausência de representação da massa. O poder existente produz e reproduz espectros que visam assombrar a transformação que se dá a partir da relação do visível com o invisível, do irrealizado e do inexistente, relação esta que prevê a anulação a ordem até então existente.

Michel Pêcheux inaugurou tal pensamento fundante, e que no Brasil ainda é muito presente, fazendo com que o país seja considerado polo de preservação dessa linha teórica. Em contrapartida, na França, “[...] noções como formação discursiva, formações ideológicas, interdiscurso, pré-construído, discurso transversal, memória discursiva se perderam na poeira do tempo e raramente são empregadas nas análises em curso.” (Ferreira, 2008, p. 243).

Retomando a situação da AD na França, Ferreira (2008) afirma que não se trata mais de um dispositivo teórico e analítico envolvido com as questões políticas, revolucionárias, intervencionistas e interligado com o campo das ciências humanas. Assim, no contexto francês, apesar da nomenclatura “AD” não ter sofrido alterações, em nada se aproxima de seus princípios de origem.

O cenário francês é o de cultivo de uma AD, mas que rompe completamente com a politização, e que embora se esforce em se aproximar do caráter intervencionista, se situa [...] mais próxima da sociolinguística e da pragmática. (FERREIRA, 2008, p. 245). É neste sentido que são evidenciadas as diferenças teóricas acentuadas na aplicação prática da análise de discurso.

No campo investigativo brasileiro, inversamente ao contexto francês, existe uma preocupação na sustentação de referenciais teóricos importados da conjuntura inicial francesa, que tem por base o comprometimento político entre outros aspectos. No entanto, se declara uma consciência de que tal atitude não confere uma situação de dependência, e sim uma espécie de aporte para a construção autônoma da AD.

Por este ângulo Ferreira (2008, p.246) afirma que,

O esforço e o empenho dos analistas de discurso brasileiros, ligados à análise do discurso francesa (lá da origem), cada um a sua maneira, é o de fazer avançar a teoria, ajustando-a às determinantes sociais, históricas, culturais e políticas, de modo que ela continue produzindo resultados e respondendo a nossas demandas.

Sendo assim, o que vem se fazendo no contexto brasileiro, é buscar novos meios de interpretação das manifestações ideológicas. Esta é a análise de discurso defendida pela autora, e que vem se desenvolvendo no Brasil. É ainda, uma análise que representa, na mesma proporção, as intenções desta pesquisa, a julgar pela escolha de utilização deste dispositivo de análise valioso e audaz.

Para Ferreira (2008), ser analista de discurso em nosso país, compreende a dedicação em delinear limites e especificidades da AD, sem que esta seja naturalizada como algo dado e enraizada em convicções procedimentais padronizadas, tidas como “indispensáveis” a aplicabilidade. Deve se considerar ainda, a manutenção de contornos teóricos fundadores da AD, e o não isolamento diante das diferentes abordagens discursivas, que implicam no avanço da teoria.

Tendo em vista a compreensão de Ferreira (2008), de que no Brasil vem se estabelecendo um movimento ousado dos analistas de discurso, com vistas para a observação e escuta de múltiplas vozes, e que embora essas medidas apresentem um destoamento e incômodo, são situações que não comprometem o trabalho que vem sendo realizado, acreditamos que nossa pesquisa poderá contribuir para o progresso dessa construção inovadora do campo discursivo, que incorpora novas materialidades linguísticas e históricas, e que possui na exterioridade linguística um componente constitutivo da linguagem digno de análise.

Ferreira (2008) ressalta que a AD chega ao Brasil em 1970, se estabelecendo de uma forma institucionalizada, constituindo associações nos espaços acadêmicos e concedendo a outras áreas disciplinares tal prerrogativa, sobretudo na linguística.

Segundo Orlandi (2003), a análise de Discurso se institucionalizou como disciplina dos currículos de graduação e de pós-graduação, dos Institutos de Estudos da Linguagem e Departamentos de Linguística. É preciso ressaltar que sua representação, em programas de pós-graduação e organismos de pesquisa, lhe rendeu estabilidade institucional produtiva, sendo implantada por todo o Brasil.

Ademais, no caso brasileiro, a AD foi utilizada em análise de discursos políticos, o que gerou certa indignação dos linguistas tradicionais, que não reconheciam a eficácia desta

prática. Contudo, pouco a pouco, a teoria ampliou sua estrutura de conceitos e sentidos, revelando sua potência teórico-metodológica.

Para Orlandi (2003), o movimento histórico deu importância ao desenvolvimento da teoria do discurso, tendo em vista a noção de discurso como dispositivo teórico e analítico da interpretação, “[...] que se abre para as diferentes teorias ligadas ao campo de questões assumido pelo analista, seja ele lingüista, historiador, cientista social, fonoaudiólogo etc.” (p.16). Neste entendimento, o caráter de reinvenção da AD permite a contribuição em discussões para além do campo linguístico.

De acordo com Ferreira (2008), considerando as correntes e grupos pecheutianos, no início, a AD na França movimentava especialmente a área das ciências sociais, haja vista o caráter positivista desse campo na época. Ainda no que se refere ao contexto francês de desenvolvimento da AD, Orlandi (2003) ressalta que a análise de discurso como disciplina institucionalizada em universidades de ensino, foi instituída muito recentemente.

Atualmente, no contexto francês, a AD revela que mesmo havendo algum tipo de preservação de respectivos fundamentos sucessores da teoria tradicional, estes não se incluem mais na concepção de análise de discurso francesa, mesmo quando atingidos por esta geração. (ORLANDI, 2003).

A diversificação de objetos discursivos, retratados no contexto brasileiro, demandaram outras formas de análise e tratamento dessas questões. Tais possibilidades inspiram a exposição do potencial e a resistência da teoria de análise do campo discursivo, e que nas palavras de Ferreira (2008), nos instiga e exige coragem. Por conta disso, nos encorajamos e lançamos o desafio de realizar um exercício de análise de discurso, sem pretensões de amesquinhar ou desestimular sua ligação intrínseca com o campo da linguística.

4.1.2 A Análise De Discurso (AD) como dispositivo teórico analítico metodológico

Ao apresentar a AD como um dispositivo metodológico de pesquisa, é importante esclarecer que a abordagem será trabalhada com base na perspectiva de alguns autores, fundamentais para a sustentação e indicação da aplicabilidade deste mecanismo no processo de desenvolvimento investigativo do fenômeno analisado.

Em primeiro lugar, convém acentuar que a linguística e a AD seguem diretrizes distintas, justamente porque a AD contesta a transparência na linguagem, sugerida pela linguística, interpelando também, a condição da língua ao ser reportada genuinamente como um simples sistema.

Na concepção da linguística tradicional, a língua é com frequência determinada como um sistema que se constitui de códigos e significados utilizados na interpretação e organização do mundo, se constituindo também como um dispositivo de orientação da conduta dos sujeitos, no sentido de significar suas ações. Todavia, a AD traça um ponto de vista que desassocia este entendimento de que a língua constitui um sistema fechado, concebendo a noção de linguagem de forma mais ampla do que a língua.

Para Mariani (2008), na sociedade brasileira, a língua nacional é tida como objeto simbólico da nação, que sofre influência política e acadêmico-literária, aspectos “[...] que além de determinar o que pode e deve ser dito, também prescrevem como deve ser dito.” (p.26). Tal imposição de uma língua imaginária que busca uma unificação por meio da construção de uma identidade nacional, tende a ignorar a complexidade e contradição existente no cotidiano discursivo, que manifesta a diversificação da língua falada.

Segundo a autora, se pretende atribuir uma completude inexistente a linguagem, pois nem tudo pode ser dito, principalmente quando nos referimos a dimensão simbólica. A língua nacional e a nação formam uma unidade imaginária identificada na exigência de uma homogeneidade política, “[...] que apaga a heterogeneidade historicamente constitutiva dos seus processos de constituição”. (MARIANI, 2008, p.26).

Partindo da noção de que a AD se preocupa com a reflexão da produção dos sentidos, isto é, o processo de formulação de argumentos e processos de interpretação concebidos pelo sujeito, é evidenciado a falta de envolvimento do sujeito com a tomada de consciência de que ele próprio se constitui na relação entre o questionamento ideológico e o reconhecimento imaginário. Isto é, o homem como sujeito se constrói a partir da reflexão de fatores históricos sociais, políticos e econômicos e da aceitação das formas de representação desses fatos.

Na perspectiva da análise de discurso, sujeito e linguagem se associam, visto que ao mesmo tempo em que o sujeito constitui a linguagem, é por ela constituído, “[...] o que implica considerar que o sujeito não é origem do dizer e nem controla tudo o que diz. (MARIANI, 2008, p.27).”.

Uma das dimensões de foco teórico da AD é a relação conceitual entre ideologia e inconsciente registrada estruturalmente na língua. Em relação à conexão identificada, se destacam as palavras de Mariani (2008, p.28),

Há marcas de subjetividade inscritas no dizer, marcas que assinalam, simultaneamente, traços do registro inconsciente e do assujeitamento ideológico. O sujeito, no entanto, não se percebe nesse dizer, não se percebe constituído, preso a essa rede de significantes que o constitui.

A sujeição ao significante ignora a relação deste último com os demais signos linguísticos descritos no conjunto da fala, e que podem representar efeitos de negação, oposição e distinção. De acordo com a autora, os fatores históricos exercem influência nos significados determinando-os. Deste modo, cabe ao analista de discurso investigar e problematizar essas determinações.

Pelo ponto de vista histórico-metodológico, tanto a condição preponderante de alguns significados sob outros, quanto a não preponderância, dependem dos arranjos que a formação social faz em relação a estes sentidos, que são mutáveis mesmo quando estes fazem parte das exigências do poder jurídico-político.

Neste cenário, o analista do discurso investiga as manifestações geradas na construção dos sentidos, dando atenção para a dimensão histórica que realiza a imposição e adaptação das significações, evidenciando também o papel dos aparelhos do Estado no processo de subjetivação, ocorrido na constituição da distinção dos sentidos. (MARIANI, 2008).

Desta maneira, a consolidação dos sentidos é impossibilitada pela falta de consciência do sujeito, de que ao fazer uso da palavra não age por vontade própria, mas sim dado a naturalização histórica das práticas que comandam e manipulam os usos linguísticos socialmente. Em outros termos, a origem e o controle daquilo que se diz, na dimensão discursivo-psicanalítica, interconecta-se a outros dizeres.

Uma política de línguas, com seus aparelhos jurídicos, não tem como assegurar uma regulação totalizante para os dizeres. Assim, muitas vezes, à revelia das instituições gerenciadoras do que se pode e se deve dizer, diferentes sentidos se instauram, promovendo ou não rupturas, fazendo sentidos migrarem de um domínio de significação para outro ou, ainda, resignificando sentidos aparentemente já estabilizados nos espaços de enunciação. (MARIANI, 2008, p.30)

Evidenciado essa relação, destacam-se as contribuições de Ferreira (2004), que ao realizar considerações sobre a análise de discurso francesa e sua relação com a psicanálise, descreve que esta teoria da análise de discurso nasce em um campo habitado pela linguística, pelo materialismo, e também, pela psicanálise. Para a autora, a análise de discurso e a psicanálise “[...] ainda que bastante próximas, guardam distância e não confundem seus espaços comuns [...] (FERREIRA, 2004, p. 38).”.

A análise do discurso se constitui na separação entre o que possui sentido, e aquilo que não possui, isto é, entre o que é possível e completo e aquilo que não é. No mesmo sentido, a psicanálise também se situa entre o consciente e o inconsciente, lembrança e esquecimento,

entre aquilo que é dito e o que não é. Sendo assim, a partir da divisão entre aspectos próprios da objetividade e da subjetividade, elas se misturam e se interligam.

A análise do discurso é própria do campo dos sentidos, e sendo classificada como uma teoria materialista, ela engloba em seu interior questões relacionadas a ideologia, aos sujeitos, a língua e a história. A psicanálise atuando na dimensão do inconsciente é identificada como uma teoria do desejo que abrange o sujeito desejante, o outro e a linguagem.

De acordo com Ferreira (2004), esses conceitos circulam entre os dois campos (análise de discurso e psicanálise), adquirindo um novo sentido em conformidade com o espaço teórico no qual se inserem.

A falta, que é a presença na ausência, ao mesmo tempo em que é identificada como aspecto constituinte da língua e do discurso, é também uma possibilidade para ambos. E é por esta lógica que ambas as áreas se aproximam. A falta, que caracteriza a incompletude e a instabilidade, justifica um excesso de sentido que suscita a existência de um campo de análise propício para o exercício de investigação, a partir de uma concepção do estranhamento.

Por meio da perspectiva psicanalítica freudiana, o estranhamento nasce da relação de negação do familiar, e que em algum momento ressurgiu, com essa análise, Freud se referia à questão do inconsciente. Tal concepção de estranhamento contribuiu para o entendimento sobre os motivos de o uso linguístico ser capaz de ampliar o sentido do familiar em relação ao não familiar. Neste sentido, a psicanálise cumpre papel de identificar este estranhamento em nós mesmos, como uma consequência da formação de si próprio.

No campo da psicanálise, falta, estranho e inconsciente se vinculam em um mesmo contexto. Na análise do discurso, o estranho se apresenta construindo uma ausência de sentido nos arranjos discursivos. Eis aqui mais um ponto de convergência entre a análise do discurso e a psicanálise, isto é, a falta causada pelo estranhamento. Sujeito, linguagem e discurso também se constituem de ausências, manifestadas pelo estranhamento.

Segundo Ferreira (2004), a movimentação teórica da concepção de estrutura, fixada pelas ciências da linguagem, é uma contribuição de Pêcheux, que tendo como aporte o materialismo e a psicanálise, buscava compreender a formação discursiva dos sujeitos a partir de processos de apreensão da realidade.

A compreensão da realidade e seu funcionamento são importantes para perceber o modo como alguns processos são construídos, a julgar pelo exemplo da ação burguesa na Revolução Francesa, e o fato ocorrido em sua totalidade de sentido e significações.

Tal compreensão se dá pelo acesso da perspectiva concreta dos fatos, em diálogo com as características subjetivas ou intrínsecas de um sujeito inscrito em um contexto social e histórico, ocupante de uma posição na esfera social, e a formação das percepções.

A articulação e a relação dialética entre a linha objetiva e subjetiva revelam um determinado cenário. Por este ângulo, é preciso considerar que alguns fatos simbolizados pela linguagem e narrados pelos sujeitos, são dispostos como a própria realidade e, embora não sejam, possuem certa concretude dentro do processo capitalista, estando ligados também a aspectos de valorização subjetiva, sobretudo visando as pretensões dos sujeitos que são ocasionadas pela incorporação do imaginário (por exemplo, a representação e as suas significações quanto a obtenção de um diploma de graduação e pós-graduação).

Os sujeitos se mobilizam por sentidos, valores e percepções de mundo, que geram um movimento. Nesse movimento, a realidade não assume uma condição de completude, pois sendo a linguagem simbólica, apenas é possível narrar fatos resultantes das experiências particularizadas de cada sujeito. A sujeição do sujeito à língua, o impede de expressar ou materializar os fatos em sua plenitude, pois com a língua em nenhuma circunstância se pode dizer tudo.

Retomando a relação da análise do discurso com a psicanálise, Ferreira (2004) afirma que ambos os campos se concentram nas falhas da linguagem, percebidos na materialidade da língua. A autora destaca que tanto inconsciente quanto discurso são acessados pela língua, o primeiro de maneira discursiva e o segundo pela forma material. A aproximação entre os campos exige cautela, uma vez que é necessário especificar o local de fala da ação investigativa, evidenciando as condições de utilização de conceitos.

Tratando da análise do discurso na perspectiva pecheutiana, indica-se “[...] uma teoria materialista dos sentidos, que busca articular ideologia e inconsciente na constituição do sujeito, através de/e sob a linguagem.” (FERREIRA, 2004, p. 49). Deste modo o que se busca é a percepção de uma falha estrutural tanto no sujeito quanto na língua.

Em face do exposto, ressalta-se a produção teórica de Pereira e Aiub (2010), que apresenta o local de prestígio e a posição privilegiada que o ensino do Idioma inglês ocupa na educação regular, e em cursos especializados no ensino de línguas. A análise é baseada na esfera mercadológica, na qual este idioma é bastante influente, considerando o processo de globalização.

Perante o cenário descrito, adquirir o conhecimento da língua inglesa significa construir estratégias para atingir um bom posicionamento no mercado, e o discurso publicitário ocupa um papel importantíssimo na construção de um imaginário social, vide o

entendimento estabelecido. Neste sentido, se constrói uma noção de que sem este diferencial não é possível se destacar frente à concorrência de mercado, portanto, não é possível também, alcançar uma boa e superior posição nesta estrutura.

Utilizando-se da perspectiva da AD francesa, e estabelecendo conexões como a visão sociológica do cenário capitalista contemporâneo, os autores analisam slogans publicitários desses cursos de idiomas, como uma maneira de evidenciar um imaginário de língua como um bem a ser consumido. Contudo, afirmam que a língua não é um objeto ou um instrumento, portanto, sua proficiência demonstra maior complexidade.

De acordo com os autores, a língua possui particularidades desempenhadas pela estrutura subjetiva. A construção dos sentidos, que envolve aspectos subjetivos no processo de construção da comunicação, e também da não comunicação, está interligada ao sujeito. Sob esta perspectiva, os autores afirmam que língua e sujeito estão inseridos em uma relação de interdependência, na qual a compreensão de um ou de outro não pode ocorrer de maneira isolada, mas a partir da relação que ambos estabelecem.

Pereira e Aiub (2010), ao elucidar as inconsistências produzidas em uma mesma língua materna, ou dentro de uma comunidade linguística em específico, atentam para as discordâncias que podem existir no processo de ensino e aprendizagem da língua estrangeira.

Para os autores, o falar não se restringe ao se comunicar, pois entendem que este é um processo que ultrapassa o simples manejo de habilidades no ato de comunicar-se. “Assim, supor a língua como instrumento de comunicação pode ser o primeiro passo para tomá-la como objeto mercadológico, um objeto de venda.” (PEREIRA e AIUB, 2010. p. 98).

É a partir deste processo que a língua estrangeira acaba sendo inserida na lógica mercantil, como um produto a ser consumido e, sobretudo, que oferece a possibilidade de lucros para aqueles que ofertam esta mercadoria.

Pensando neste contexto, os autores se propõem a analisar os *slogans* publicitários de um determinado curso especializado no ensino de línguas, anunciados na mídia virtual, na pretensão de expor a sobreposição da língua inglesa em relação às demais línguas estrangeiras ofertadas.

Pereira e Aiub (2010) ressaltam que vivemos em uma realidade contraditória, visto que coexistimos com o processo de produção de riquezas e com o desenvolvimento tecnológico de um lado, e com a exclusão de outro. Diante deste cenário, os autores retratam que a revolução Científica Tecnológica, que modificou as relações e o processo de produção do trabalho, almejando a eficácia em preservar a lucratividade a partir do processo produtivo, essência do capitalismo, contribuiu para que essa realidade antagônica fosse sendo desenhada.

Neste mesmo contexto, a ideologia neoliberal vai sendo consolidada, “[...] ratificando as premissas do livre mercado e da preponderância do privado em relação ao público, ou seja, do indivíduo racionalmente articulado em detrimento do coletivo.” (PEREIRA e AIUB, 2010, p.100). Deste modo, vão sendo cultivados alguns princípios como o da competição e da maximização dos lucros, enquanto a ideia de intervenção do Estado na economia e relações de mercado é contrariada.

A produção de consequências provenientes da conjuntura neoliberal contraditória, são percebidas no panorama social atual, e provocam o aumento dos problemas sociais, resultados de um processo histórico, que envolve “[...] opções políticas e de decisões que representam interesses de segmentos da sociedade em detrimento de outros.” (PEREIRA e AIUB, 2010, p.101).

A partir da apresentação de tal contexto, os autores afirmam que a competitividade e a qualificação são elementos de um discurso que se entrepõe na esfera do mercado de trabalho, e que, portanto, impõe exigências de acesso e permanência a este mercado.

De acordo com os autores, a língua inglesa constitui um aspecto requerido no atual discurso ideológico do capitalismo. Por este ângulo, a procura por este diferencial cumpre uma função pragmática, ao invés de uma “[...] busca curiosa pelo conhecimento enquanto expressão da libertação humana.” (PEREIRA e AIUB, 2010, p. 102).

Para compreender o processo no qual os *slogans* publicitários de escolas de idiomas se apresentam, a partir da perspectiva neoliberal, os autores discutem alguns mitos a respeito do ensino de línguas estrangeiras, especificamente da língua inglesa. Neste seguimento, Pereira e Aiub (2010, p.102) evidenciam que,

[...] no Brasil o ensino de línguas estrangeiras ocupou um lugar privilegiado nas escolas de ensino regular desde o início do século XIX, principalmente com o ensino da língua francesa, uma vez que havia uma forte influência da França em nossa cultura e ciência.

Por meio das colocações exibidas, destacam-se dois aspectos importantes. O primeiro é que o Brasil, neste período, sofria influência da França, e o segundo aspecto identificado, é o de que nem sempre a língua inglesa ocupou um lugar de destaque na oferta de línguas estrangeiras. (PEREIRA e AIUB, 2010).

Neste sentido, os autores demonstram que com o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos da América começou a exercer influência na dimensão sociocultural brasileira, o que resultou na sobreposição da língua inglesa perante a língua francesa.

No âmbito da legislação, a LDB de 1961, retirou a obrigatoriedade do ensino de línguas estrangeiras das escolas regulares públicas. “Deste modo, crescem os cursos privados de ensino de línguas, principalmente os de língua inglesa, fortalecendo o imaginário de que não é possível aprender língua estrangeira na escola regular, principalmente a pública.” (PEREIRA e AIUB, 2010, p.103).

Ainda de acordo com os autores, mais tarde nos anos 90, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira passa a ser obrigatório. Assim, a língua inglesa foi implantada no currículo como a língua estrangeira obrigatória, sendo que esta situação foi percebida na maioria dos estabelecimentos de ensino. Ao lado do imaginário de que a língua inglesa é útil para a esfera do mercado de trabalho, é produzido também, um imaginário de que na escola regular não se aprende essa língua. Entretanto, a partir de tal compreensão, os autores defendem que não ocorre um exercício de reflexão sobre a falta de condições favoráveis para que a escola regular trabalhe com a língua inglesa. Já nos cursos especializados, concluem que as condições são propícias para este ensino.

Segundo os autores, “[...] juntamente com o crescimento da procura pela língua inglesa, há a produção publicitária, que, na forma de *slogans*, pode ser entendida como um gênero discursivo.” (PEREIRA e AIUB, 2010, p. 104).

Por este ângulo, os autores sustentam o discurso pela maneira com que as palavras são registradas nos modos e nas relações de produção, tendo em vista os enunciados, que sugerem um tipo de discurso pensado para além das estruturas da língua.

Desta maneira, Pereira e Aiub (2010) fazem uso de conceitos importantes da teoria da Análise do Discurso francesa, para realçar a existência de um sujeito privado de subjetivação, decorrente de outras línguas para além da materna. Indicam ainda, a presença de uma visão de que língua é propensa a falhas e rupturas.

Nesta perspectiva, os autores salientam que,

Dizer que um trabalho se filia à AD é dizer que ele não está apenas preocupado com o produto (texto), e sim com o processo (discurso), mas que usa esse produto como uma materialidade analítica. É dizer que o trabalho não se faz estritamente na língua sistêmica, mas que, através dela, envolve também o sujeito e a historicidade. (PEREIRA e AIUB, 2010, p. 104).

Sendo assim, o sujeito é enquadrado pelas exigências da ação ideológica. Melhor dizendo, o sujeito passa por um processo de assujeitamento, haja vista a sua condução através do aspecto ideológico. Nessa condição, os autores afirmam que o sujeito não percebe tal assujeitamento, e estabelece uma percepção de que é livre em seu ato decisório, levando em

conta suas escolhas e ações. Sendo assim, as percepções e representações produzidas pelos sujeitos, são construções próprias do campo do imaginário.

Com base nas considerações de autores do campo da AD (PÊCHEUX 1997; ORLANDI, 2006 apud PEREIRA e AIUB, 2010), no campo imaginário é desenvolvido um jogo onde são realizadas antecipações das representações do sujeito receptor, ou ainda, de respostas dos sujeitos interlocutores. Assim, se ressalta que essas antecipações se caracterizam como elementos fundamentais da estratégia do discurso, que visa projetar argumentações e as possibilidades de persuasão.

A partir de tais contribuições, Pereira e Aiub (2010, p. 105) discorrem que,

O sujeito-publicitário, ao emitir determinado discurso ao público-alvo, tenta antecipar a imagem que eles fazem do referente, do objeto imaginário, para tentar melhor argumentar, persuadir o cliente de que tais e tais coisas são necessárias, de que a sua compra é uma “exigência” na conjuntura atual. Dessa forma, é possível dizer que a língua(gem) é perpassada pelo imaginário, representado pela formação imaginária e também pela ideologia, a partir das formações ideológicas.

Sendo assim, os autores compreendem que a ideologia exerce uma função no discurso. Deste modo, questionam de que maneira o discurso publicitário desses cursos de ensino da língua inglesa, organizam sua abordagem para alcançar seu público-alvo.

De acordo com os autores, as formas de vender das agências de publicidade são bastante diversificadas. Neste sentido, a competição eleva o nível de apostas das instituições em um “diferencial”, na intenção de dar um sentido único a determinada mercadoria a ser vendida, uma vez que “[...] no mundo da competição exacerbada, não bastaria, por exemplo, saber o idioma inglês. É, portanto, sob um viés mercadológico, individualista e concorrencial que circula a maior parte dos slogans publicitários.” (PEREIRA e AIUB, 2010, p. 106).

Dito isto, os autores apresentam a análise dos discursos publicitários de uma agência denominada, em sentido figurado, como “Curso W”. No primeiro *slogan* “Curso W – Inglês com liderança.”, destacou-se a validação da disputa imposta pelo capitalismo, pré-existente de maneira material e simbólica na estrutura social. Além disso, foi evidenciada a perspectiva das relações hierárquicas, entre aqueles que sabem o idioma e aqueles que não sabem. “Tanto o curso quanto os seus estudantes são/serão líderes. E liderar pressupõe ter alguém subalterno.” (PEREIRA e AIUB, 2010, p.106).

No segundo *slogan* “Curso W – Você faz você vence”, os autores identificaram a presença de uma lógica do vencedor e dos perdedores. Do mesmo modo, ressalta-se o

processo de aproximação daqueles que dominam o idioma com seus respectivos pares, ou seja, outros vencedores.

Outro ponto destacado por Pereira e Aiub (2010, p. 107), é a ligação estabelecida entre a língua inglesa e o mercado de trabalho, como algo “garantido”, visto que “[...] é definitivo quem faz o curso W vence, e para que alguém vença, é preciso que alguém perca. Mais uma vez aqui a lógica concorrencial que está nas bases do sistema neoliberal se faz presente e de forma bem expressiva.”

Os autores indicam a presença de um discurso publicitário atraente, e que representa um imaginário baseado na certeza de que com o “domínio pleno” da língua inglesa, além de acessar o mercado de trabalho, o sujeito lidera e vence.

Convém destacar que nestas diretrizes, o aluno é visto como um cliente, e o discurso publicitário têm como objetivo a venda deste curso ao invés do ensino da língua. Dessa maneira, a finalidade é restringida à captação do cliente em potencial.

Dessa forma, para os objetivos expostos pelos *slogans*, formar líderes só é possível com professores que, estando neste elo entre cliente-aluno e curso de línguas, assujeitam-se (consciente ou inconscientemente) a métodos que pregam eficácia e fluência total (PEREIRA e AIUB, 2010, p. 107).

Na análise do terceiro slogan, os autores identificaram a referência aos professores como aspecto fundamental desse processo, no qual o resultado efetivo é o êxito e a sabedoria. Observando a enunciação “*Curso W – Em uma escola de campeões, só podíamos contar com professores vencedores*”, ressalta-se a apresentação do professor como um vencedor.

É salientada também, uma visão de que esse profissional possui um domínio total da língua inglesa, tanto da compreensão quanto da fluência, “[...] pois, o professor é um “mágico” que garantirá “*fluência desde o primeiro dia*”, porque tempo é dinheiro e dinheiro (lucro) é o fundamento do sistema.” (PEREIRA e AIUB, 2010, p.107).

Em face das análises produzidas, os autores destacam que os *slogans* nascem da influência de um contexto social, que contribui para que os discursos sejam introduzidos, com potência, no pensamento social. Para os autores, nesta conjuntura sujeito e sentido se constroem de forma mútua, pois tal construção ocorre através da linguagem. “Vale dizer que não se trata apenas do sentido de um determinado *slogan*, mas principalmente aqueles sentidos que emergem pelo processo de aprendizagem de uma segunda língua.” (PEREIRA e AIUB, 2010, p. 108).

Entretanto, os autores alertam para a constituição de convicções de que esses cursos projetem apenas a lucratividade, compreendendo a língua simplesmente como elemento de ascensão no mercado de trabalho, e ignorando a sua condição formadora, a julgar pela concepção do aluno enquanto sujeito.

Refletindo sobre a investigação realizada, os autores concluem que a língua é heterogênea, e contribui para formar sujeitos alheios. Por este motivo, não se pode aceitar que ela seja concebida, exclusivamente, como instrumento de comunicação. À vista disso, os autores afirmam que se abrem possibilidades para que ela seja compreendida como um produto passível de comercialização.

Deste modo, quando tratada como um simples meio de comunicação, e com todas as garantias e vantagens que ela oferece, auxilia na compreensão de “[...] como o discurso publicitário fetichiza a língua inglesa, fazendo uma alegoria a um mundo que, com a língua inglesa, não é passível de desentendidos, de falhas, não há derrotas.” (PEREIRA e AIUB, 2010, p.108).

Por fim, os autores explicam que é verificada uma espécie de acolhimento desta noção, que alude a existência de uma posição de liderança daqueles que se apropriam da língua inglesa, e que são capazes de falar este idioma.

Ademais, é conveniente expor a análise que os autores realizam sobre o discurso produzido nos *slogans* publicitários do curso investigado, como um discurso que desenvolve uma imagem distorcida da língua inglesa, e que posiciona este idioma em lugar de destaque, tanto em comparação com as demais línguas estrangeiras como considerando a própria língua materna.

O estudo desenvolvido pelos autores é fundamental para elucidar a maneira pela qual pretendemos desenvolver nossa análise. Neste sentido, cabe mencionar a relevância desta pesquisa para o progresso na utilização deste dispositivo interpretativo teórico e analítico, levando em consideração as diferentes abordagens discursivas investigadas.

Ao optar pela utilização de fundamentos da análise de discurso como dispositivo metodológico de grande valia para examinar as propagandas publicitárias, salientamos o objetivo de chegar a conclusões a partir da base teórica construída. Isso porque, conforme exposto, a AD como dispositivo de análise não se reduz a uma simples descrição de textos. A abordagem busca compreender como os processos e formações discursivas se constituem.

Diante disso, a AD opera de modo a desconstruir a noção de linguagem como um sistema de regras formais. Desse modo:

A linguagem é pensada em sua prática, atribuindo valor ao trabalho com o simbólico, com a divisão política dos sentidos, visto que o sentido é movente e instável. O objeto de apreciação de estudo deixa de ser a frase, e passa a ser o discurso, uma vez que foge da apreciação palavra por palavra na interpretação como uma sequência fechada em si mesma. (BRASIL, 2011, p. 172).

Nessa lógica, o sujeito passa a ter importância central na análise discursiva, pois além de construir a linguagem, é por ela construído, interessando para a reflexão a condição de sujeito que é afetado pelo inconsciente e interpelado ideologicamente.

Considerando ainda as palavras de Brasil (2011), a AD visa a reflexão do fazer linguístico, reconhecendo o caráter histórico da linguagem, além de outros elementos de ordem também histórica e psicanalítica. “Na teoria discursiva, os conceitos de história, língua, ideologia e inconsciente deixam de ter a formulação de origem ganhando novas dimensões e formulações nas redes discursivas.” (p.173).

Brasil (2011) expõe que a constituição do discurso envolve três aspectos, são eles: a língua, que permite a materialidade do discurso, o sujeito, que assume sua posição na formação discursiva, e a história, que revela as implicações de sentidos engendradas pelo discurso, mediante efeitos ideológicos.

É através desses indicativos que buscamos, por meio do aporte teórico metodológico da abordagem, observar como se desenvolve a prática do discurso, contemplando em nossa análise as relações entre a língua e fatores ideológicos emergentes.

5 PROPAGANDEAR SONHOS, EXPANDIR O MERCADO

Neste capítulo, serão apresentados os dados coletados, relativos ao processo de expansão da modalidade de educação a distância. Além disso, será exibida a análise das propagandas publicitárias alusivas aos cursos de EAD, selecionadas via redes sociais (Facebook e Instagram). O objetivo deste capítulo é ir fundamentando a construção do diagnóstico sobre o processo de mercadorização, proposto pela pesquisa enquanto produto. Assim, por meio dos dados apresentados se intenta evidenciar de que forma as propagandas selecionadas se constituem como aspecto estratégico da expansão, e como contribuem para o processo de legitimação da educação vista como um produto a ser consumido, legitimação que é consolidada pelo processo de construção de um imaginário social.

A análise desse conjunto de elementos citados, que compõe os eixos centrais de investigação da pesquisa, podem revelar um rápido e intenso movimento de mercadorização da educação superior na região do Alto Uruguai Gaúcho. Neste seguimento, a construção simbólica formada da tessitura entre imagens e os diferentes valores atribuídos a elas, conforme a interpretação dos sujeitos, se caracteriza como uma atividade cultural, interpelada por inúmeros fatores.

Assim, a publicidade se constitui como um dos fatores que, dentro de suas atribuições, explora as condições de admissão desses sujeitos na concordância de que possuem um desejo de satisfazer uma necessidade, neste caso, adquirir um diploma, dar um “*up*” na carreira profissional, se colocar melhor no mercado de trabalho e tantos outros benefícios explicitados com a realização de um curso de graduação e pós-graduação.

Diante das colocações iniciais, o propósito deste capítulo é tentar perceber como a publicidade pode contribuir de fato com a expansão da EAD, inserindo uma lógica da educação como mercadoria que é aceita dentro da construção de um determinado imaginário social na região. A partir das propagandas, poderemos identificar se estas instituições buscam, antes de tudo, consumidores que comprem e investem fazendo com que um mercado educacional cresça e caminhe para uma consolidação na região.

Conforme determinado, a pesquisa irá se sustentar metodologicamente via análise quantitativa e qualitativa. Assim, por meio dos números da expansão, será apresentado a seguir o mapeamento das instituições atuantes no território de análise, demonstrando publicamente como essa expansão se coloca no cenário da região.

Pela perspectiva da abordagem qualitativa, será construída a percepção de como as instituições que ofertam os seus serviços na região, procuram se apresentar para esse potencial

de público consumidor, um público que representa estudantes que estão em fase de conclusão seja do ensino médio ou de graduação, e que se projetam para a realização de um curso de nível superior (graduação ou pós-graduação).

5.1 Etapa de mapeamento das Instituições EAD

Após o processo de qualificação da pesquisa, ocorrido em agosto de 2020, de maneira remota e em circunstância incomum dada a situação gerada pela pandemia de Covid-19, a primeira ação a ser realizada no processo de levantamento de dados era o mapeamento das instituições de educação a distância, cadastradas nos 41 municípios designados como território de análise da pesquisa.

Desta maneira, no final do mês de agosto de 2020, foi iniciada a coleta de dados para a realização do mapeamento, através do site do E-mec, na intenção de verificar quantos dos 41 municípios apareciam cadastrados no sistema e, conseqüentemente, quantas instituições eram identificadas em cada um deles, de acordo com a modalidade (presencial/a distância).

Há de se admitir que o processo de mapeamento foi marcado por uma série de vicissitudes. Em um primeiro momento, o mapeamento foi realizado através da consulta interativa, na qual a forma de verificação das instituições cadastradas era relativamente simplificada, pois através de um clique em um mapa era possível escolher a região (estado) desejada para consulta, e através da seleção das alternativas "presencial" ou "a distância" era possível verificar quais instituições se encontravam cadastradas. Na sequência, identificava-se quais permaneciam ativas, e ao clicar nos campos indicados das instituições, também era possível verificar o município em que estavam localizadas cada uma delas.

Entretanto, antes mesmo de terminar o processo de mapeamento, a opção de consulta interativa deixou de funcionar. Sendo assim, a partir de informações obtidas por meio da central de ajuda do Google Chrome, foi possível investigar sobre o problema gerado. Logo, foi revelado que a partir do ano de 2021, o suporte ao plug-in Flash Player, programa de extensão que possibilitava a reprodução de multimídias, não será mais fornecido pela Adobe. Deste modo, os conteúdos em Flash, incluindo áudio e vídeo, não serão mais reproduzidos em nenhuma versão do Chrome.

Com esta informação em mãos, foram lançadas outras tentativas de reproduzir o conteúdo (mapa), através da utilização de outros navegadores, tais como: Internet Explorer, Mozilla Firefox, Opera, Microsoft Edge, porém, todos os esforços foram frustrados.

Entretanto, o próprio sistema (E-mec) ofertava outra possibilidade, e o mapeamento foi concluído e revisado a partir da consulta textual, uma segunda alternativa disponível no site. Neste tipo de consulta, é necessário inserir o nome de cada município para efetuar a pesquisa, logo após, são exibidas todas as instituições de educação superior cadastradas no E-mec, sendo elas de natureza privada, da autarquia federal e algumas denominadas como sociedade anônima fechada, sociedade empresarial limitada e sociedade simples limitada.

Em vista disso, o processo de finalização e revisão do mapeamento tornou-se mais laborioso, pois além da consulta ser realizada por município, era necessário efetuar uma série de “cliques” para verificar se a instituição permanecia ativa. Contudo, esses percalços encontrados durante o trabalho de coleta de dados, em nada comprometeu a confiabilidade no que diz respeito aos dados obtidos.

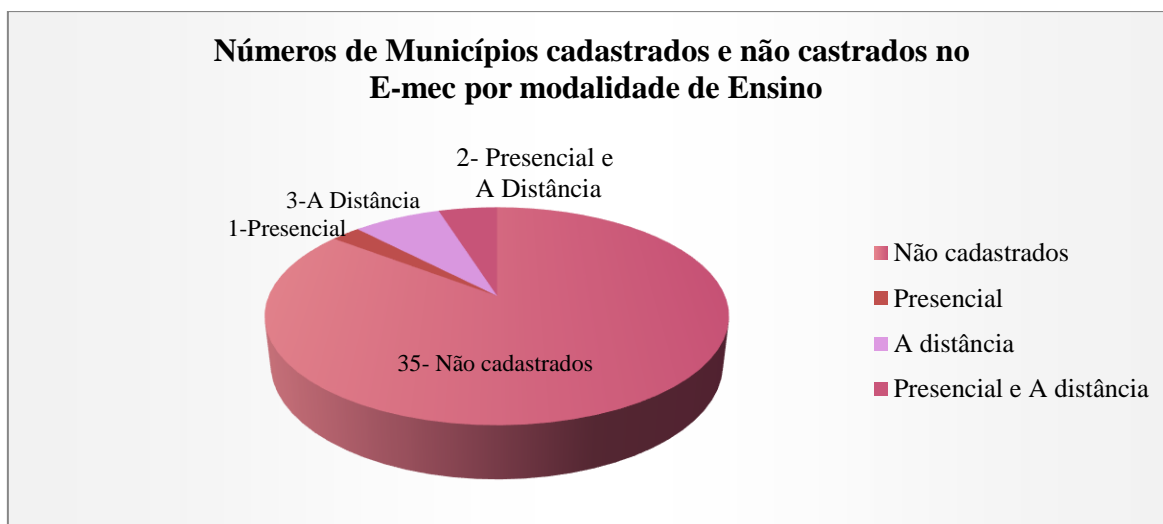
Isto posto, com o processo de mapeamento concluído, e tendo por base as informações coletadas e expostas no gráfico 6, ressalta-se que dos 41 municípios que constituem a região de abrangência da 15ª Coordenadoria Regional de Educação, somente 6 municípios apresentam cadastros no site, dado que 35 deles não possuem cadastro de instituições de educação superior em nenhuma das modalidades.

À vista disso, há de se considerar que, historicamente, a cidade de Erechim foi referência no Alto Uruguai Gaúcho, em termos de desenvolvimento físico e econômico, conjuntura que se intensificou mesmo após o desmembramento de seu vasto território composto por grande parte dos municípios que constituem a região atualmente.²⁶

Deste modo, o motivo pelo qual os demais municípios não apresentam cadastro, pode estar vinculado a uma noção de que Erechim continua sendo vista como cidade polo, frente aos demais núcleos urbanos menores, do interior.

²⁶ Observação realizada em referência às contribuições de autores como Antônio Ducatti Neto (1981), Enori José Chiaparini (2012), que discutem sobre o contexto de formação histórica do município de Erechim, apontando aspectos estruturais, econômicos, populacionais entre outros.

Gráfico 6 - Número de Municípios cadastrados e não cadastrados no E-MEC por modalidade

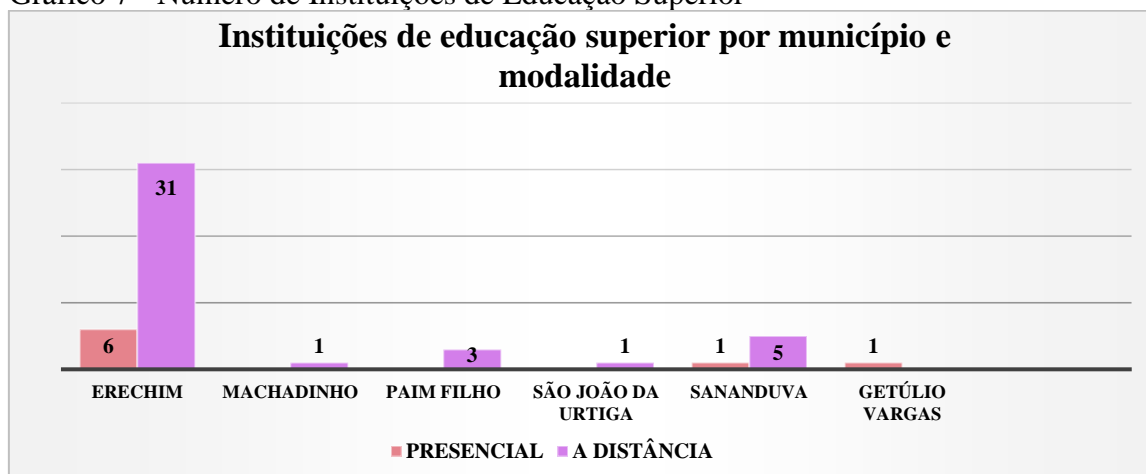


Fonte: Elaborado pela autora com base em dados disponibilizados pelo site do E-MEC

No que se refere aos 6 municípios cadastrados, o gráfico 7 exhibe que em um deles, (Getúlio Vargas), foi identificada apenas uma instituição de educação superior cadastrada, sendo que a oferta de cursos ocorre apenas na modalidade presencial. Em 2 municípios (Machadinho e São João da Urtiga) foi detectada apenas uma instituição cadastrada em cada município, considerando que trabalham, exclusivamente, com a educação a distância. Em outro município (Paim Filho) foram registradas apenas 3 instituições, sendo que essas atuam na oferta de educação a distância.

Com relação aos 2 municípios restantes (Erechim e Sananduva), se constatou que as instituições atuam com ambas as modalidades, sendo que a soma de instituições cadastradas nos dois municípios é de 36 na modalidade de educação a distância, o que corresponde a um equivalente de 87,8% do total de instituições a distância cadastradas, e respectivamente 7 no modelo presencial, isto é, 87,5% do total considerando todos os municípios.

Gráfico 7 - Número de Instituições de Educação Superior



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados disponibilizados pelo site do E-MEC

Sobre a quantidade de instituições de educação superior que se concentram apenas no município de Erechim (31 a distância e 6 presenciais), em percentuais esses números são equivalentes à 75,6% a distância e 75,0% presencial. Em função disso, Erechim se confirma como cidade de referência na oferta de educação superior, pois além de concentrar o maior número de instituições de educação superior, supera municípios menores tanto em extensão quanto em termos de densidade populacional, exercendo forte influência em seu entorno, situação que pode contribuir para atrair maiores números de estudantes. Ademais, de certo modo, esse fato justificaria e compensaria a concentração da abertura de polos de instituições EAD no município.

Quadro 1 - Instituições de educação superior cadastradas por município e modalidade

MUNICÍPIO	PRESENCIAL	A DISTÂNCIA
Erechim	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) * Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) * Faculdade de Ciências Jurídicas de Erechim Faculdade Anhanguera de Erechim Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)*	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) Faculdade CENSUPEG Faculdade de Ciências, Educação, Saúde, Pesquisa e Gestão (FSF) Centro Universitário Facvest (UNIFACVEST) Faculdade Ibmecc São Paulo (IBMECC SP) Faculdade Dom Alberto (FDA) Universidade Estácio de Sá (UNESA) Centro Universitário Favip Wyden (UNIFAVIP WYDEN) Centro Universitário Campos de Andrade (UNIANDRADE)

		<p>Centro Universitário Ingá (UNINGÁ) Faculdade UNIBF Universidade Anhanguera (UNIDERP) Centro Universitário Anhanguera Pitágoras Ampli. Universidade Pitágoras UNOPAR Centro Universitário Internacional (UNINTER) Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI) Faculdade Educacional Araucária (Facear) Centro Universitário Assis Gurgacz (FAG) Universidade Cesumar (UNICESUMAR) Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE) Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) Centro Universitário da Serra Gaúcha (FSG) Centro Universitário Senac (SENAC SP) Centro Universitário UNIBTA Universidade Nove de Julho (UNINOVE) Centro Universitário das Américas (CAM) Centro Universitário Cidade Verde (UNIFCV) Centro Universitário São Lucas (UNISL) Faculdade Educacional da Lapa (FAEL) Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP) Universidade Salvador (UNIFACS)</p>
Machadinho		Faculdade Educacional da Lapa (FAEL)
Paim Filho		<p>Faculdade Educacional da Lapa (FAEL) Centro Universitário Facvest (UNIFACVEST) Centro Universitário FADERGS</p>
São João da Urtiga		Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN)
Sananduva	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)*	<p>Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto (ESTÁCIO RIBEIRÃO PRE) Centro Universitário São Lucas (UNISL)</p>

		Faculdade Educacional da Lapa (FAEL) Universidade Paulista (UNIP) Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU)
Getúlio Vargas	Centro Universitário IDEAU	

* Instituições de educação superior públicas.

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados disponibilizados pelo site do E-MEC

Embora o quadro 1 das instituições cadastradas por municípios, e de acordo com a modalidade, seja composto de 37 instituições (a distância e presencial) no município de Erechim, cabe ressaltar que no sistema E-mec são registradas 39 instituições. Isto porque, existem algumas particularidades quanto a contagem dos cadastros como, por exemplo, no que diz respeito ao caso de uma instituição inativa e de cadastros duplicados em função de uma mesma instituição estar localizada em dois endereços diferentes.

Com relação a essas particularidades encontradas nos dados, cabe destacar que a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), aparece cadastrada no município de Erechim em ambas as modalidades, entretanto, a instituição é contabilizada apenas uma vez no sistema E-mec.

Outra questão se refere a Faculdade Anglicana de Erechim (FAE), cadastrada no município de Erechim, na modalidade presencial, e que apesar do cadastro, a instituição não está mais em funcionamento na cidade desde o ano de 2020, em função do enfrentamento de problemas financeiros. A instituição integra a contagem de instituições cadastradas, mas não é possível consultar os dados da mesma, provavelmente, dada a circunstância de que já aparece como inativa.

O Centro Universitário FACVEST (UNIFACVEST) também possui cadastro na cidade de Erechim, na modalidade EAD, sendo contabilizado duas vezes, pois possui cadastro em dois endereços diferentes. Por este motivo, a instituição aparece descrita apenas uma vez no quadro 1.

Para além dos aspectos evidenciados, se destaca ainda, que das instituições cadastradas no município de Erechim, algumas como: o Centro Universitário Ingá (UNINGÁ), a Faculdade UNIBF, a Faculdade Educacional Araucária (Facear) e o Centro Universitário Assis Gurgacz (FAG), consta no status que o polo está em atividade, porém não é possível consultar os dados com relação a listagem de cursos ofertados pela instituição. O mesmo ocorre com o Centro Universitário Facvest (UNIFACVEST) em Paim Filho, e com o Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU) em Sananduva.

Além disso, outro dado bastante relevante, é que do processo inicial de mapeamento em agosto de 2020, para a revisão das instituições cadastradas no mês de março de 2021, dois municípios tiveram a inclusão de instituições cadastradas, foram eles: Paim Filho e Sananduva.

Com a conclusão do mapeamento de instituições que trabalham com a modalidade EAD, foi possível dar sequência na coleta de dados, seguindo para a etapa de coleta das propagandas publicitárias, conforme será exposto a seguir.

5.2 Etapa de análise das propagandas publicitárias

O mapeamento das instituições de educação a distância orientou a segunda parte da coleta de dados, efetuada via recolhimento de materiais publicitários dessas. Deste modo, foram recolhidas para análise propagandas relativas aos cursos de graduação e pós-graduação das instituições mapeadas.

A etapa de coleta das propagandas iniciou em setembro de 2020, e se estendeu até o mês de março de 2021. O alargamento dessa etapa se deu considerando o contexto de pandemia, que apesar de afetar o curso natural de ações ligadas às atividades comerciais, em nada afetava o andamento das ofertas dos cursos de EAD, ocorridas por meio da veiculação das propagandas publicitárias. Entretanto, esse cenário poderia contribuir para o surgimento de outros aspectos relevantes de análise, uma vez que a necessidade de trabalhar com o ensino remoto passou a exercer influência no processo de incentivo ao desenvolvimento da modalidade.

Neste sentido, foram coletadas mais de 100 propagandas publicitárias, considerando que foram recolhidas cerca de 3 ou 4 propagandas de cada instituição. Vale ressaltar que a intenção inicial era realizar o recolhimento dos materiais considerando o contexto de cada município, isto é, buscando verificar se essa veiculação das propagandas ocorria levando em conta uma perspectiva local.

Contudo, foi percebido que as propagandas não eram direcionadas com vistas para a realidade de cada município, pelo contrário, as propagandas seguiam um padrão em sua formulação, o que permitia veicular o mesmo anúncio em municípios distintos. Sendo assim, esporadicamente, se identificava na descrição do feed do facebook ou instagram o nome da cidade na qual o polo estava situado. Além disso, era possível indicar o referido município através da identificação da página da instituição que, em alguns casos, incluía a designação da localidade.

Ademais, muitas propagandas não vinculavam um ou outro nível de educação (graduação ou pós-graduação), eram em geral propagandas preocupadas com a apresentação da modalidade e suas peculiaridades.

Dada a variabilidade nesse campo de ação, há uma série de iniciativas possíveis quanto a divulgação das instituições. Por isso, para os fins desta pesquisa foram selecionadas cinco propagandas que constituem a amostra representativa analisada, e que serão exibidas a seguir.

5.2.1 A disputa, o diferencial e a credibilidade são a “alma do negócio”

Por ser um campo em expansão, a oferta de cursos na modalidade EAD exige a construção de diferentes estratégias frente à concorrência, para isso, as instituições apostam em diferenciais que explicitem as vantagens que o investimento proporciona, como forma de obter um bom posicionamento no mercado.

Por este ângulo, as propagandas publicitárias trabalham no sentido de interpelar os diferentes sujeitos, tendo o imaginário social como aspecto propagador dos diversos modos de abordagem. À vista disso, a personalização das insígnias utilizadas nas propagandas procura atingir seus consumidores, tendo em vista os diferentes modos de projeção do imaginário, na intenção de alcançar sua finalidade primeira, isto é, a venda da mercadoria ou produto anunciado.

Sendo assim, no contexto da exclusividade e da disputa, a produção discursiva publicitária acaba apresentando o imaginário de que além dos benefícios de se cursar uma EAD, como a garantia de comodidade, custo benefício e o ingresso facilitado no mundo profissional, são relacionados abertamente nas propagandas aspectos que evidenciam a forma de tratamento da educação como uma mercadoria, mas não qualquer mercadoria, um produto adequado a necessidade do cliente, e que mantém a mesma qualidade e o reconhecimento da educação na modalidade presencial.

Por meio da perspectiva teórica metodológica da Análise do Discurso francesa, e da associação do contexto capitalista atual, buscaremos salientar a partir da conjuntura alguns pontos de análise com base nas propagandas publicitárias dos cursos de graduação e pós-graduação, na intenção de apresentar a forma com que a educação vem sendo tratada, isto é, como um produto disponível para o consumo, conforme apresentado a seguir:

Figura 4 – Instituição ESTÁCIO de Sananduva - “Você compra uma Graduação e leva um futuro”

Estácio | 50 anos

BLACK FRIDAY

ESTÁCIO
PODE VIR

VOCÊ COMPRA UMA GRADUAÇÃO E LEVA UM FUTURO
COMECE AINDA ESTE ANO E PAGUE APENAS

R\$ **49** POR ATÉ 3 MESES

SAIBA MAIS E INSCREVA-SE: [estacio.br](https://www.estacio.br)

Fonte: Página da Estácio Polo Sananduva no Facebook. Disponível em <encurtador.com.br/aDOR07>. Acesso em novembro de 2020.

Aqui, um primeiro ponto de observação e análise é a presença de uma relação concreta entre a realização de um curso na modalidade EAD e, conseqüentemente, a convicção de obtenção de um diploma, com a garantia de um “futuro”, pois não são considerados possíveis fatores impeditivos e adversos na condução da vida dos sujeitos, que os impeça de acessar esse “futuro” proposto pelo discurso publicitário, e nem mesmo incertezas quanto a conclusão da graduação. Assim, a percepção é a de que não existem fatores que alterem o percurso formativo daqueles que “investem”.

A palavra “futuro” abre margem para diferentes concepções do que possa ser um futuro, uma vez que o imaginário é constituído a partir da percepção que construímos de imagens com base em valores que atribuímos a elas no processo de interpretação. Deste modo, um “futuro” pode ser associado como a construção de uma carreira sólida, seja

profissional ou acadêmica, ou também a uma espécie de prestígio adquirido com a conclusão do ensino superior.

Essas noções são importantes, porque demonstram como as representações sociais se constroem no interior de grupos sociais, e apresentam também o papel que essas construções exercem nas relações dos grupos a partir do objeto de sua representação.

A concepção da educação como meio de ascensão social é uma percepção bastante latente em nossa sociedade, e apostar em estratégias que evidenciem tal possibilidade é uma das formas mais exploradas pelas instituições no processo de interpelação dos sujeitos.

Aqui, podemos rememorar Goffman (2003) e suas contribuições sobre a representação idealizada, incorporada à noção de mobilidade social, que denota o desejo de ascensão dos estratos inferiores da sociedade, se relacionando com a falseabilidade de fatos ou com a ocultação da existência de uma singularização das experiências.

Com isso, é possível indicar os motivos que levam tanto os produtores das propagandas quanto os sujeitos interpelados por elas, a ignorar alguns aspectos mencionados. Considerando também as reflexões de Lacan (2005), tal falseabilidade pode ocorrer em função da impossibilidade de alcance do real que é acedido por uma representação transmitida pela linguagem.

Frente a isso, o sujeito interpelado conta apenas com o trabalho de interpretação, que é vinculado ideologicamente, pois a ideologia é um aspecto indissociável da vivência cotidiana, presente nos hábitos, desejos e nas práticas. Há de se considerar o pensamento de Castoriadis (1997), do sujeito como uma criação social, e que ao ser socializado produz determinadas características relacionadas a sua forma de pensamento e de ação.

Outro aspecto de análise é a campanha de marketing e vendas *Black Friday*, bastante consolidada no país, e muito difundida quando se trata de estratégias que objetivam o aumento de vendas das diferentes marcas e seus produtos.

Dito isto, a globalização econômica que rompe com os limites do mundo dos negócios e contribui para inserir a lógica de mercado em todos os âmbitos da vida social, colabora para a naturalização dessas práticas também na esfera educacional, considerando este tipo de estratégia que é utilizada pelos discursos publicitários, nos quais prepondera a hegemonia do racionalismo neoliberal, e que por vezes abarca o imaginário social.

À vista disso, parece inviável a construção de um discurso que coloque a própria educação como foco, e que desmistifique o consumo e a competitividade em estado puro, conforme aponta Santos (2008). Para o autor,

Num mundo globalizado, regiões e cidades são chamadas a competir e, diante das regras atuais da produção e dos imperativos atuais do consumo, a competitividade se torna também uma regra da convivência entre as pessoas. A necessidade de competir e, aliás, legitimada por uma ideologia largamente aceita e difundida, na medida em que a desobediência às suas regras implica perder posições e, até mesmo, desaparecer do cenário econômico. (p.57).

É possível ressaltar ainda, que a sedução empreendida pelo mercado na associação da educação como um investimento, e a própria adequação das condições de compra para o cliente, expressam a exploração de novos hábitos de consumo, atrelados a novos nichos de mercado. Com isso, se percebe a criação de novos valores, uma nova forma de conduta operante decorrente dos mecanismos da globalização.

Figura 5 - Instituição UNIGRAN de São João da Urtiga-
"Estamos em 9 países da Europa"



Fonte: Página da Unigram Polo São João da Urtiga no Facebook. Disponível em: encurtador.com.br/syC36. Acesso em outubro de 2020.

Ao empreender a análise levando em conta a lógica de produção capitalista, e as considerações de Santos (2008, p.49) de que “vivemos cercados, por todos os lados, por esse sistema ideológico tecido ao redor do consumo e da informação ideologizados.”, podemos perceber que a noção de superioridade é acionada nesta propaganda.

Neste sentido, a superioridade reforçada se refere a um processo de diferenciação interno, isto é, dentre as instituições do país de origem (Brasil), esta se destaca por se inserir em outros 9 países, o que pode sugerir diante da interpelação dos sujeitos um prestígio e reconhecimento internacional.

Deste modo, retomemos os estudos de Martins (2008) sobre as contradições da modernidade no Brasil, nos quais o autor trata da lógica do “ser” e do “parecer”, do autêntico e do inautêntico, destacando a cultura da imitação, que evidencia as raízes coloniais que impedem a produção de uma racionalidade de fato autêntica. Podemos assim, empregar esta noção ao processo de produção de impressões publicitárias, uma vez que, neste caso, busca demonstrar uma supremacia recorrendo a uma visibilidade subordinada à valorização do estrangeiro.

Conforme apontam Pereira e Aiub (2010), o discurso publicitário é produzido levando em conta um cenário favorável para aquilo que está sendo dito ou anunciado. Isto significa, que para penetrar nas acepções dos grupos sociais, isto é, alcançar os sentidos que atravessam o imaginário social, a publicidade depende da legitimidade que os sujeitos direcionam a ela.

Por este ângulo, a cultura imitativa citada por Martins (2008), precisa fazer sentido na organização social e na vida dos sujeitos interpelados, portanto, a supervalorização da exterioridade indica uma mentalidade de que tudo aquilo que é moderno vem de fora, conforme sublinhou o autor. Sendo assim, o “de fora” não é apenas o moderno e inovador, mas é bom, é eficiente, traz resultados e garante o sucesso.

Conforme aponta Souza (2004), a naturalização de fenômenos na vida cotidiana moderna, ocorre graças a eficiente introjeção de valores aos sujeitos, efetuada pelas instituições modernizadas de fora para dentro, devido a influência ocidental. Assim, o processo de fabricação do indivíduo social apresentado por Castoriadis (1997) também nos ajuda a pensar como as representações são socializadas, e auxiliam na atribuição de sentidos dessa sociedade, mesmo que imaginários. Isto significa que existe uma forma de socialização dos modos de pensar, agir e de conceber a "representação" da sociedade e do mundo.

Tudo isso implica dizer que enxergar aquilo que é estrangeiro como melhor e profícuo não é um movimento natural, mas é uma conduta influenciada por uma hierarquia moral

arbitrária inserida na organização social e que nos leva a perceber apenas a realidade que nos é facultada.

Figura 6- Instituição UNOPAR - "O mercado que mais cresce no Brasil"



Fonte: Página da Unopar Erechim no Facebook. Disponível em: encurtador.com.br/ijIOR. Acesso em março de 2021.

A respeito desta propaganda podemos observar que está subentendida, mais uma vez, a ideia de disputa, não no sentido de concorrência, mas de competição. Aqui a disputa é apresentada como elemento próprio do capitalismo, e como prática integrada a todos os âmbitos da vida social, sendo utilizada na intenção de determinar uma espécie de hierarquia entre as instituições que expandem e aquelas com baixa visibilidade no mercado, pois o objetivo máximo é colocar-se na melhor posição.

Para melhorar a compreensão, trazemos outra vez as considerações de Santos (2008), que apresenta que o espaço geográfico ganha importância no contexto da globalização, pois ao ser definido de maneira diferencial, indica a relação entre localização e a eficácia de ações,

uma vez que “ Os atores mais poderosos se reservam os melhores pedaços do território e deixam o resto para outros.” (p.79).

Portanto, avançar e crescer implica na escolha de investimento em dado território, uma escolha, evidentemente, racionalizada. Sendo assim, é provável que as instituições escolham locais que irão beneficiar os movimentos e formas de ação empreendidas na captação de pessoas.

Todavia, Santos (2008) aponta também que com o processo de globalização todos os espaços geográficos ou territórios são de alguma forma funcionais, portanto, a concentração de instituições de educação a distância no interior dos estados ao invés de grandes centros comerciais, dado evidenciado no tópico 2.4 deste trabalho, seria assim justificada, levando em conta que nessas localidades bem como em qualquer outra vigoram as exigências do mercado, que por sua vez estimulam a competitividade.

Dito isto, a interpelação dos sujeitos ocorre dada a premissa de que o mercado exige a necessidade de excelência e destaque num determinado campo de disputa, posto que esse princípio é válido tanto para as instituições como também para os seus clientes/estudantes, que precisam ser cada vez melhores e diferenciados na área específica de atuação que desejam seguir no mercado de trabalho, o que implica na escolha da instituição que irão investir, considerando o retorno que as mesmas lhes oferecem.

De outro modo, considerando a necessidade de investimento na carreira profissional, a aposta mais provável será na instituição “que mais cresce no Brasil”, pois isto indica que esta instituição ocupa uma localização de destaque frente as demais, por isso, seria considerada a melhor opção.

É desse modo que a liberdade de mercado que implica na concorrência, e principalmente na disputa em todos os setores comerciais, invade o âmbito educacional. Trata-se de um vasto mercado que projeta a entrada do capital financeiro na educação e avança dia após dia (OLIVEIRA, 2009). Neste sentido, a expansão deste mercado é traduzida pelo aumento da oferta de cursos privados na modalidade EAD, como um indicador da consolidação desse fluente mercado.

Além disso, a partir da forma com que está estruturada a combinação dos dizeres na propaganda, verifica-se a vinculação de uma iniciativa na linguagem que é própria da lógica empresarial e mercantil, o que contribui para a confirmação da organização e encadeamento desse mercado educacional.

Por este ângulo, é possível assinalar que o setor educacional vem sendo absorvido pela atividade mercantil, uma transformação em escala mundial, que evidencia a dimensão do processo de globalização.

Figura 7 - Instituição FAEL Paim Filho e Machadinho - "Transfira seu curso para a faculdade que entende do assunto."



Fonte: Página da Fael Polos Paim Filho e Machadinho no Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CEbuiIbMgKe/> . Acesso em: novembro de 2020.

O contexto de pandemia da Covid-19 foi importante para identificarmos outros nuances no desenvolvimento da pesquisa. Nesta propaganda, podemos observar o “oportunismo de mercado” como outro princípio essencial da lógica capitalista, na condição de reinventar-se continuamente.

Neste sentido, o oportunista é aquele que consegue enxergar uma possibilidade de reverter situações buscando “tirar proveito” da melhor maneira possível, visando algum objetivo a ser alcançado. Em outras palavras, a pandemia da Covid-19 impactou de maneira

negativa diversos setores, mas não podemos dizer que esta é uma realidade das instituições EAD, principalmente devido a necessidade de adaptação da educação presencial ao modelo remoto.

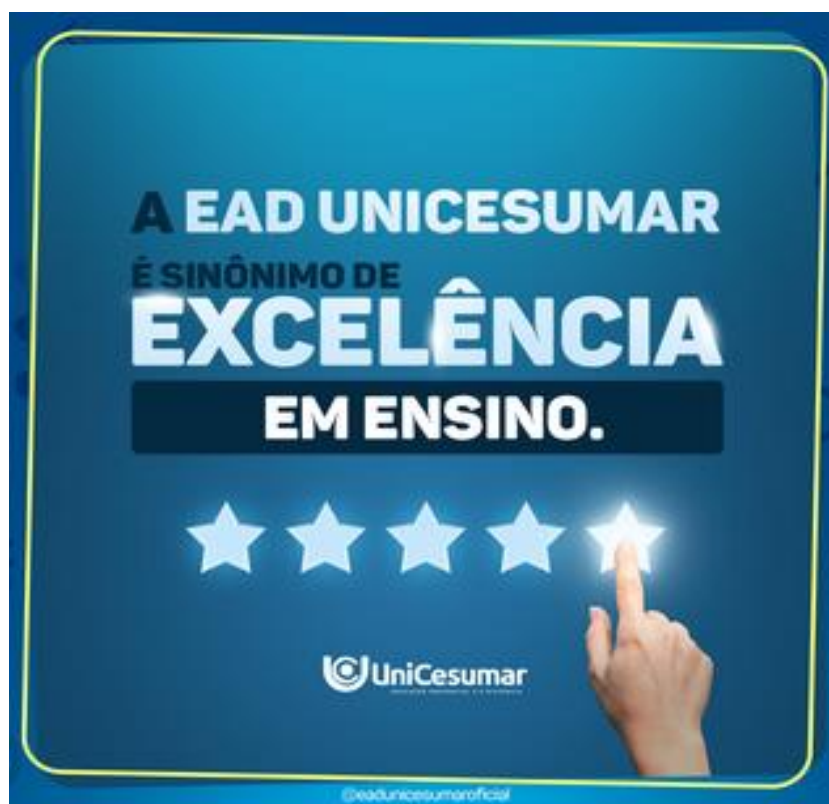
Neste cenário, as instituições de EAD podem ter avistado uma oportunidade de expansão da modalidade, visto que muitas vezes as próprias definições de ensino remoto emergencial e EAD são utilizadas como sinônimos, embora não sejam.

A astúcia na organização das sentenças, que conduz os sujeitos a conclusão de que o ensino remoto é a mesma coisa que o EAD, é conveniente e oportuna. Sendo assim, a interpelação pode ser interpretada como um modo de estimular o sujeito a pensar que se está pagando por uma estrutura que não dispõe, e investindo em uma instituição que não possui experiência na oferta da modalidade, sem “tradição no mercado” ou que não é “pioneira” no ramo da educação à distância, é sensato transferir para uma instituição que “entende do assunto”.

Neste caso, parece haver uma redução da educação a um investimento e aos interesses do lucro, neste tipo de anúncio o conceito de educação pouco importa, seu sentido menos ainda, o que importa é determinar qual investimento é mais favorável financeiramente, mesmo que esta avaliação considere apenas alguns aspectos manifestos em detrimento de outros tantos fatores velados.

Assim, é possível perceber que algumas associações estão sendo privilegiadas, enquanto outras são desfavorecidas no processo de interpelação do sujeito, pois a concentração em determinados fatores é o que favorece um modo específico de projeção do imaginário, aquele considerado promissor no que diz respeito aos objetivos dessas instituições.

Figura 8 - Instituição UNICESUMAR Erechim - "Somos excelência em ensino"



Fonte: Página da Unicesumar no Facebook. Disponível em: [encurtador.com.br/kpxX4](https://www.encurtador.com.br/kpxX4). Acesso em dezembro de 2020.

Considerando que o sistema econômico adotado por determinada sociedade interfere tanto em aspectos materiais da existência como nos demais aspectos da vida social, atuando nas mais diversas organizações e estruturas institucionais, é possível observar como a existência das necessidades do homem para além do nível de sobrevivência se vinculam aos aspectos da produção da consciência, e como são estimulados por meio da veiculação das propagandas publicitárias.

Nesta lógica, a educação sendo também um sistema social, é afetada pelos influxos produzidos na adoção de determinado sistema econômico. Por este ângulo, observemos as contribuições de Toscano (1985),

Os valores, as concepções de vida, as normas de convivência social que respaldam qualquer sistema econômico refletem-se no sistema educacional, como um todo, e levam a atribuir-se a este último grande importância, enquanto instrumento de reprodução e de aceitação dos princípios que conferem legitimidade ao primeiro. (p.103)

Conforme já demonstrado anteriormente, a competitividade inserida também no setor educacional preocupa-se, antes de tudo, com a capacidade de destaque no mercado frente aos seus competidores. Neste contexto, tal movimento remete a outros conceitos básicos quando se refere a competição no sistema capitalista, a excelência se configura como conceito chave para pensar essa dinâmica.

Vale ressaltar que o mercado é visto como um ambiente seletivo, que inspira a busca de estratégias e inovações. Neste sentido, competir implica em situações de perda ou ganho. A exclusão daqueles que perdem a competição é algo natural, observado o jogo de sobrevivência travado nos mercados.

Diante dessas considerações, ser sinônimo de excelência significa não apenas alcançar o lugar de destaque no mercado, mas também afirmar a virtuosidade perante as demais instituições educacionais. Para além disso, a palavra excelência remete a algo que é bom, que possui um nível elevado, que é de qualidade. Eis aqui as opções morais que constituem parte do imaginário social contemporâneo dos sujeitos, citadas por Souza (2009), isto é, uma hierarquia moral que classifica quem são os ganhadores e os perdedores, o que é bom e ruim, o que se atribui valor e desvalia.

Deste modo, é possível que a busca por uma instituição de excelência signifique e represente a incorporação dessa virtude por parte do sujeito, como um valor que na constituição do imaginário social pode se configurar enquanto elemento determinante na diferenciação entre a obtenção do sucesso ou do fracasso.

5.2.2 Outras tendências no modo de interpelação do sujeito

O processo de seleção das propagandas publicitárias escolhidas para análise foi orientado pelo propósito de demonstrar, principalmente, o modo como a educação vem sendo retratada na visão mercadológica que, ao contemplar a ideia de educação como mercadoria, suprime a possibilidade de evidenciar aspectos que não aqueles diretamente interligados ao ideário neoliberal.

Sendo assim, é preciso esclarecer que por ideário neoliberal compreendemos a priorização da liberdade econômica considerando as diferentes instituições sociais, e ainda a rejeição da intervenção estatal nessas atividades. Conforme destaca Ianni (1998), “O que está em causa é a busca de maior e crescente produtividade, competitividade e lucratividade, tendo em conta mercados nacionais, regionais e mundiais.” (p.28).

É importante mencionar que a crítica realizada nesta pesquisa se relaciona com o processo de mercadorização, que reduz a educação ao discurso ideológico do capital, e inverte de certo modo a função social da educação, ao promover e estimular o individualismo e a competitividade, levando em conta que essa análise é voltada para o âmbito de publicização da educação, e não para a prática pedagógica que se desenvolve no interior das instituições.

Dito isto, cabe ressaltar que durante o processo de recolhimento das propagandas surgiram outras tendências na forma de acionar o imaginário social, a fim de interpelar os diferentes sujeitos.

Dessa forma, flexibilidade, autonomia e preço são elementos direcionados no processo de interpelação. Neste contexto, frases como “Cabe na sua vida, no seu tempo, no seu bolso”, “Estude sem sair de casa”, “Estude onde e quando quiser”, “Você pode mudar sua vida agora, de onde estiver”, “Os melhores preços estão aqui”, “Você no controle do seu tempo”, “É de flexibilidade que você precisa? Faça um curso de graduação a distância”, “Se organizar direitinho, você acompanha *A fazenda* e ainda garante os estudos”, “Estude em casa com a mesma qualidade do presencial” são narrativas frequentemente acionadas no movimento de construção publicitária das propagandas dos cursos de EAD.

É fato que a EAD ocupa local central nos debates sobre a democratização e ampliação do acesso à educação, como meio de possibilitar a inclusão social, e não nos cabe aqui julgar esta premissa, considerando que é por meio do acesso a modalidade que muitas pessoas concluem seus estudos, inclusive pensando a nível regional, haja vista o processo de expansão já demonstrado.

O que nos interessa é perceber como a questão da flexibilidade e autonomia aparecem associadas a manifestação de vantagens da escolha, do conforto e da comodidade de estudar em casa. Neste cenário, a autonomia é reduzida a mera vantagem pessoal, que na propaganda se encontra desvinculada aos objetivos da prática educativa e da aprendizagem emancipadora, que tem como foco, por exemplo, a ação dos estudantes e dos docentes mediadas pelas tecnologias na cibercultura e no ciberespaço (COSTA et al., 2020).

A constituição da autonomia deveria prever a formação do pensamento crítico e da responsabilidade pela construção do conhecimento por parte dos educandos (as). No entanto, ela aparece como um elemento que adquire outro significado no jogo estratégico publicitário. Na perspectiva mercadológica, ter autonomia significa ter a opção de escolher estudar em casa com a possibilidade de “organizar seu próprio tempo de estudo” (flexibilidade), e tudo isso por um “bom preço” e com a garantia da mesma “qualidade do presencial”.

O modo com que alguns símbolos são caracterizados pela fala demonstra como a linguagem ideológica orienta a representação das coisas. Assim, a abordagem incerta de determinados conceitos pressupõe a ocultação de aspectos que poderiam interferir na representação dos sujeitos.

Neste sentido, a função do discurso é a de integrar aspectos favoráveis ao seu campo de manobra, embora isso implique a rejeição de outros, portanto, a ação ideológica conforme apresentada por Pêcheux (1990), é fundamental na configuração dos discursos.

Recuperando as contribuições da teoria pecheutiana na lógica do mercado, apenas uma perspectiva é a possível, ou o que o autor denomina como o único mundo possível. Trata-se de um poder invisível e bastante eficaz, submetido a aqueles que são o alvo da interpelação. Assim, por meio do discurso articulado são velados procedimentos que poderiam ser decisivos no processo de representação do mundo, ou neste caso, das escolhas dos sujeitos diante da interpretação das propagandas publicitárias.

Assim como Pêcheux (1990) analisa o caráter histórico das revoluções, explicando que no mundo burguês a revolução socialista é inexistente e irrealizável, aqui entendemos a educação como direito inexistente no mundo mercadológico, possível apenas como discurso que denuncia o mercado e anuncia o irrealizado, isto é, a condição da educação como direito.

A manutenção do poder da linguagem na produção dos sentidos é sustentada pelas condições linguísticas geradas no exercício do poder. Sendo assim, a organização na utilização dos dizeres publicitários produz determinadas implicações. Desta forma, o objetivo é que a interpretação represente uma completude do que está sendo dito, mesmo que ilusória, pois o simbólico abrange muito mais do que aquilo que pode ser expressado.

No entanto, conforme as sinalizações de Mariani (2008), a aceitação dessa representação é produto do pensamento histórico relacionado aos aspectos sociais, políticos, econômicos e todos os registros do inconsciente, que permitem e favorecem a interpelação ideológica, e que são difíceis de serem identificados pelos sujeitos, que incorporam os arranjos discursivos e seus significados ao imaginário, como se fossem constituições próprias e como composição da própria realidade.

Neste sentido, os fatos simbolizados pela linguagem, possuem relação direta com o processo capitalista e que, valorizados pelos sujeitos, são incorporados ao imaginário devido as diferentes produções representativas e suas significações para o sujeito, que se mobiliza diante da sua percepção do mundo e, muitas vezes, é incapaz de perceber ou materializar os fatos em sua completude, reiterando que a linguagem não dá conta de expressar o todo.

Em síntese, não podemos nutrir a perspectiva ilusória de que será possível conter a progressão mercadológica na esfera educacional, pois atualmente os valores do mercado são naturalizados na dinâmica social, marcada pela existência da propagação desta lógica nos mais diversos setores da sociedade, e pela identificação da demanda que fortalece tal avanço.

É provável que todos esses fatores impulsionem cada vez mais essas práticas, mas também é possível, diante desse cenário, a promoção de conflitos decorrentes da manutenção dos movimentos de resistência, que defendem a educação como direito social e dever intransferível do Estado.

A disputa entre a lógica de homogeneização do capital, e das formas de se viver em sociedade, com a defesa da educação como um direito de todos, é tencionada pela construção da naturalização diante dos valores do mercado, e também pela manifestação da resistência frente ao contexto, portanto, render-se significaria abdicar de nossos próprios direitos e mais do que isso, conforme supõe o pensamento de Santos (1998), da constituição de um outro mundo possível, o mudo da lógica contra hegemônica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória percorrida no Mestrado Profissional em Educação não apenas possibilitou o processo de construção desta dissertação, como também a vivência de momentos significativos de muita reflexão e aprendizados. Do mesmo modo, essas experiências oportunizaram o fortalecimento de algumas certezas, tal como a importância da defesa da educação pública e popular, que na leitura freireana se constitui como um meio de mobilização e conscientização das classes populares.

Dito isto, orientada ainda pelo pensamento de Paulo Freire (1980), reitero a luta e esperança pela educação superior pública como direito, pois nas palavras do patrono da educação brasileira, “[...] a esperança não consiste em cruzar os braços e esperar. Na medida em que lute, estou amadurecido para a esperança.” (p.84).

Neste sentido, com o desenvolvimento deste estudo almejou-se a reflexão sobre alguns questionamentos em relação a temática da mercadorização da educação. Partindo das problematizações, percebemos que a educação superior brasileira vem sendo sutilmente distanciada do campo dos direitos, e sendo inserida dia após dia, progressivamente, no campo dos serviços, considerando o célere avanço do mercado educacional.

Diante do exposto, visamos responder à questão de pesquisa sobre como o processo de expansão da EAD na educação superior refletia na legitimação da educação como mercadoria, levando em conta os discursos publicitários inscritos nas propagandas das instituições, como fatores que poderiam contribuir com esse processo.

Assim, considerando os objetivos propostos e avistando a construção do diagnóstico sobre o processo de mercadorização da educação superior na região do Alto Uruguai gaúcho, na intenção de que o mesmo enquanto produto de pesquisa sirva de incentivo para novas investidas neste campo de investigação, foi empreendida a análise das propagandas publicitárias por meio dos caminhos metodológicos e do aporte teórico.

Tendo em vista os objetivos específicos, com o desenvolvimento do estudo podemos verificar que o afastamento da educação superior brasileira do campo dos direitos está vinculado a uma série de fatores, dentre eles destacamos o processo de construção do imaginário social, que por sua vez sofre influência das estratégias de ação publicitária das instituições que empregam a lógica mercantil na esfera educacional, interpelando os sujeitos de diferentes formas.

Como forma de alcançar o objetivo geral da pesquisa, foram desenvolvidos os objetivos específicos por meio dos caminhos metodológicos traçados. Sendo assim, o resgate

da trajetória da EAD e a apresentação das perspectivas favoráveis e contrárias a modalidade, para além dos discursos publicitários, oportunizou compreender as potencialidades bem como os limites do uso de tecnologias na educação. Dito isto, embora não seja o foco de pesquisa, essa constatação contribuiu para a compreensão de que as dificuldades enfrentadas na modalidade presencial continuarão presentes na educação a distância e vice-versa, caso se verifique que a concepção de educação bancária que Freire (1996 apud COSTA *et al.*, 2020) denunciava continuar a existir e dominar as práticas educativas.

Essa ideia (perversa) de que o (a) professor(a) deve transmitir conhecimentos aos alunos (as), e que estes deve produzi-los sem criticidade, é denominada “concepção bancária” da educação, segundo Freire. Para ele (FREIRE, 1996), corremos o risco de incorrer em um ensino bancário se perdermos de vista a importância de contemplar o caráter formativo da escola e da educação. (COSTA *et al.*, 2020, p.39)

Nessa lógica, um bom aproveitamento dessas ferramentas para empreender uma experiência educativa de qualidade, dependerá da relação entre a ação educadora e o comprometimento do educando(a). Aqui, se inscreve a importância da autonomia desenvolvida no processo de ensino-aprendizagem.

Portanto, esta pesquisa não se trata de desmerecer a EAD, mas em analisá-la como um elemento de interesse do capital, que vem sendo utilizada como subsídio na configuração de um mercado educacional, e que na concepção defendida neste estudo interfere na constituição da educação superior como um direito de todos(as) e dever do Estado.

Observando ainda os objetivos específicos, ressalta-se que tanto a verificação da expansão da EAD no Alto Uruguai gaúcho quanto o processo de seleção das propagandas publicitárias, como elementos que contribuem para a construção do diagnóstico sobre a mercadorização, foram oportunizados mediante o mapeamento das instituições que atuam na modalidade no território de análise. A constatação da expansão, a nível estadual e federal, se deu também por meio do levantamento de dados a partir dos censos da educação superior (MEC) e da educação a distância (ABED) de 2018 e 2019.

Deste modo, a partir das análises se constatou a relevância e influência dos discursos publicitários fixados nas propagandas para o movimento de interpelação dos sujeitos que, incorporando tais discursos ao imaginário social por meio da produção das representações e dos sentidos construídos, contribuem para a legitimação da educação como mercadoria visto que favorecem a expansão através do movimento de obtenção de cursos privados que trabalham com a modalidade EAD.

Ainda com relação ao processo de interpelação dos sujeitos por parte das instituições que constituem esse mercado educacional, podemos levar em conta que a produção econômica independente do campo de atuação, se relaciona com a produção subjetiva. Nesta perspectiva, levemos em consideração as contribuições de Guatarri e Rolnik (1986) que discorrem sobre a relação entre a produção material e semiótica, evidenciando que o processo de dominação gerado pela segunda (semiótica), depende da construção que se realiza no campo social como um todo. Para eles, a constituição da subjetividade condiciona o avanço evolutivo das forças produtivas.

Isto significa que as representações e a construção de sentidos partem do modo como estes sujeitos enxergam o mundo no qual vivem e de como se percebem nele, bem como a partir da articulação de seus desejos e sonhos com os discursos que sustentam a lógica estabelecida e se consolidam no sistema de ideias e representações.

Contudo, cabe ressaltar que a globalização como um fenômeno que avança em diferentes direções, não é capaz de alcançar a dimensão dos desejos, isto é, as aspirações dos sujeitos não partem da construção de uma vontade global, o que não exclui o fato de que a produção de significados vem sendo direcionada pela ordem social, sobretudo econômica, haja vista que a interpelação dos sujeitos ocorre dentro de um sistema cultural específico.

Levando em conta a descrição dos achados da pesquisa, importa também para a construção do conhecimento a aceitação de que a pesquisa não é um processo hermético, e que a ação investigativa é contínua. Assim, reconhecemos também que não apenas desenvolvemos um estudo, mas por meio dele colaboramos com a produção, reprodução e aplicação de novas pesquisas, bem como com a ampliação do estudo já empreendido, através do desenvolvimento de outras investigações.

Por conta disso, a construção deste diagnóstico enquanto produto de pesquisa tem a pretensão de ser útil ao empreendimento de outros estudos sobre a educação pública brasileira, principalmente, aqueles que dialoguem com a concepção de que precisamos reconhecê-la como um direito social e defendê-la como algo essencial para o exercício da cidadania, a última como condição necessária para a garantia e manutenção de direitos.

Não podemos reduzir nossa existência enquanto sujeitos de direitos [...] à condição de consumidor de produtos e serviços, encontrando respaldo, inclusive, em legislações específicas que regulam as relações entre mercado e sociedade civil [...]. (SILVA; PEREIRA, 2018, p. 150), sobretudo se tratando da educação.

Precisamos nos perguntar, a quem favorece o processo de mercadorização da educação superior? Que tipos de benefícios a consolidação desse mercado educacional pode oferecer e

para quem? Qual o impacto que a transição da educação para o campo de serviços apresenta na dimensão social? Essa transição representa uma ameaça para a manutenção dos direitos conquistados, sobretudo o direito à educação?

Essas são algumas problematizações possíveis a aplicação de novas análises que se relacionem com o tema aqui abordado. Neste sentido, diante da produção de um conhecimento que não se esgota em si mesmo, e que pode servir de incentivo para o desenvolvimento de outras formas de abordagem, reiteramos o desejo de colaboração com pesquisas futuras.

A conclusão desta dissertação representa o fim de um ciclo, e marca uma história de 9 anos construída nessa universidade, desde o ingresso na graduação em 2012, no curso de Ciências Sociais, passando pela experiência como aluna especial em disciplina isolada no Programa de Pós-Graduação Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGCH), em 2017, até chegar no processo seletivo que culminou no meu ingresso no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação (PPGPE), em 2019.

É evidente que durante essa jornada vivenciei experiências únicas e regozijantes, momentos de acolhimento, descobertas, alegrias, angústias e superação. Foi uma grande satisfação estar na presença de profissionais maravilhosos que, para além do seu papel docente, marcaram a minha vida e de muitos estudantes oriundos das classes populares pela visão humanizadora, zelosos com nossa formação pessoal e profissional. Parafraseando Freire (1996) uma última vez, educadores que não estimulando sonhos impossíveis, não nos negaram o direito de sonhar.

REFERÊNCIAS:

ABED. **Censo da EAD. BR.** Disponível em:

<http://www.abed.org.br/site/pt/midioteca/censo_ead/>. Acesso em: 20 de janeiro de 2020.

AIUB, Giovani Forgiarini. Arquivo em Análise do Discurso: uma breve discussão sobre a trajetória teórico-metodológica do analista. **Leitura**, Maceió, n.50, p. 61-82, jul./dez., 2012.

ARRUDA, Eucídio. Pimenta; ARRUDA, Durcelina. Ereni. Pimenta. Educação à distância no Brasil: Políticas públicas e democratização do acesso ao ensino superior. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.31, n.03, p. 321-338, jul./set., 2015.

BAUER, Martin.; AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin. W; GASKELL, George. (Orgs). **Pesquisa qualitativa com texto, som e imagem**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 39-63.

BAUER, Martin.; GASKELL, George.; ALLUM, Nicholas. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: Evitando confusões. In: BAUER, Martin. W; GASKELL, George. (Orgs). **Pesquisa qualitativa com texto, som e imagem**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2003, p.17-36.

BOGDAN, Robert.; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**: Uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: ed. da UNESP, 2004.

_____. Introdução a uma Sociologia Reflexiva. In: **O poder Simbólico**. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL, Luciana Leão. Michel Pêcheux e a teoria da análise de discurso: Desdobramentos Importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva. **Linguagem- Estudos e Pesquisa**, Catalão, vol.15, n.01, p.171-182, jan. /jun., 2011.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior**: Notas Estatísticas – 2018 e 2019. Disponível em: < <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados> >. Acesso em: 20 de janeiro de 2020.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf >. Acesso em: 07 de março de 2020.

_____. Ministério da educação – **Sistema e-MEC**. 2015. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2020.

CASTORIADIS, Cornelius. El imaginario social instituyente. **Zona Erógena**, nº35, 1997.

COSTA, Alan. Ricardo. et al. **Paulo Freire hoje na cibercultura**. Porto Alegre: Circula, 2020.

COSTA, Marcos Aurélio Borges; SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de. Abordagens antropológicas do ciberespaço e da cibercultura. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 163, p. 85-94, 2006. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/164913370240515589548494073408862492935.pdf>>. Acesso em: maio de 2021.

DA CRUZ, Andreia Gomes; COSTA DE PAULA, Maria de Fátima. Políticas de Inclusão na Educação Superior no Brasil: fatos e contradições. **Educação em Foco**. Belo Horizonte, ano 19, n. 29, p. 13-34, set/dez., 2018.

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. 9. ed. Lisboa: Editorial Presença, 2004.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Os desafios de fazer avançar a análise do discurso no Brasil com singularidade e liberdade. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, Passo Fundo, vol. 4, n. 2, p. 241-249, jul. /dez., 2008.

_____. Análise de discurso e psicanálise: uma estranha intimidade. **Correio APPOA**, Porto Alegre, n. 131, p. 37-52, dez., 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Conscientização: Teoria e prática da libertação uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1980.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

GUATTARI, Félix. RONILK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

IANNI, Octavio. Globalização e Neoliberalismo. **Perspectiva**, São Paulo, n. 12, p. 27-32, 1998.

_____. **Teorias da Globalização**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 228.

LACAN, Jacques. **Nomes-do-pai**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

LÉVY, Pierre. **Cybercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, p. 264, 1999. Disponível em: <<https://mundonativodigital.files.wordpress.com/2016/03/cibercultura-pierre-levy.pdf>>. Acesso em: Janeiro de 2021.

LIMA, Kátia Regina de Souza. Educação a Distância na reformulação da educação superior brasileira. In: SIQUEIRA, A. C.; NEVES, L. M. (Orgs). **Educação Superior: Uma reforma em processo**. São Paulo: Xamã, 2006, p. 147- 177.

LUDKE, Menga.; ANDRÉ, Marli. Eliza. Dalmazo. Afonso. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LOPES, Maria Cristina Lima Paniago. et al. O processo histórico da educação a distância e suas implicações: desafios e possibilidades. In: **Jornada de Estudos e Pesquisas do HISTEDBR**, VII, Campo Grande, 2007.

MARIANI, Bethania. Língua nacional e pontos de subjetivação. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, vol. 37, n. 3, p. 25-31, 2008.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Contexto, 2008.

MATTOZO, Vânia.; SPECIALSKI, Elizabeth. O Ciberespaço e as Redes de Computadores na Construção de Novo Conhecimento. **Revista Brasileira de Informática na Educação**. Florianópolis, n. 6, p.107-116, 2000.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. A “revisão da bibliografia” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis – o retorno. In: BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto. (Orgs). **A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações**. São Paulo: Cortez Editora, 2002, p. 25-41.

OLIVEIRA, Romualdo Portela. A transformação da educação em mercadoria no brasil. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 30, n. 108, p.739 – 760, out., 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DE DISCURSO, 1., 2003, Porto Alegre. **Textos dos conferencistas**. Porto Alegre: Instituto de Letras/UFRGS, 2003.

Disponível em:

<<https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/1SEAD/Conferencias/EniOrlandi.pdf>>

Acesso em: junho de 2020

PARSONS, Talcott. Papel e sistema social. In: CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio. (Orgs). **Homem e sociedade: Leituras básicas de sociologia geral**. 10. ed. São Paulo: Companhia Nacional, 1976.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, Inversões Deslocamentos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas, vol. 19, p. 7-24, jul./dez., 1990.

_____. Análise Automática do Discurso (AAD-69). Trad. Eni Orlandi. In: GADET, Françoise & HAK, Tony. (Orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3ª edição. Campinas-SP: Ed. da Unicamp, 1997.

PEREIRA, Jorge Alberto Saboya. A “Reforma” universitária neoliberal nos governos de FHC e Lula em questão. **Cadernos do Centro de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.41-54, jan./jun., 2017.

PEREIRA, Thiago Ingrassia.; AIUB, Giovani Forgiarini. A língua inglesa como um produto consumível: A prática do convencimento no imaginário capitalista. **Competência** - Revista da educação superior do Senac-RS, v. 3, p. 97-111, 2010.

RESENDE Stela Galbardi; COSTA, Maria Luísa Furlan. Reforma do Estado brasileiro e a expansão da educação a distância no Brasil (1996-2016). **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 23, n. 1, p. 31-48, jan./abr., 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/2-11503-32679-1-sp-revisado-mv.pdf>. Acesso em: fevereiro de 2021.

RODRIGUES, Denise. Simões; OLIVEIRA, Ivanilde. Apoluceno. Fabricação social de indivíduos” e a educação: Um diálogo crítico entre Cornelius Castoriadis e Paulo Freire. **Revista E- Currículo da PUC-SP**, São Paulo, v.18, nº3, 2020. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/48417>>. Acesso em novembro de 2020.

SÁ, Ricardo Antunes. **Educação a distância**: Estudo exploratório e analítico de curso de graduação na área de formação de professores. Tese (Doutorado) - Unicamp. Campinas, SP, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/251842/1/Sa_RicardoAntunesde_D.pdf>. Acesso em: junho de 2020.

SANTOS, Milton. Temos tudo para construir uma nova sociedade. Entrevista com o professor Milton Santos, concedida a equipe de Democracia Viva. **Democracia Viva**, Rio de Janeiro, n.2, fev. 1998. Disponível em: <<http://www.oocities.org/br/madsonpardo/ms/entrevistas/mse10.pdf>>. Acesso em março de 2021.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 16ª.ed. São Paulo: Record, 2008.

SILVA, Luís. Fernando. Santos. Corrêa.; PEREIRA, Thiago. Ingrassia. A educação e cidadania como suporte para o bem comum. In: CARRIÓN, Marcelo. Husek. et al. (Orgs). **Em defesa do bem comum**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2018, p. 147-158.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira**: Quem é e como vive. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

_____. A gramática social da desigualdade brasileira. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 19, nº 54, 2004.

TELECURSO. Disponível em: <www.telecurso.org.br>. Acesso em: 18 de abril de 2020.
Telecurso. Disponível em:< <https://www.telecurso.org.br/>>. Acesso em: 18 de abril de 2020.

WEFFORT, Francisco. Dilemas da legitimidade política. São Paulo: **Lua nova**: Revista de cultura e política. vol. 4. nº 3, 1998.

YONEZAWA, Wilson Massashiro. O papel da Tecnologia da Informação na EaD. In: YONEZAWA, Wilson Massashiro; BARROS, Daniela Melaré Vieira. (Orgs). **Ead, tecnologias e TIC**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2013, p.17-34.